

A collage of various water infrastructure projects, including dams, treatment plants, and irrigation systems, arranged in the shape of the map of Africa. The images show different stages of construction and operation of these facilities across the continent.

GOVERNO FEDERAL E FUNDOS FINANCIADORES

MINISTÉRIO DAS CIDADES

Ministro de Estado das Cidades

Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro

Secretário Executivo

Alexandre Cordeiro Macedo

Secretário Nacional de Saneamento Ambiental

Leodegar da Cunha Tiscoski

Diretor de Desenvolvimento e Cooperação Técnica

Manoel Renato Machado Filho

Diretor de Água e Esgotos

Johnny Santos

Diretora de Articulação Institucional

Viviana Simon

FICHA TÉCNICA

Coordenação Geral e Revisão de Conteúdo

Manoel Renato Machado Filho

Equipe Técnica

Lauseani Santoni

Marcelo Eustáquio de Carvalho

Silvia Machado Yonamine

Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental – SNSA

Setor de Autarquias Sul, Quadra 01, lote 01/06, bloco "H", Ed. Telemundi II

Brasília/DF – CEP: 70070010

Telefone: (61) 2108-1779

contato: lauseani.santoni@cidades.gov.br

<http://www.cidades.gov.br>

Elaborado em novembro de 2011

GASTO PÚBLICO EM SANEAMENTO BÁSICO

GOVERNO FEDERAL E FUNDOS FINANCIADORES

Relatório de Aplicações de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2010

INTRODUÇÃO	7
1. PLANEJAMENTO DOS INVESTIMENTOS EM SANEAMENTO BÁSICO	9
1.1. Planejamento dos Investimentos Federais com Recursos Orçamentários.....	9
1.1.1. Incremento de Recursos Não Onerosos em 2010	12
1.2. Planejamento dos Investimentos com Recursos Onerosos	14
1.3. Recursos Totais Programados para Investimentos em Saneamento Básico (2004 a 2010)	15
2. GASTOS EM SANEAMENTO BÁSICO EM 2010	17
2.1. Compromissos de gastos e desembolsos por Região e fonte de recursos	18
2.1.1. Compromissos de gastos e desembolsos com recursos do OGU	19
2.1.1.1. Compromissos de gastos e desembolsos com recursos do OGU por órgão	20
2.1.1.2. Compromissos de gasto e desembolsos com recursos do OGU por programa de governo	21
2.1.2. Compromissos de gastos e desembolsos com recursos onerosos	22
2.1.3. Compromissos de gastos e desembolsos <i>per capita</i> (recursos onerosos e não onerosos)	23
2.1.4. Gastos Comprometidos e Desembolsados por Modalidade	25
2.1.4.1. Evolução dos gastos comprometidos e desembolsados por fonte de recursos	28
2.1.4.2. Gastos comprometidos e desembolsados por Região	29
2.1.4.3. Evolução dos Gastos comprometidos e desembolsados por modalidade	30
3. EXECUÇÃO FÍSICA DOS EMPREENDIMENTOS	32
3.1. Situação Geral dos Investimentos	33
3.1.1. Situação geral dos investimentos sob gestão do MCidades	34
3.1.2. Situação geral dos empreendimentos apoiados com recursos do OGU	35
3.1.3. Situação geral dos empreendimentos financiados com recursos do FGTS/FAT	37
3.2. Carteira de Investimentos do Ministério das Cidades (1988 a 2010)	38
3.2.1. Carteira de Investimentos por Região e por Fonte de Recursos	40
3.2.2. Carteira de Investimentos por Modalidade	41
3.2.3. Carteira de Investimentos por Situação do Empreendimento	42
3.2.4. Empreendimentos da Carteira de Investimentos em Andamento	43
a. Execução Física dos Empreendimentos em Andamento	44
b. Empreendimentos em Andamento com Início em 2010	45
3.2.5. Empreendimentos do PAC na Carteira de Investimentos	46
3.2.6. Situação da Execução dos Empreendimentos contratados com recursos do PAC	47
3.3. Empreendimentos Concluídos	48
3.3.1. Concluídos no exercício de 2010	51
a. Concluídos no exercício por Região e Fonte de Recursos	51
b. Concluídos no exercício por Modalidade	52
c. Contrapartidas.....	53
4. INDICADORES DE ACESSO AOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO.....	54
4.1. Acesso aos serviços de saneamento – Censo Demográfico 2010.....	54
4.2. Evolução do acesso aos serviços de saneamento básico	55
4.2.1. Evolução do acesso aos serviços de saneamento básico por Região.....	56
CONCLUSÃO	61

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição dos recursos federais não onerosos na LOA 2010 para o Saneamento Básico	9
Tabela 2 - Evolução do grau de comprometimento orçamentário dos recursos federais programados para o saneamento básico (em valores históricos)	10
Tabela 3 - Recursos federais livres e emendados na LOA 2010 para o saneamento básico, por órgão executor	11
Tabela 4 - Recursos federais livres e emendados na LOA 2010, por programa de governo	12
Tabela 5 - Distribuição dos recursos federais da LOA para o saneamento em 2010 (LOA + créditos adicionais, cancelamentos e remanejamentos), por órgão executor.....	13
Tabela 6 - Distribuição dos recursos federais da LOA para o saneamento básico em 2010 (LOA + dotações adicionais), por programa de governo.....	13
Tabela 7 - Distribuição dos recursos federais da LOA para o saneamento básico em 2010 (LOA + dotações adicionais), por modalidade de intervenção.....	14
Tabela 9 - Recursos programados para investimentos em Saneamento Básico (em valores históricos)	16
Tabela 10 - Recursos não onerosos comprometidos para o saneamento básico, por Região e por Órgão	20
Tabela 11 - Recursos não onerosos desembolsados para o saneamento básico, por Região e por Órgão	20
Tabela 12 - Recursos não onerosos comprometidos e desembolsados, por programa.....	21
Tabela 13 - Valores per capita comprometidos e desembolsados para o saneamento básico em 2010	23
Tabela 14 - Recursos totais comprometidos e desembolsados por modalidade e fonte de recursos em 2010	26
Tabela 15 - Gastos comprometidos e desembolsados em iniciativas de saneamento básico (em valores históricos)	27
Tabela 16 - Situação geral dos investimentos públicos em saneamento, por órgão executor, em dezembro de 2010.....	33
Tabela 17 - Situação geral dos contratos (Nº de operações) de saneamento firmados com recursos públicos, em dezembro de 2010	33
Tabela 18 - Situação geral dos empreendimentos sob gestão do MCidades, em dezembro de 2010, por ano de contratação	34
Tabela 19 - Situação geral dos contratos sob gestão do MCidades, em dezembro de 2010, por ano de contratação....	34
Tabela 20 - Situação geral dos investimentos apoiados com recursos do OGU, sob gestão do MCidades, por ano de contratação	36
Tabela 21 - Situação dos contratos firmados com recursos do OGU, sob gestão do MCidades, por ano de contratação	37
Tabela 22 - Situação dos empreendimentos financiados com recursos (FGTS/FAT), sob gestão do MCidades, por ano de contratação	37
Tabela 23 - Situação dos contratos assinados com recursos de empréstimos (FGTS/FAT), sob gestão do MCidades, por ano de contratação.....	38
Tabela 24 - Carteira de investimentos do MCidades vigente em 2010, por ano de assinatura do contrato	39
Tabela 25 - Carteira de investimentos total (MCidades), vigente em 2010, e valores médios por operação, por Região	40
Tabela 26 - Carteira de investimentos total (MCidades), vigente em 2010, por modalidade e fonte de recursos.....	42
Tabela 27 - Situação dos empreendimentos da carteira de investimentos por fonte de recursos	42
Tabela 28 - Situação dos empreendimentos da carteira de investimentos por Região	43
Tabela 29 - Carteira de investimentos da União e empreendimentos em andamento, segundo ano de contratação	43
Tabela 30 - Distribuição dos investimentos da União por faixa de percentual de execução dos empreendimentos	44
Tabela 31 - Distribuição percentual dos investimentos da União por ano de início e faixa de percentual de execução ..	45
Tabela 32 - Empreendimentos em andamento com início em 2010, por fonte de recursos, segundo o ano de contratação	45
Tabela 33 - Distribuição dos empreendimentos iniciados em 2010 por Região.....	46
Tabela 34 - Investimentos do PAC na carteira de investimentos ao final do exercício de 2010.....	46
Tabela 35 - Empreendimentos concluídos entre 1988 e 2010.....	49
Tabela 36 - Durações média e máxima de execução dos empreendimentos concluídos entre 1988 e 2010*	49

Tabelas 37 - Percentuais dos recursos investidos em empreendimentos concluídos por ano de assinatura e ano de conclusão	50
Tabela 38 - Distribuição dos empreendimentos concluídos entre 1988 e 2010 por modalidade*	50
Tabela 39 - Distribuição regional dos empreendimentos concluídos entre 1988 e 2010 (sem Pró - infra e Pró-municípios)*	51
Tabela 40 - Empreendimentos concluídos no exercício de 2010, por ano de contratação	51
Tabela 41 - Percentual de contrapartida por ano de assinatura do contrato, fonte e Região.....	53
Tabela 42 - Domicílios particulares permanentes com acesso aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, segundo dados do Censo 2010, por situação do domicílio	54

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do grau de comprometimento orçamentário dos recursos federais destinados ao saneamento básico* (LOAs 2004 a 2010)	11
Gráfico 2 - Evolução dos recursos programados para investimentos em saneamento básico (Em R\$ bilhões).....	16
Gráfico 3 - Gastos totais comprometidos em iniciativas de saneamento básico por Região em 2010 (Em %).....	18
Gráfico 4 - Gastos totais desembolsados em iniciativas de saneamento básico por Região em 2010 (Em %)	18
Gráfico 5 - Gastos não onerosos comprometidos e desembolsados para o saneamento básico em 2010.....	19
Gráfico 6 - Recursos onerosos (FAT/FGTS) comprometidos e desembolsados para o saneamento básico em 2010	22
Gráfico 7 - Valores <i>per capita</i> comprometidos para o saneamento básico de 2003 a 2010.....	24
Gráfico 8 - Valores <i>per capita</i> desembolsados para o saneamento básico de 2003 a 2010	24
Gráfico 9 - Valores comprometidos e desembolsados para o saneamento básico em 2010 por modalidade - (% em relação ao total)	27
Gráfico 10 - Evolução dos gastos comprometidos e desembolsados em iniciativas de saneamento básico*.....	28
Gráfico 11 - Evolução dos gastos comprometidos em iniciativas de saneamento básico - 2003 a 2010* (Em R\$ bilhões) .	28
Gráfico 12 - Evolução dos gastos desembolsados em iniciativas de saneamento básico - 2003 a 2010* (Em R\$ bilhões) .	29
Gráfico 13 - Valores Totais comprometidos e desembolsados com recursos do OGU em iniciativas de saneamento básico, por Região – 2003 a 2010 (Em R\$ bilhões)	29
Gráfico 14 - Valores Totais comprometidos e desembolsados com recursos de empréstimos em iniciativas de saneamento básico, por Região – 2003 a 2010 (Em R\$ bilhões)	30
Gráfico 15 - Valores totais comprometidos e desembolsados em iniciativas de saneamento básico, por modalidade – 2003 a 2010 (Em R\$ bilhões)	31
Gráfico 16 - Situação geral dos investimentos em saneamento sob gestão do MCidades, em dezembro de 2010, por ano de contratação.....	35
Gráfico 17 - Situação geral dos investimentos apoiados com recursos do OGU, sob gestão do MCidades, por ano de contratação.....	36
Gráfico 18 - Situação geral dos investimentos financiados com recursos do FGTS/FAT, por ano de contratação	38
Gráfico 19 - Distribuição da carteira de investimentos total (MCidades), vigente em 2010, por Região	41
Gráfico 20 - Valores dos investimentos da União (MCidades) em empreendimentos em andamento ao término de 2010, por Região e por Fonte de Recursos (Em R\$ bilhões)*.....	44
Gráfico 21 - Parcela do PAC na carteira de investimentos, por fonte de recursos.....	47
Gráfico 22 - Situação geral dos Investimentos do PAC em saneamento básico contratados até 2010	48
Gráfico 23 - Valores dos empreendimentos concluídos em 2010 por Região e fonte de recursos.....	52
Gráfico 24 - Valores dos empreendimentos concluídos por modalidade	53
Gráfico 25 - Evolução da cobertura dos serviços de abastecimento de água por rede geral em áreas urbanas por Região – Brasil, 1991 a 2010 (%).....	57
Gráfico 26 - Domicílios particulares permanentes urbanos sem acesso aos serviços da rede de abastecimento de água por Região – 1991 a 2010 (mil domicílios)	58
Gráfico 27 - Evolução do percentual de domicílios particulares permanentes urbanos com acesso aos serviços de rede de esgotos ou fossa séptica por Região – 1991 a 2010 (%)	59
Gráfico 28 - Domicílios urbanos sem acesso à rede de esgotamento sanitário ou fossa séptica, por Região – 1991 a 2010 (mil domicílios)	60

GASTO PÚBLICO EM SANEAMENTO BÁSICO

GOVERNO FEDERAL E FUNDOS FINANCIADORES

Relatório de Aplicações de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2010

INTRODUÇÃO

A atuação do Governo Federal no setor de saneamento básico¹ é caracterizada por uma multiplicidade de agentes intervenientes e uma complexa estrutura institucional que demanda, além de um significativo aporte de recursos financeiros, iniciativas que promovam o planejamento setorial, a coordenação entre os órgãos, a articulação das ações e a identificação das competências institucionais, a fim de evitar a superposição das atividades.

Nesse sentido, a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades (SNSA/MCid), orientada pela necessidade de ampliar a transparência na gestão dos recursos públicos e de fornecer informações sobre a alocação dos investimentos no setor, detalha e caracteriza, neste documento, os investimentos em saneamento básico realizados no ano de 2010.

A primeira parte destaca o planejamento dos investimentos no setor, com ênfase na alocação dos recursos disponíveis na Lei Orçamentária Anual de 2010 (LOA) para os órgãos e programas com ações em saneamento básico e no orçamento operacional para financiamento de ações de saneamento básico com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Na segunda parte, são identificados e caracterizados os gastos realizados pelo Governo Federal e pelos fundos financiadores (FGTS e Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT) em iniciativas de saneamento básico, de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2010. No Anexo 1, estão listadas as ações orçamentárias utilizadas na apropriação dos valores dos gastos federais em saneamento. Para atualização monetária, os dados financeiros dos anos de 2003 a 2010 foram indexados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) médio anual, referente ao mês de dezembro de 2010, da Fundação Getúlio Vargas - FGV². É importante mencionar que, para a contabilização dos investimentos, não foram apropriados os valores gastos a título de contrapartida por Estados, Municípios e Prestadores de Serviço.

Na terceira seção, têm destaque as informações relativas às obras em andamento em 2010, bem como as obras concluídas no período apoiadas e/ou financiadas por recursos públicos. Embora a execução das obras do setor seja, por sua natureza, plurianual, a

¹ São contabilizados como gastos em saneamento básico aqueles realizados para a promoção do abastecimento público de água, o esgotamento sanitário, a drenagem urbana, a coleta e destinação final dos resíduos sólidos urbanos, incluindo o saneamento integrado em assentamentos precários e as despesas com a elaboração de estudos e projetos de engenharia, capacitação de recursos humanos e desenvolvimento institucional e operacional dos prestadores de serviços.

² Os índices que compõem o IGP-DI refletem a evolução de preços das atividades produtivas bem como o movimento de operações de comercialização no atacado e na construção civil.

tentativa de reunir a carteira de investimentos que compõe o montante de contratos vigentes em sucessivos períodos é um esforço importante para dimensionar e analisar a evolução da aplicação dos recursos públicos em saneamento.

Com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007, diversas intervenções federais no setor de saneamento básico foram incluídas entre as ações do Programa. Este relatório inclui tanto informações dos investimentos que fazem parte PAC, quanto dados dos investimentos não incluídos no Programa. Assim, no que se refere às informações acerca da execução física das obras, optou-se por individualizar as obras em andamento com recursos do PAC, das que não estão inseridas no Programa.

Além disso, incluem-se, ao final do Relatório, alguns indicadores de acesso aos serviços de saneamento básico disponibilizados pelo Censo 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que diagnosticam a situação dos serviços de saneamento no Brasil.

Os dados utilizados na realização deste relatório foram obtidos no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) do Governo Federal; nas Leis Orçamentárias Anuais, (LOA's); nas Medidas Provisórias (MP's) que dispõem sobre os recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); em pesquisas do IBGE; nas informações obtidas junto aos gestores dos fundos financiadores e em sítios eletrônicos oficiais.

1. PLANEJAMENTO DOS INVESTIMENTOS EM SANEAMENTO BÁSICO

Os investimentos no setor de saneamento básico são constituídos por recursos não onerosos e onerosos. Os recursos de fontes não onerosas são oriundos do Orçamento Geral da União (OGU) e não prevêem retorno financeiro direto dos investimentos, pois os agentes beneficiados não precisam ressarcir os cofres da União. Já os recursos onerosos são provenientes de operações de crédito e têm como fontes o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Trata-se de empréstimos de longo prazo concedidos a taxas de juros reduzidas para investimentos em ações de saneamento básico.

1.1. Planejamento dos Investimentos Federais com Recursos Orçamentários

No processo orçamentário brasileiro, o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), encaminhado pelo Poder Executivo para apreciação pelo Poder Legislativo, é o instrumento legal que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro. O PLOA, depois de apreciado pelo Congresso e sancionado pelo Presidente da República, torna-se a Lei Orçamentária Anual (LOA) e passa a disciplinar os dispêndios do Governo Federal.

Na Lei Orçamentária Anual de 2010 foram destinados R\$ 7,20 bilhões para as iniciativas de saneamento básico com recursos não onerosos, valor superior aos R\$ 6,99 bilhões programados para o ano de 2009. A Tabela 1 detalha a divisão dos recursos na LOA entre os órgãos do governo federal executores de ações de saneamento. O Ministério das Cidades foi o órgão contemplado com a maior parcela de recursos (cerca de 60% do total programado), seguido pelo Ministério da Integração, contemplado com 19,5% dos recursos da LOA.

Tabela 1 - Distribuição dos recursos federais não onerosos na LOA 2010 para o Saneamento Básico

ÓRGÃO	RECURSOS NÃO ONEROSOS	
	R\$ 1,00	%
MCIDADES - Ministério das Cidades	4.360.636.510	60,6
MI - Ministério da Integração	1.401.331.279	19,5
MS - Ministério da Saúde	1.260.774.893	17,5
MD – Ministério da Defesa	300.000	0,0
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	122.246.916	1,7
MMA - Ministério do Meio Ambiente*	41.885.895	0,6
MT - Ministério do Trabalho	8.318.000	0,1
TOTAL	7.195.493.493	100

*Inclui ações da Agência Nacional de Águas (ANA) e do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA)

Na LOA, os recursos para os investimentos podem ser livres ou provenientes de emendas parlamentares³. Os recursos livres são utilizados para implementar as políticas públicas e estão sob a governabilidade dos órgãos setoriais. A alocação desses recursos tem caráter discricionário, ou seja, fica a critério do Executivo a definição das intervenções e dos beneficiários.

No orçamento aprovado para 2010, foram destinados R\$ 4,73 bilhões em recursos para investimentos de livre alocação em saneamento básico (65,7% do total). Desse montante, R\$ 3,66 bilhões (77,4%) compreendem recursos programados para investimentos do PAC. A divisão desses recursos entre os Ministérios com ações no PAC foi a seguinte: R\$ 1,88 bilhão para o MCidades; R\$ 0,91 bilhão para o MI; e, R\$ 0,87 bilhão para a FUNASA/MS.

Já as emendas parlamentares têm vinculação específica e destinatário determinado pelos autores das emendas. Na LOA de 2010, do montante total de recursos aprovados para investimentos em saneamento básico (R\$ 7,20 bilhões), 34,3% foram destinados a emendas parlamentares, o equivalente a R\$ 2,47 bilhões. O elevado grau de comprometimento dos recursos do Orçamento por emendas parlamentares enrijece a execução orçamentária e resulta em pouca flexibilidade para que o Executivo adote critérios mais eficientes na alocação dos recursos disponíveis.

Alguns estudos sobre o processo orçamentário brasileiro constataam que as emendas parlamentares representam uma pequena percentagem do orçamento global, ou seja, isso significa que os parlamentares, individualmente, têm pouca capacidade de influir no processo decisório de alocação dos recursos públicos⁴. No entanto, essa tendência não é observada no orçamento para o saneamento básico, ao menos desde o ano de 2004⁵, conforme se observa na Tabela 2. A Tabela detalha, em valores históricos (de 2004 a 2010), os investimentos programados nas LOAs, os valores destinados às emendas parlamentares e o percentual de emendas em relação ao total programado. A partir dos dados, paralelamente ao substantivo crescimento dos recursos disponíveis, observa-se que o nível de comprometimento de recursos reduz-se a partir do lançamento do PAC, em 2007, revelando uma tendência à redução da participação das emendas parlamentares no montante de recursos programados para o setor de saneamento.

Tabela 2 - Evolução do grau de comprometimento orçamentário dos recursos federais programados para o saneamento básico (em valores históricos)

RECURSOS FEDERAIS PROGRAMADOS NAS LOAs PARA AÇÕES DE SANEAMENTO (EM R\$ 1,00)							
Recursos Orçamentários	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Recursos totais programados na LOA	1.847.982.501	2.869.427.410	3.635.481.847	4.307.636.667	5.990.192.960	6.998.420.336	7.195.493.493
Recursos de emendas	1.079.086.446	1.880.922.582	2.362.217.124	3.134.666.227	2.456.413.685	3.522.138.909	2.466.973.100
% Emendas/ total programado	58,4%	65,6%	65,0%	72,8%	41,0%	50,3%	34,3%

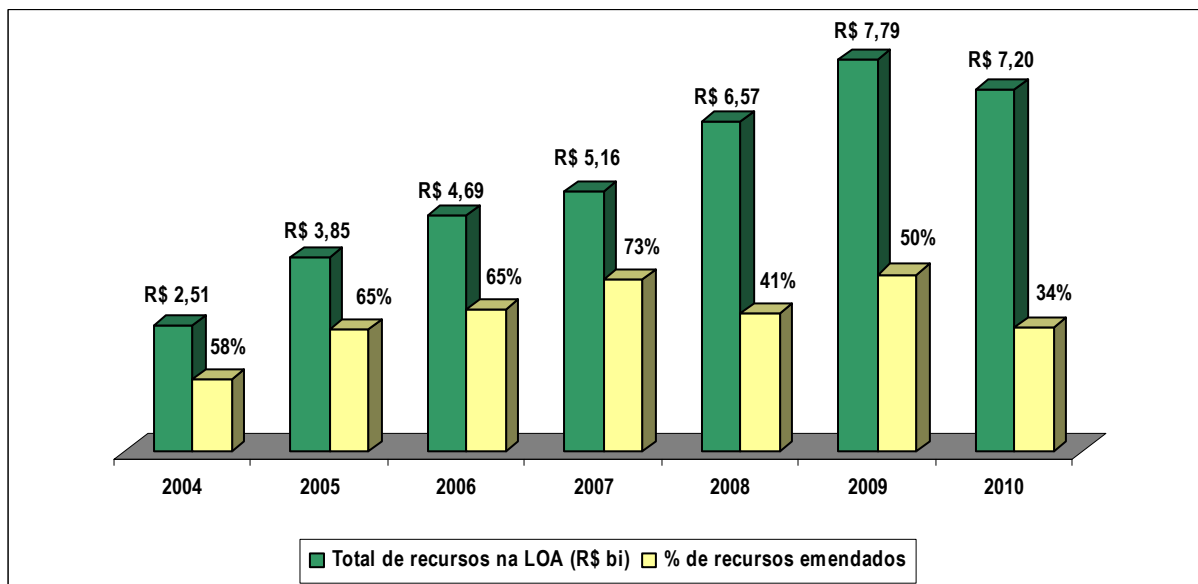
3 As emendas parlamentares são a forma regimental de alteração do PLOA sugeridas por parlamentares e órgãos do Poder Legislativo, acrescentando, suprimindo ou modificando itens na programação financeira proposta pelo Poder Executivo. As emendas podem ser individuais (no máximo 20 emendas por parlamentar) ou coletivas. As emendas coletivas se subdividem em: emendas de bancadas e emendas de comissões permanentes do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados.

4 PEREIRA, C. e MUELLER, B. (2002) Presidencialismo de Coalizão: As Relações entre o Executivo e o Legislativo na Elaboração do Orçamento Público. Revista Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro e FIGUREDO, A. e UMONGI, F. (1999) As Relações Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional. Rio de Janeiro, Editora FGV.

5 MINISTÉRIO DAS CIDADES. (2006) Investimentos Federais em Saneamento – Relatório de Aplicações entre 01 de janeiro de 2003 a 15 de junho de 2006.

No Gráfico 1, pode-se observar a evolução da programação dos recursos orçamentários e o percentual de recursos emendados nas LOAs para os investimentos federais em saneamento básico de 2004 a 2010, com correção monetária pelo IGP-DI da FGV⁶.

Gráfico 1 - Evolução do grau de comprometimento orçamentário dos recursos federais destinados ao saneamento básico* (LOAs 2004 a 2010)



*As séries foram indexadas pelo índice IGP-DI da FGV para o ano de 2010

Na Tabela 3 estão detalhadas os valores dos recursos federais livres e emendados na LOA 2010, por Órgão Executor. Observa-se que o MCidades concentra o maior percentual de emendas parlamentares (85,35% do total destinado às emendas).

Tabela 3 - Recursos federais livres e emendados na LOA 2010 para o saneamento básico, por órgão executor

ÓRGÃO	RECURSOS NÃO ONEROSOS					
	Recursos Livres (PLOA*)		Recursos Emendados		Total LOA	
	R\$ 1,00	%	R\$ 1,00	%	R\$ 1,00	%
MCIDADES - Ministério das Cidades	2.255.000.000	47,7	2.105.636.510	85,3	4.360.636.510	60,6
MD – Ministério da Defesa	300.000	0,0	0	0,0	300.000	0,0
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	119.196.916	2,5	3.050.000	0,1	122.246.916	1,7
MI - Ministério da Integração	1.132.433.582	23,9	268.897.697	10,9	1.401.331.279	19,5
MMA - Ministério do Meio Ambiente**	34.185.895	0,7	7.700.000	0,3	41.885.895	0,6
MS - Ministério da Saúde	1.179.286.000	24,9	81.488.893	3,3	1.260.774.893	17,5
MT - Ministério do Trabalho	8.118.000	0,2	200.000	0,0	8.318.000	0,1
TOTAL	4.728.520.393	100,0	2.466.973.100	100,0	7.195.493.493	100,0

* Projeto de Lei Orçamentária Anual

**Ações sob responsabilidade da Agência Nacional de Águas

A Tabela 4 detalha a distribuição dos recursos de livre alocação, originados no Projeto de Lei (PL) enviado ao Congresso, os valores emendados e os recursos totais disponíveis na LOA aprovada para o ano de 2010, por programa de governo.

Tabela 4 - Recursos federais livres e emendados na LOA 2010, por programa de governo

RECURSOS FEDERAIS POR PROGRAMA					
PROGRAMA	Recursos Livres (PLOA) R\$ 1,00	Recursos emendados R\$ 1,00	LOA Inicial		% de recursos emendados
			R\$ 1,00	%	
Serviços Urbanos de Água e Esgoto	1.963.193.860	-5.476.581	1.957.717.279	27,2	0,0
Proágua Infra-Estrutura	524.038.853	231.081.489	755.120.342	10,5	30,6
Drenagem Urbana Sustentável	556.708.055	187.449.304	744.157.359	10,3	25,2
Saneamento Rural	239.066.806	-31.445.019	207.621.787	2,9	0,0
Resíduos Sólidos Urbanos	109.153.103	41.842.459	150.995.562	2,1	27,7
Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade	359.005.278	- 53.150.790,00	305.854.488	4,2	0,0
Acesso à Alimentação*	119.196.916	3.050.000	122.246.916	1,7	2,5
Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano**	53.000.000	2.185.942.965	2.238.942.965	31,1	97,6
Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários	540.799.088	-55.525.458,00	485.273.630	6,7	0,0
Fortalecimento da Gestão Urbana***	11.631.723	-600.000,00	11.031.723	0,1	0,0
Integração de Bacias Hidrográficas	252.426.711	-36.195.269	216.231.442	3,0	0,0
Produção de Material Bélico****	300.000	0	300.000	0,0	0,0
TOTAL GERAL	4.728.520.393	2.466.973.100	7.195.493.493	100,0	34,3

* Ação 11V1: Construção de cisterna para armazenamento de água

** Em 2009 o Programa "Pró-Municípios" foi incorporado ao programa Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano

*** Para o ano de 2007 esse programa equivale ao programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido

**** Ação 3500: Implantação de Sistema de Saneamento e Proteção

1.1.1. Incremento de Recursos Não Onerosos em 2010

Durante a fase de execução do orçamento, se houver necessidade de realização de despesas acima do limite previsto na LOA, o orçamento pode ser retificado visando atender a situações não previstas à época de sua elaboração. Assim, a dotação orçamentária é composta de dotação inicial, que é a constante da LOA, aprovada no Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República e das dotações adicionais. O instrumento para a retificação do Orçamento é o crédito adicional, que, por definição legal, é a autorização de despesa não computada ou insuficientemente dotada na LOA, que pode ser de três tipos: Suplementar, Especial ou Extraordinário⁷. Nesses casos, para acompanhamento dos créditos adicionais ao Orçamento de 2010, foram verificados no Diário Oficial da União, ao longo do exercício financeiro, as Medidas Provisórias, Leis de Créditos Adicionais e Decretos Presidenciais editados, para identificar o tipo de crédito, os valores e as destinações específicas das dotações adicionais.

Assim, ao término do exercício financeiro de 2010, com os créditos adicionais, cancelamentos e remanejamentos de créditos, a dotação orçamentária prevista para 2010 foi reforçada, adicionando-se R\$ 535,7 milhões aos recursos aprovados na LOA para o

7 A dotação suplementar é aberta ou reaberta no exercício para reforço de dotação proveniente de saldo anterior, excesso de arrecadação, operações de crédito, superávit e doações, que representam valores que aumentam o orçamento. A dotação especial refere-se a dotação não prevista no orçamento, mas solicitada para atender uma necessidade específica de um novo programa e ou ação. A dotação extraordinária, não era prevista no orçamento inicial e é destinada às despesas imprevisíveis e urgentes. Na maioria das vezes, a abertura do crédito é feita através de Medida Provisória. Há ainda, dotações canceladas ou remanejadas entre as unidades de um mesmo órgão e/ou entidade, que não altera o valor da dotação orçamentária final, embora internamente possa haver alteração numérica e/ou qualitativa (FONTE: SIAFI).

saneamento básico. Com essas medidas, incrementaram-se em 7,4% os recursos não onerosos para os investimentos, que passaram a dispor de R\$ 7,73 bilhões em recursos orçamentários, conforme os dados da Tabela 5. A Tabela detalha os recursos que foram inicialmente previstos na LOA, as dotações adicionais (incluindo-se aí os créditos suplementares, especiais e extraordinários, bem como os cancelamentos e os remanejamentos) e o orçamento global disponível para o saneamento básico no final do exercício financeiro de 2010, por órgão executor.

Tabela 5 - Distribuição dos recursos federais da LOA para o saneamento em 2010 (LOA + créditos adicionais, cancelamentos e remanejamentos), por órgão executor

ÓRGÃO	RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS				Incremento de Recursos (%)
	LOA 2010	Créditos adicionais/ Cancelamentos/ Remanejamentos	TOTAL		
	R\$ 1,00	R\$ 1,00	R\$ 1,00	%	
MCIDADES - Ministério das Cidades	4.360.636.510	503.978.750	4.864.615.260	62,9	11,6
MD – Ministério da Defesa	300.000	0	300.000	0,0	0,0
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	122.246.916	0	122.246.916	1,6	0
MI - Ministério da Integração	1.401.331.279	31.768.768	1.433.100.047	18,5	2,3
MMA - Ministério do Meio Ambiente	41.885.895	0	41.885.895	0,5	0,0
MS - Ministério da Saúde	1.260.774.893	0	1.260.774.893	16,3	0,0
MT - Ministério do Trabalho	8.318.000	0	8.318.000	0,1	0,0
TOTAL	7.195.493.493	535.747.518	7.731.241.011	100,0	7,4

Na Tabela 6 estão detalhados os recursos inicialmente previstos na LOA, os créditos adicionais, cancelamentos, remanejamentos e o orçamento final disponível para o saneamento básico no ano de 2010, por programa de governo.

Tabela 6 - Distribuição dos recursos federais da LOA para o saneamento básico em 2010 (LOA + dotações adicionais), por programa de governo

PROGRAMAS	RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS			
	LOA 2010	Créditos adicionais/ Cancelamentos/ Remanejamentos	TOTAL	
	R\$ 1,00	R\$ 1,00	R\$ 1,00	%
Serviços Urbanos de Água e Esgoto	1.957.717.279	137.615.732	2.095.333.011	27,1
Proágua Infra-Estrutura	755.120.342	21.627.072	776.747.414	10,0
Drenagem Urbana Sustentável	744.157.359	35.939.106	780.096.465	10,1
Saneamento Rural	207.621.787	0	207.621.787	2,7
Resíduos Sólidos Urbanos	150.995.562	0	150.995.562	1,9
Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade	305.854.488	60.545.146	366.399.634	4,7
Acesso à Alimentação*	122.246.916	0	122.246.916	1,6
Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano**	2.238.942.965	229.139.600	2.468.082.565	31,9
Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários	485.273.630	111.244.574	596.518.204	7,7
Fortalecimento da Gestão Urbana***	11.031.723	848.776	11.880.499	0,1
Integração de Bacias Hidrográficas	216.231.442	-61.212.488	155.018.954	2,0
Produção de Material Bélico****	300.000	0	300.000	0,0
TOTAL GERAL	7.195.493.493	535.747.518	7.731.241.011	100,0

* Ação 11V1: Construção de cisterna para armazenamento de água

** Em 2009 o Programa "Pró-Municípios" foi incorporado ao programa Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano

*** Para o ano de 2007 esse programa equivale ao programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido

**** Ação 3500: Implantação de Sistema de Saneamento e Proteção

A Tabela 7 detalha os recursos previstos na LOA, os créditos adicionais, cancelamentos, remanejamentos e o orçamento final disponível e o orçamento global disponível para os investimentos em saneamento básico no ano de 2010, por modalidade de intervenção.

Tabela 7 - Distribuição dos recursos federais da LOA para o saneamento básico em 2010 (LOA + dotações adicionais), por modalidade de intervenção

MODALIDADE	RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS					
	LOA 2010		Créditos adicionais/ Cancelamentos/ Remanejamentos	TOTAL		
	R\$ 1,00	%	R\$ 1,00	R\$ 1,00	%	
Abastecimento de Água	1.559.583.550	21,7	108.950.552	1.668.534.102	21,6	
Desenvolvimento Institucional	47.459.228	0,7	0	47.459.228	0,6	
Drenagem Urbana	743.157.359	10,3	35.939.106	779.096.465	10,1	
Esgotamento Sanitário	1.233.901.205	17,1	109.423.121	1.343.324.326	17,4	
Estudos e Projetos	15.279.669	0,2	-3.091.595	12.188.074	0,2	
Outros	141.664.241	2,0	-5.454.390	136.209.851	1,8	
Pró-Municípios	2.219.942.965	30,8	229.139.600	2.449.082.565	31,7	
Resíduos Sólidos	411.179.133	5,7	-50.403.450	360.775.683	4,7	
Saneamento Integrado	823.326.143	11,4	111.244.574	934.570.717	12,1	
TOTAL	7.195.493.493	100,0	535.747.518	7.731.241.011	100,0	

1.2. Planejamento dos Investimentos com Recursos Onerosos

Conforme a Instrução Normativa nº 70, de 29 de dezembro de 2009, para o ano de 2010 foi previsto um orçamento operacional de R\$ 4,6 bilhões para concessão de empréstimos para investimentos em ações de saneamento básico com recursos do FGTS (R\$ 3,9 bilhões para o setor público e R\$ 0,7 bilhão para o setor privado)⁸. Esses recursos foram distribuídos por Unidade da Federação (UF) de forma proporcional ao déficit de acesso aos serviços, ao recolhimento das contribuições ao fundo e à população de cada UF.

A alocação dos recursos onerosos, tanto para os mutuários públicos como para os mutuários privados, é realizada por processos de seleção pública, cujas instruções e calendários de realização são publicados periodicamente no sítio eletrônico do Ministério das Cidades e no Diário Oficial da União. Salienta-se, que no caso de mutuários privados, o processo seletivo é contínuo, não havendo um prazo estipulado para inserção das propostas. Após a conclusão dos processos de seleção, enquadramento e hierarquização das propostas apresentadas, o Ministério das Cidades pode promover o remanejamento dos recursos inicialmente programados⁹.

Assim, em 2010, os remanejamentos foram realizados entre as Unidades da Federação e entre os setores público e privado, considerando: i) a capacidade de pagamento e o limite de endividamento do ente federado, aferidos, respectivamente, pelos agentes financeiros e pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda; ii) os empreendimentos

⁸ A programação orçamentária do BNDES não é apresentada ao Ministério das Cidades.

⁹ A Resolução nº 585, do Conselho Curador do FGTS, de 19 de dezembro de 2008, faculta ao Gestor da Aplicação, a partir da solicitação prévia, fundamentada e formulada pelo agente operador, promover a alocação final do Orçamento Operacional do FGTS.

selecionados para os mutuários públicos no âmbito da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento; e, iii) os empreendimentos enquadrados pelo agente financeiro, no caso dos mutuários privados.

Após os remanejamentos e ajustes, a posição final do orçamento do FGTS para o saneamento em 2010 foi consolidada na Instrução Normativa nº 03, de 28 de janeiro de 2011. Foram mantidos, sem distinção prévia de modalidade, os R\$ 4,6 bilhões para o orçamento operacional do FGTS em 2010, sendo R\$ 0,8 bilhão para o setor privado e R\$ 3,8 bilhões para o setor público.

Adicionalmente ao valor de R\$ 3,8 bilhões destinados ao setor público, estavam disponíveis mais R\$ 3,3 bilhões provenientes do Orçamento 2009 do FGTS e que não foram utilizados em contratações no ano de 2009¹⁰. Portanto, considerando a parcela do Orçamento 2009, disponibilizou-se ao setor público em 2010 um montante de R\$ 7,1 bilhões em recursos onerosos do FGTS para investimentos em saneamento, conforme detalha a Tabela 8. A Tabela mostra, por Região, a parcela do Orçamento 2009 não utilizada e disponível para contratação no ano de 2010, o orçamento inicial do FGTS e os valores finais autorizados para contratação para o setor público.

Tabela 8 – Recursos do FGTS (setor público) disponíveis para investimentos em saneamento básico em 2010, por Região

RECURSOS DO FGTS PARA INVESTIMENTOS EM SANEAMENTO EM 2010 (R\$ 1,00)				
REGIÃO	Orçamento 2009 não utilizado (A)	Orçamento 2010 Posição Inicial (B)	Orçamento 2010 Posição Final (C)	Total (A+C)
Norte	214.004.000	306.930.000	249.600.000	463.604.000
Nordeste	1.062.300.000	1.072.500.000	504.550.000	1.566.850.000
Sudeste	1.200.045.405	1.531.530.000	2.321.813.000	3.521.858.405
Sul	568.801.005	574.080.000	660.300.000	1.229.101.005
Centro-Oeste	280.994.030	414.960.000	50.200.000	331.194.030
TOTAL	3.326.144.440	3.900.000.000	3.786.463.000	7.112.607.440

1.3. Recursos Totais Programados para Investimentos em Saneamento Básico (2004 a 2010)

O montante de recursos disponíveis para os investimentos em saneamento básico (total de onerosos e não onerosos) no ano de 2010 foi de R\$ 14,8 bilhões, sendo 52% oriundos do Orçamento Geral da União e 48% de empréstimos. Cabe ressaltar que o valor total disponível é, efetivamente, mais elevado, já que não está incluída a parcela relativa aos financiamentos disponibilizados pelo BNDES e às contrapartidas ofertadas pelos proponentes.

A Tabela 9 mostra a programação de recursos para investimentos em saneamento básico desde o ano de 2004, quando teve início essa metodologia de contabilização de gastos em saneamento básico.

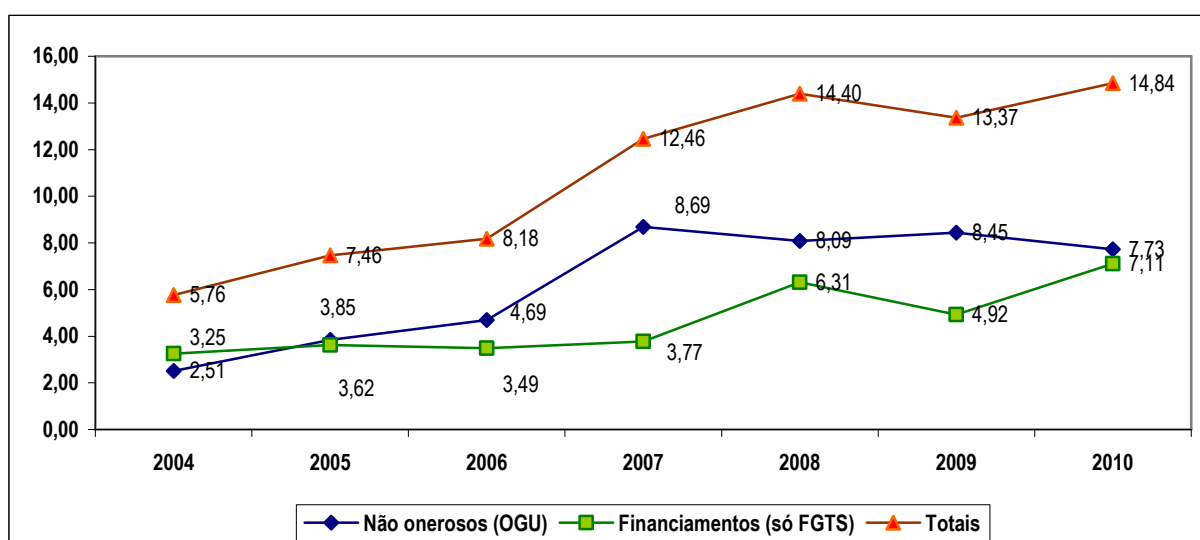
¹⁰ Isso foi possível devido à publicação da Resolução nº 629, de 23 de março de 2010, do Conselho Curador do FGTS, que possibilitava a utilização do Orçamento 2009 para contratações de operações de crédito entre o agente financeiro e o mutuário final até 31 de dezembro de 2010.

Tabela 9 - Recursos programados para investimentos em Saneamento Básico (em valores históricos)

RECURSOS TOTAIS PROGRAMADOS PARA INVESTIMENTOS EM SANEAMENTO (R\$ 1,00)							
FONTE	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
NÃO ONEROSOS (OGU)	1.847.982.501	2.869.427.410	3.635.481.847	7.259.057.737	7.371.435.449	7.587.858.227	7.731.241.011
ONEROSOS (só FGTS)	2.397.201.000	2.700.000.000	2.700.000.000	3.150.000.000	5.750.000.000	4.423.650.000	7.112.607.441
TOTAL	4.245.183.501	5.569.427.410	6.335.481.847	10.409.057.737	13.321.435.449	12.011.508.227	14.843.848.452

A comparação da evolução dos recursos disponíveis para investimentos em saneamento básico, com correção monetária pelo IGP-DI médio anual da FGV para o ano de 2010, disponível no Gráfico 2, demonstra os significativos avanços do Governo Federal na tentativa de ampliar os recursos para investimentos em saneamento básico. Na comparação entre os recursos programados de 2010 e os valores programados de 2009 (atualizados para o ano de 2010) nota-se um incremento de 11% de recursos totais disponíveis para investimentos em saneamento. Destaca-se, ainda, o aumento de 44,5% de recursos onerosos, que passaram de R\$ 4,9 bilhões em 2009, para R\$ 7,1 bilhões em 2010.

Gráfico 2 - Evolução dos recursos programados para investimentos em saneamento básico (Em R\$ bilhões)



*As séries foram indexadas pelo IGP-DI médio anual da FGV para o ano de 2010

A retomada dos investimentos públicos no setor de saneamento básico está sendo consolidada pelo Programa de Aceleração do Crescimento, que ampliou consideravelmente os recursos disponíveis para o setor. A regularidade e a previsibilidade da oferta de recursos em horizontes de longo prazo proporcionam condições básicas importantes para o planejamento setorial, principalmente em função da gestão descentralizada dos serviços públicos de saneamento básico no Brasil, que pressupõe o aperfeiçoamento dos mecanismos de cooperação federativa para garantir o sucesso na aplicação dos recursos.

A consolidação desta tendência é um objetivo estratégico a ser perseguido, tendo em vista a necessidade de equacionar os problemas decorrentes da falta de saneamento básico para a população brasileira e de enfrentar o déficit existente.

2. GASTOS EM SANEAMENTO BÁSICO EM 2010

De forma a contabilizar adequadamente os gastos do Governo Federal e dos fundos financiadores em saneamento básico, adotaram-se duas metodologias de classificação dos gastos: i) compromissos de gastos; e ii) desembolsos.

Os compromissos de gastos firmados sinalizam os investimentos futuros comprometidos pela União e contemplam os valores dos contratos de empréstimos (financiamentos) somados aos valores dos empenhos realizados com recursos não onerosos do Orçamento Geral da União - OGU¹¹. Os desembolsos realizados representam os recursos financeiros efetivamente depositados pela União nas contas correntes dos empreendimentos e, usualmente, estão associados à execução física das etapas dos empreendimentos¹².

No exercício financeiro de 2010 foram comprometidos R\$ 10,18 bilhões e desembolsados R\$ 6,40 bilhões para iniciativas de saneamento básico com recursos federais e com recursos dos fundos financiadores.

Os resultados revelam que, dentre os compromissos de gastos assumidos em 2010 (R\$ 10,18 bilhões), os recursos de empréstimos foram a principal fonte de gastos comprometidos, responsáveis por 55,2% do total comprometido, enquanto os recursos do OGU comprometeram 44,8% do total.

Em relação aos compromissos totais realizados com recursos orçamentários (R\$ 4,56 bilhões), o MCidades foi responsável pelo empenho de 61,4% do montante total, valor equivalente a R\$ 2,80 bilhões. À Região Nordeste foi destinado 46,5% do total de recursos orçamentários comprometidos em 2010. Vale destacar que, em 2010, dentre os valores comprometidos com recursos do OGU, R\$ 3,12 bilhões (68,4%) foram realizados em rubricas orçamentárias do PAC. Dentre os empréstimos, o FGTS foi a principal fonte de financiamento: 55,8% (R\$ 3,13 bilhões) do montante total de recursos onerosos para o saneamento básico originaram-se do Fundo. Do total de contratos de empréstimos assinados, 91,8% correspondem a empreendimentos incluídos no PAC. A maior parte dos recursos de empréstimos comprometidos (57%) foi destinada à Região Sudeste.

No que diz respeito aos desembolsos totais no período (R\$ 6,40 bilhões), os montantes de empréstimos e de recursos orçamentários equilibraram-se: 50,6% dos recursos originaram-se de recursos orçamentários (R\$ 3,24 bilhões) e 49,4% de fontes onerosas (R\$ 3,16 bilhões). Em relação ao total desembolsado com recursos do OGU no ano de 2010 (R\$ 3,24 bilhões), o MCidades foi responsável por 55% (R\$ 1,78 bilhão). Vale destacar que, do total desembolsado com recursos do OGU para o saneamento no período, 89,8% (R\$ 2,91 bilhões) correspondem às ações incluídas no PAC. Já com recursos de empréstimos, do total desembolsado (R\$ 3,16 bilhões), o FAT/BNDES constituiu-se na principal fonte de recursos, responsável por 53,9% dos desembolsos (R\$ 1,70 bilhão), enquanto os desembolsos com recursos do FGTS alcançaram R\$ 1,46 bilhão (46,1%). Destaca-se que 74,4% dos desembolsos com recursos onerosos (R\$ 2,35 bilhões) correspondem a desembolsos para empreendimentos incluídos no PAC.

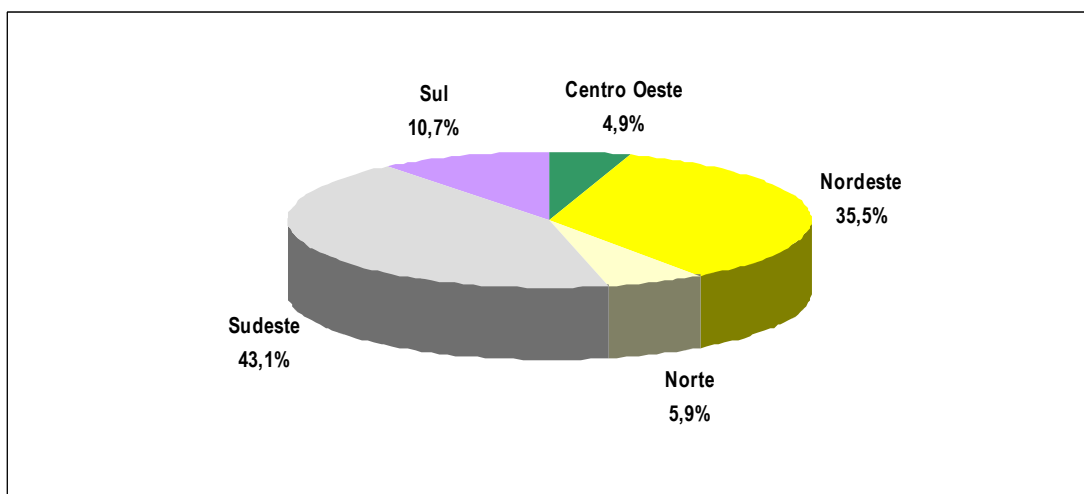
¹¹ O empenho constitui-se em uma garantia ao credor de que os valores comprometidos têm respaldo orçamentário e é o principal instrumento à disposição da administração pública para controle e acompanhamento da execução dos seus compromissos de gasto.

¹² Considerando-se a plurianualidade da execução das obras de infra-estrutura urbana, ou seja, que grande parte da execução ultrapassa um exercício orçamentário, é importante mencionar que os desembolsos, no caso dos recursos do OGU, incluem os "valores pagos", bem como os valores dos "restos a pagar processados pagos" e dos "restos a pagar não processados pagos" no exercício financeiro.

2.1 Compromissos de gastos e desembolsos por Região e fonte de recursos

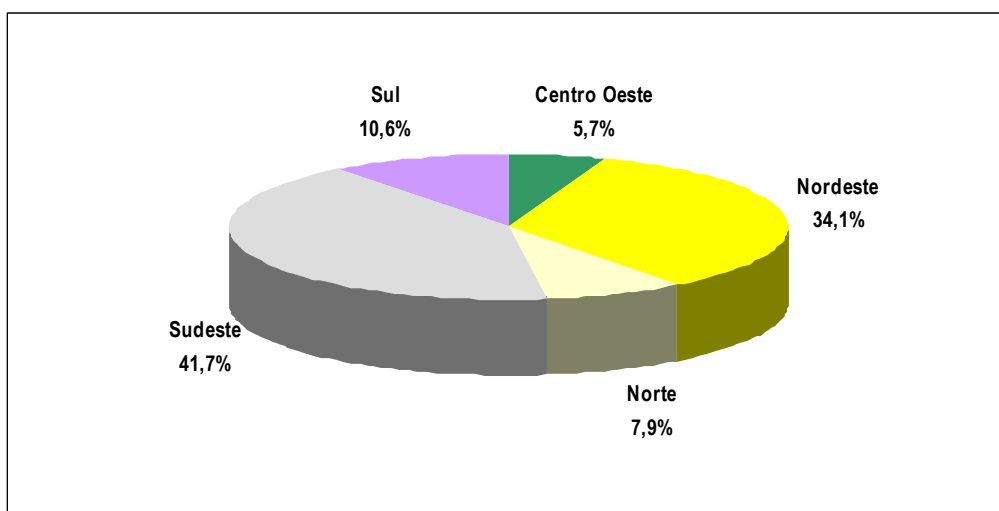
O Gráfico 3, que detalha a distribuição total dos compromissos de gastos por Grandes Regiões, revela que a maior parte dos gastos comprometidos (soma de gastos onerosos e não onerosos) em 2010 foi direcionada para os Estados e Municípios das Regiões Sudeste (43,1%, correspondente a R\$ 4,38 bilhões) e Nordeste do país (35,5%, correspondente a R\$ 3,61 bilhões). No Anexo 2, estão detalhados, por UF e fonte de recursos, os valores comprometidos no exercício financeiro de 2010.

Gráfico 3 - Gastos totais comprometidos em iniciativas de saneamento básico por Região em 2010 (Em %)



O Gráfico 4, que apresenta a distribuição total dos desembolsos por macrorregiões, revela que a maior parte dos valores desembolsados (soma de onerosos e não onerosos) em 2010 foi direcionada para os Estados e Municípios das Regiões Sudeste (41,7%, correspondente a R\$ 2,67 bilhões) e Nordeste (34,1%, correspondente a R\$ 2,18 bilhões) do país. No Anexo 3, estão detalhadas, por UF e fonte de recursos, os valores desembolsados no exercício financeiro de 2010, bem como o número estimado de famílias beneficiadas e de empregos gerados.

Gráfico 4 - Gastos totais desembolsados em iniciativas de saneamento básico por Região em 2010 (Em %)



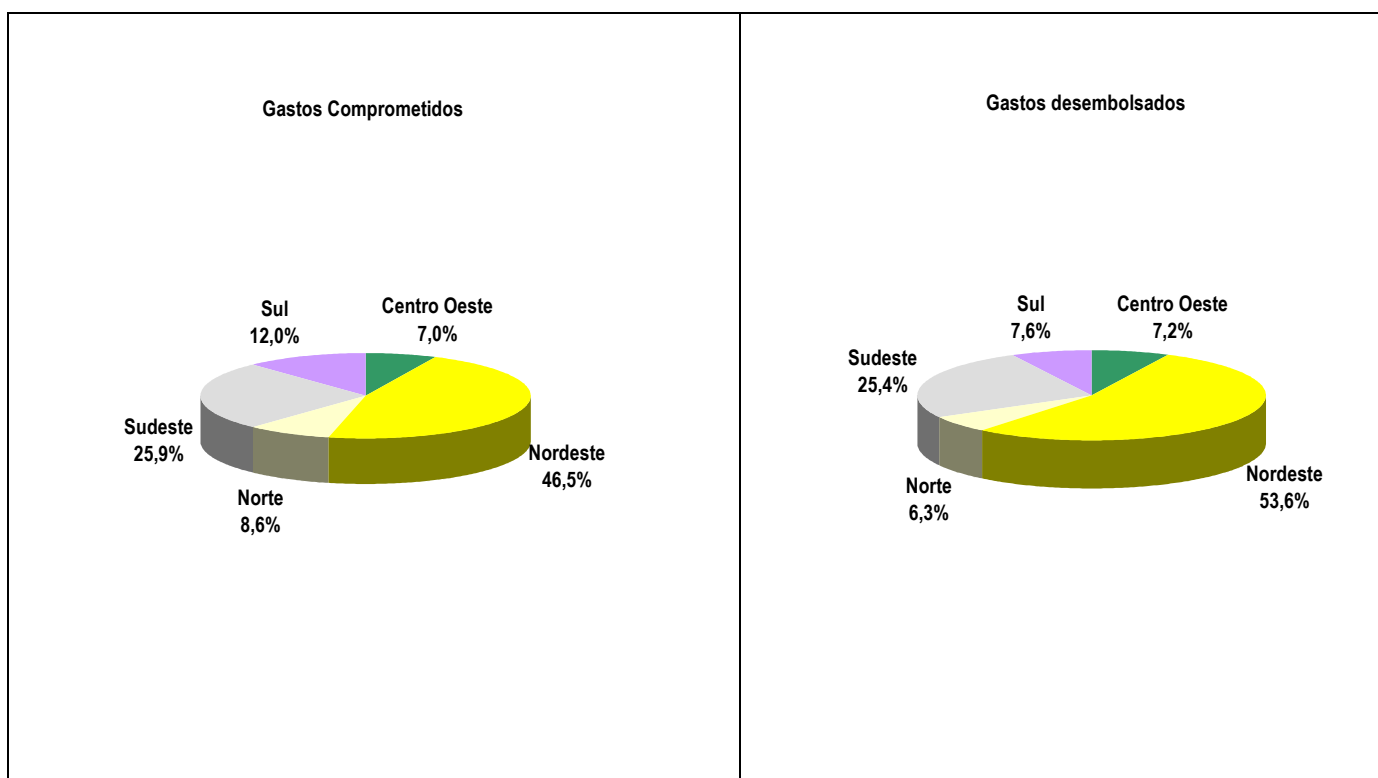
2.1.1 Compromissos de gastos e desembolsos com recursos do OGU

Na análise da alocação dos gastos oriundos de fontes não onerosas, destaca-se que, do valor total comprometido (R\$ 4,56 bilhões) e desembolsado (R\$ 3,24 bilhões) com recursos do OGU, a Região Nordeste foi beneficiada com 46,5% (R\$ 2,12 bilhões) dos compromissos de gastos e 53,6% (R\$ 1,74 bilhão) dos desembolsos. Esse processo de focalização do gasto nas regiões mais pobres do país é um importante instrumento à disposição dos gestores para fazer frente às desigualdades regionais de acesso aos serviços públicos¹³. É na Região Nordeste que estão localizadas as áreas com as maiores carências relativas na prestação dos serviços, abrangendo os Municípios e Estados onde são mais restritas as possibilidades de autofinanciamento dos sistemas que prestam os serviços.

Por isso, essa focalização dos recursos objetiva colaborar para a superação das dificuldades de acesso aos recursos de empréstimos decorrentes da menor capacidade de pagamento e das restrições ao endividamento público interpostas pela legislação fiscal vigente, que atinge de forma mais intensa os Municípios e Estados localizados nas regiões mais carentes do país, contribuindo dessa forma com o Plano Nacional de Erradicação da Pobreza Extrema, lançado pelo governo federal em maio de 2010.

O Gráfico 5 abaixo detalha, por Região, os valores comprometidos e desembolsados com recursos não onerosos no exercício de 2010.

Gráfico 5 - Gastos não onerosos comprometidos e desembolsados para o saneamento básico em 2010



¹³ De acordo com os dados de 2009 da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios, PNAD, os Municípios da Região Nordeste apresentam uma das menores taxas de cobertura dos serviços de saneamento e um dos maiores déficits absolutos de acesso aos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, com cerca de 3,9 milhões de domicílios sem acesso à rede de água e 7,3 milhões de domicílios sem acesso à rede de esgoto ou à solução de fossa séptica.

2.1.1.1 Compromissos de gastos e desembolsos com recursos do OGU por órgão

A Tabela 10 detalha os valores comprometidos com recursos do OGU em 2010, de acordo com Órgão Executor e a macrorregião beneficiada. O MCidades foi responsável pelo empenho de R\$ 2,80 bilhões, 61,4% do montante total, seguido pelo Ministério da Integração, com 18,5%, e pela FUNASA, com 17,1%.

Do montante de compromissos de gastos com recursos orçamentários, 68,4% dos empenhos realizados em 2010 correspondiam a ações incluídas no PAC. Em termos absolutos, o MCidades foi o Órgão que empenhou o maior valor em ações do PAC: R\$ 1,72 bilhão, seguido pelo MI com R\$ 786 milhões. O MI foi o órgão que, proporcionalmente, teve maior parcela de seu orçamento comprometido com ações incluídas no Programa: 93,3%, seguido pela FUNASA, com 78,8%. O MCidades teve 61,4% dos gastos em saneamento comprometidos em ações incluídas no PAC.

Tabela 10 - Recursos não onerosos comprometidos para o saneamento básico, por Região e por Órgão

RECURSOS NÃO ONEROSOS COMPROMETIDOS PARA O SANEAMENTO BÁSICO EM 2010 (R\$ 1,00)						
REGIÃO	MCidades	Integração	MDS	MMA	Funasa/MS	TOTAL
NORTE	248.867.576	477.120	-	-	141.705.780	391.050.477
NORDESTE	839.507.635	790.362.162	133.583.625	2.398.779	354.740.524	2.120.592.725
SUL	450.997.360	1.070.000	-	1.008.937	95.785.263	548.861.560
SUDESTE	1.013.821.438	42.359.183	-	322.688	125.819.326	1.182.322.635
CENTRO-OESTE	246.207.827	7.798.293	-	864.616	63.621.270	318.492.006
NACIONAL*	-	776	-	-	-	776
TOTAL (R\$)	2.799.401.837	842.067.535	133.583.625	4.595.019	781.672.163	4.561.320.179
%/TOTAL	61,4	18,5	2,9	0,1	17,1	100
% PAC	61,4	93,3	-	-	78,8	68,4

*Região não definida

A Tabela 11 traz os valores desembolsados com recursos do OGU em 2010 por Órgão e Região. Em relação aos desembolsos, observa-se que o MCidades foi responsável por 55% dos desembolsos totais, seguido pelo MI, com 31,8%. Considerando-se o total desembolsado pelos órgãos, de R\$ 3,24 bilhões, 89,8% das ações foram incluídas no PAC. Em termos absolutos, o MCidades foi o Órgão que desembolsou o maior valor em ações do PAC: R\$ 1,61 bilhão (55,4%), seguido pelo Ministério da Integração, com R\$ 1,02 bilhão (35,2%).

Tabela 11 - Recursos não onerosos desembolsados para o saneamento básico, por Região e por Órgão

RECURSOS NÃO ONEROSOS DESEMBOLSADOS PARA O SANEAMENTO BÁSICO EM 2010 (R\$ 1,00)						
REGIÃO	MCidades	MDS	Integração	MMA	Funasa/MS	TOTAL
NORTE	130.344.143	-	-	-	72.286.474	202.630.618
NORDESTE	663.837.420	130.613.613	822.562.350	712.911	119.259.314	1.736.985.609
SUL	211.869.416	-	-	-	33.821.024	245.690.440
SUDESTE	642.860.093	-	142.008.978	127.586	36.443.318	821.439.975
CENTRO-OESTE	132.742.463	-	64.657.897	864.616	34.059.580	232.324.556
NACIONAL*	-	-	726	-	-	726
TOTAL (R\$)	1.781.653.536	130.613.613	1.029.229.951	1.705.113	295.869.711	3.239.071.924
TOTAL (%)	55,0	4,2	33,5	0,1	9,6	100
PAC (%)	90,4		99,5		92,9	89,8

* Região não definida

2.1.1.2 Compromissos de gasto e desembolsos com recursos do OGU por programa de governo

Os programas de governo concretizam e orientam a ação governamental para atendimento das demandas sociais. É essencialmente por meio deles que o Governo Federal planeja as intervenções e promove a alocação dos investimentos.

A Tabela 12 detalha os gastos federais empenhados e desembolsados com recursos não onerosos de acordo com os programas orçamentários constantes na LOA 2010.

Destaca-se que o Programa Serviços Urbanos de Água e Esgotos, que promove intervenções de apoio à implantação e ampliação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em áreas urbanas foi o programa com maior expressão orçamentária e financeira no período: recebeu 33,6% do montante comprometido e 33,1% dos valores desembolsados. Em seguida, o Programa Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano, executado com recursos de emendas parlamentares, foi responsável por 23,3% dos valores comprometidos, mas desembolsou somente 0,2% do montante total despendido em 2010. Ressalta-se que, em 2009, grande parte das ações que eram antes executadas sob a rubrica do Pró-Municípios¹⁴ nos orçamentos de 2007 e 2008, executado, exclusivamente, com recursos de emendas parlamentares, foram transferidas para esse programa. Assim, pode-se observar que quase 5,3% dos desembolsos realizados em 2010 correspondem a ações do Pró-Municípios, embora não sejam mais observados valores comprometidos desde 2009¹⁵.

Tabela 12 - Recursos não onerosos comprometidos e desembolsados, por programa

RECURSOS NÃO ONEROSOS				
PROGRAMA	COMPROMETIDOS		DESEMBOLSADOS	
	R\$ 1,00	%	R\$ 1,00	%
Serviços Urbanos de Água e Esgoto	1.534.130.902	33,6	1.071.824.882,50	33,1
Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano	1.060.945.153	23,3	6.273.957,01	0,2
Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários	520.759.041	11,4	594.130.755,51	18,3
Proágua Infraestrutura	458.862.101	10,1	624.192.160,21	19,3
Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental	376.735.169	8,3	382.200.032,53	11,8
Drenagem Urbana	342.418.013	7,5	211.201.879,18	6,5
Acesso à Alimentação	133.583.625	2,9	130.613.613,34	4,0
Resíduos Sólidos Urbanos	110.466.387	2,4	7.100.019,86	0,2
Integração de Bacias Hidrográficas	10.194.028	0,2	36.277.146,38	1,1
Fortalecimento da Gestão Municipal Urbana	5.594.111	0,1	5.981.444,90	0,2
Saneamento Rural	7.631.648	0,2	4.495.268,49	0,1
Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Pequeno Porte*	-	-	123.553.522,83	3,8
Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Médio e Grande Porte*	-	-	41.227.241,57	1,3
TOTAL	4.561.320.179	100,0	3.239.071.924	100,0

*Somente RAPs

¹⁴ No orçamento, corresponde aos Programas "Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Grande e Médio Porte" e "Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Pequeno Porte".

¹⁵ Apesar da transferência de ações do Pró-Municípios para o Programa Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano em 2009, os desembolsos continuam a ocorrer nas ações do Pró-Municípios pois montantes desembolsados incluem, além dos valores pagos no exercício, também os restos a pagar provenientes de exercícios anteriores.

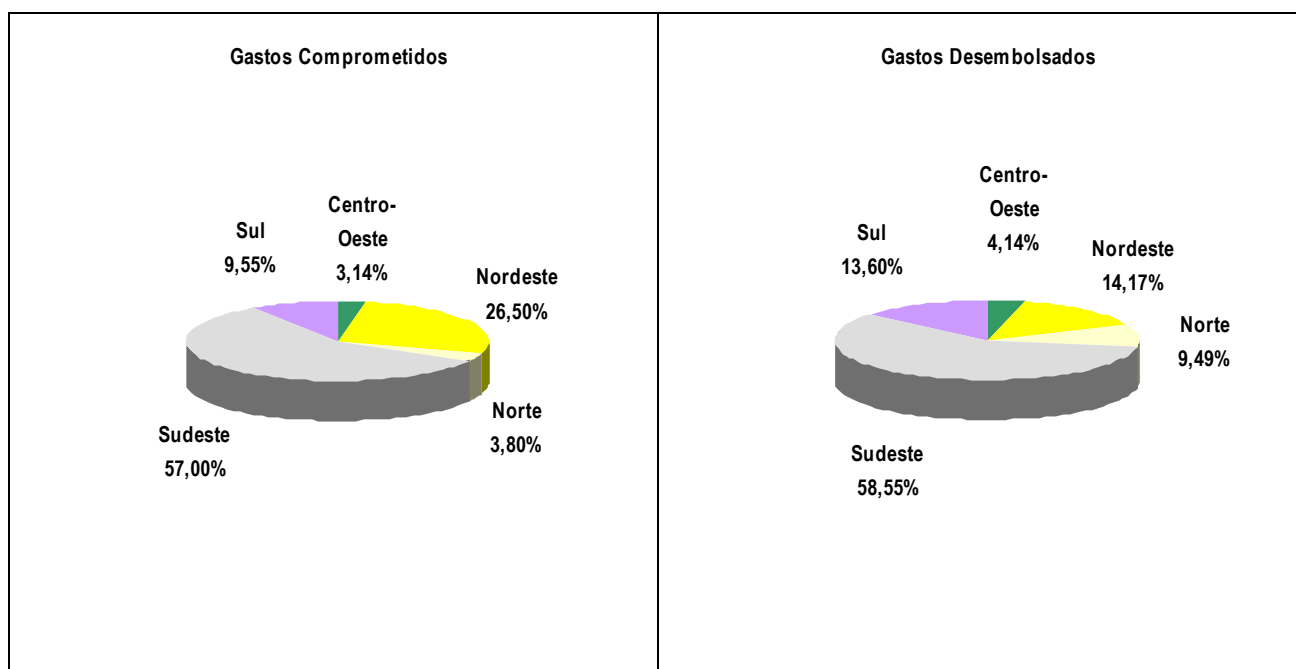
2.1.2 Compromissos de gastos e desembolsos com recursos onerosos

Em 2010, foram comprometidos R\$ 5,62 bilhões e desembolsados R\$ 3,16 bilhões em iniciativas de saneamento básico com recursos de empréstimos públicos. Destaca-se que dentre os recursos comprometidos, o FGTS constituiu-se na principal fonte de recursos, responsável por 55,8% do total de empréstimos assinados no exercício. Já em relação aos desembolsos, o FAT constituiu-se na principal fonte de recursos, responsável por 53,9% do total desembolsado com recursos onerosos.

O Gráfico 6 detalha os percentuais comprometidos e desembolsados com recursos onerosos por fonte de recursos e Região. Em relação à distribuição dos recursos de empréstimos, vale ressaltar que a subordinação das contratações à análise das capacidades de pagamento e de endividamento dos tomadores dos empréstimos determina uma concentração dos investimentos em áreas economicamente mais dinâmicas, o que se reflete no maior aporte de gastos comprometidos e desembolsados para os Municípios e Estados da Região Sudeste (57% e 58,5%, respectivamente).

Nos Anexos 2 e 3, estão disponíveis os valores comprometidos e desembolsados em iniciativas de saneamento básico por fonte de financiamento oneroso e UF. Nota-se um padrão menos concentrado na alocação dos recursos do FGTS: 44,4% dos recursos totais comprometidos pelo fundo destinaram-se ao Sudeste, ante a um percentual de 72,9% dos empréstimos com recursos do FAT alocados para a Região. Na análise dos desembolsos por fonte e Região, da mesma forma que os montantes comprometidos, observa-se um padrão menos concentrado dos recursos do FGTS: 48,6% dos recursos desembolsados pelo fundo destinaram-se ao Sudeste, ante a 67,1% dos financiamentos com recursos do FAT.

Gráfico 6 - Recursos onerosos (FAT/FGTS) comprometidos e desembolsados para o saneamento básico em 2010



2.1.3 Compromissos de gastos e desembolsos *per capita* (recursos onerosos e não onerosos)

Os dados reunidos revelam que no exercício financeiro de 2010 foram comprometidos, em média, R\$ 53,37 *per capita* e desembolsados R\$ 33,54 *per capita* em iniciativas de saneamento básico no país. Dentre os valores médios comprometidos e desembolsados por Região, apurou-se na Região Nordeste o maior valor *per capita*: R\$ 68,01 e R\$ 41,16 respectivamente, valores superiores às médias nacionais.

A análise dos valores *per capita* comprometidos mostra que os maiores valores *per capita* foram destinados às seguintes UFs: Roraima (R\$ 239,48), Ceará (R\$ 100,50) e Pernambuco (R\$ 91,61). Os maiores desembolsos *per capita* foram apurados em Roraima (R\$ 201,89), Acre (R\$ 69,71) e Pernambuco (R\$ 68,90).

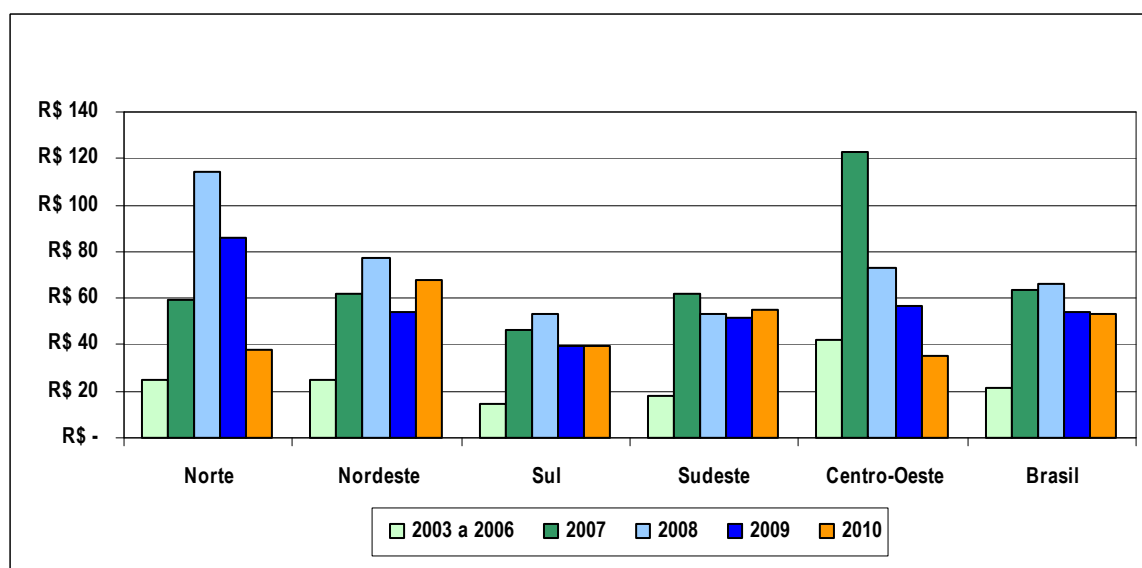
A Tabela 13 detalha os gastos *per capita* comprometidos e desembolsados para o saneamento básico no ano de 2010, segundo a fonte de recursos e Região. No Anexo 4 estão listados os valores *per capita* comprometidos e desembolsados com iniciativas de saneamento básico, por Unidade da Federação e por fonte de recursos.

Tabela 13 - Valores per capita comprometidos e desembolsados para o saneamento básico em 2010

GASTOS PER CAPITA EM SANEAMENTO BÁSICO - 2010						
REGIÃO	COMPROMETIDOS (R\$)			DESEMBOLSADOS (R\$)		
	Não onerosos	Onerosos	TOTAL	Não onerosos	Onerosos	TOTAL
NORTE	24,65	13,46	38,10	12,77	18,89	31,66
NORDESTE	39,95	28,06	68,01	32,73	8,43	41,16
SUL	20,04	19,60	39,64	8,97	15,68	24,65
SUDESTE	14,71	39,86	54,58	10,22	23,02	33,24
CENTRO-OESTE	22,67	12,56	35,23	16,54	9,30	25,84
BRASIL	23,91	29,46	53,37	16,98	16,56	33,54

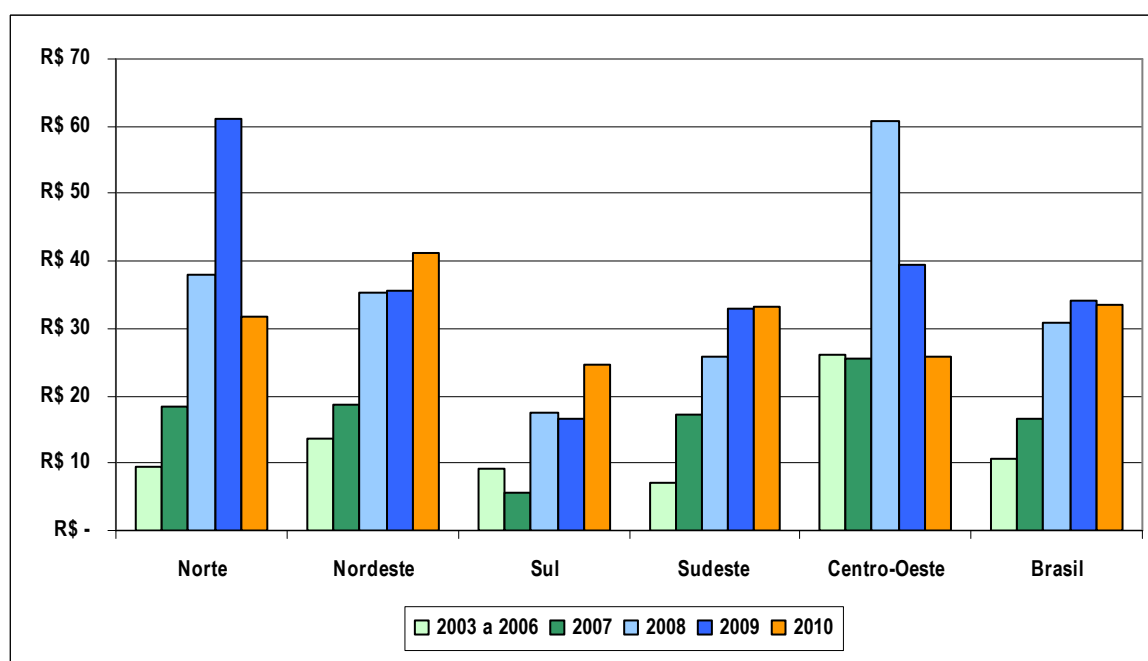
No Gráfico 7, pode-se observar a evolução dos compromissos de gasto per capita de 2003 a 2010, em valores históricos, por Grandes Regiões. A análise da evolução dos gastos per capita, comprometidos e desembolsados, mostra que em 2010 houve uma estabilização dos valores nacionais, quando comparado à média dos valores de 2009.

Gráfico 7 - Valores *per capita* comprometidos para o saneamento básico de 2003 a 2010



No Gráfico 8, pode-se observar a evolução dos desembolsos *per capita* de 2003 a 2010, por Grandes Regiões. Na Região Sul, apurou-se um crescimento de 48,9% dos valores *per capita* de 2010 em relação aos de 2009, seguido pela Região Nordeste, com 16%. Observou-se que a média de desembolso *per capita* praticamente se manteve, passando de R\$ 34,03 em 2009 para R\$ 33,54 em 2010.

Gráfico 8 - Valores *per capita* desembolsados para o saneamento básico de 2003 a 2010



2.1.4 Gastos Comprometidos e Desembolsados por Modalidade

No Gasto Público em Saneamento, são consideradas as seguintes classificações de modalidades de intervenções em saneamento básico: abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana (manejo de águas pluviais urbanas), resíduos sólidos urbanos (manejo de resíduos sólidos urbanos), saneamento integrado, estudos e projetos, desenvolvimento institucional e pró-municípios.

A modalidade saneamento integrado inclui empreendimentos que envolvem mais de uma modalidade de intervenção simultânea em saneamento na mesma parcela do território, voltada, no PAC, principalmente, para ações que incluem a urbanização de favelas e assentamentos precários.

A modalidade pró-municípios (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Pequeno Porte, Programa de Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Médio e Grande Porte e Programa Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano) diz respeito às intervenções de saneamento conjugadas com outras obras de desenvolvimento urbano, que incluem variadas melhorias de infra-estrutura urbana, principalmente destinadas à pavimentação de vias, que representa cerca de 2/3 das intervenções. Vale lembrar que os recursos destinados a essa modalidade classificada como pró-municípios são oriundos somente de emendas parlamentares e, por questões metodológicas, foram individualizadas em uma modalidade específica.

Na categoria "diversos" estão incluídos os gastos dirigidos a saneamento domiciliar, gestão e administração dos programas, saneamento nas escolas, outras obras de engenharia, controle de qualidade de água, dentre outros.

A Tabela 14 detalha os recursos comprometidos e desembolsados por modalidade de intervenção e por fonte de recursos em 2010, o número estimado de famílias beneficiadas e de empregos gerados.

Tabela 14 - Recursos totais comprometidos e desembolsados por modalidade e fonte de recursos em 2010

RECURSOS COMPROMETIDOS E DESEMBOLSADOS POR MODALIDADE E FONTE DE RECURSOS							
	Fonte de recurso	Comprometidos (R\$)	%	Desembolsados (R\$)	%	Famílias Beneficiadas**	Empregos Gerados
Abastecimento de Água	FIN	2.281.144.051,22		1.222.455.190,29			
	OGU	1.314.553.303,42	35,32	1.280.200.344,81	39,12	2.085.546	132.641
	TOTAL	3.595.697.354,64		2.502.655.535,10			
Esgotamento Sanitário	FIN	1.714.723.379,80		938.684.837,04			
	OGU	1.148.194.528,97	28,12	947.902.271,49	29,49	786.078	99.989
	TOTAL	2.862.917.908,77		1.886.587.108,53			
Drenagem Urbana	FIN	362.345.597,05		31.414.927,69			
	OGU	342.418.012,91	6,92	211.201.879,18	3,79	97.047	12.859
	TOTAL	704.763.609,96		242.616.806,87			
Resíduos Sólidos Urbanos	FIN	31.450.000,00		35.966.511,52			
	OGU	118.637.787,11	1,47	10.603.206,53	0,73	116.424	2.468
	TOTAL	150.087.787,11		46.569.718,05			
Saneamento Integrado	FIN	775.944.299,13		748.887.828,85			
	OGU	528.390.689,44	12,81	605.825.731,58	21,18	105.837	71.800
	TOTAL	1.304.334.988,57		1.354.713.560,43			
Pró-Municípios	OGU	1.060.945.153,32	10,42	171.054.721,41	2,67	-	9.066
	TOTAL	1.060.945.153,32		171.054.721,41			
Estudos e Projetos	FIN	-		15.962.843,00			
	OGU	5.822.875,00	0,06	6.681.774,80	0,35	404.368	1.200
	TOTAL	5.822.875,00		22.644.617,80			
Diversos*	FIN	37.940.791,34		1.047.358,39			
	OGU	-	0,37	-	0,02	-	56
	TOTAL	37.940.791,34		1.047.358,39			
Desenvolvimento Institucional	FIN	415.418.640,00		164.142.692,13			
	OGU	42.357.829,24	4,50	5.601.994,51	2,72	-	8.996
	TOTAL	457.776.469,24		169.744.686,64			
TOTAL		10.180.286.937,95	100	6.397.634.113,22	100	-	339.075

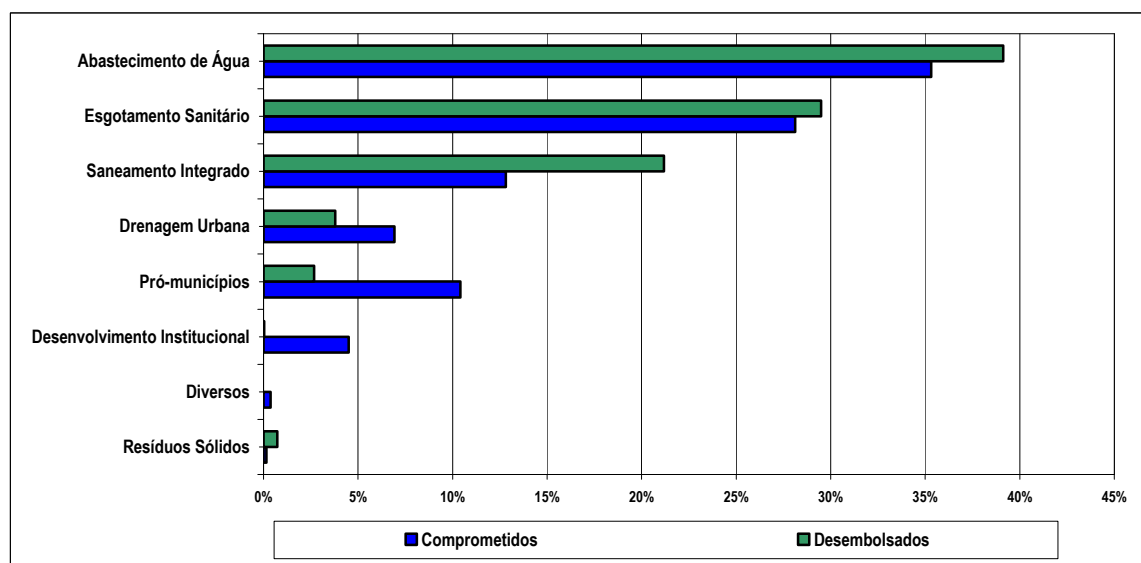
Obs: Os valores apresentados correspondem apenas aos valores dos empréstimos e repasses, excluindo-se, portanto, os valores aportados a título de contrapartida

* Na modalidade "diversos" não foi possível calcular o número de famílias beneficiadas em função da diversidade de unidades de medida para as iniciativas contabilizadas

** Optou-se por não incluir o número total de famílias beneficiadas porque uma mesma família pode estar sendo beneficiada por investimentos realizados em mais de uma modalidade

O Gráfico 9 mostra a distribuição percentual total dos gastos realizados em 2010 por modalidade, segundo a categoria de gasto. Pode-se perceber, dentre os valores comprometidos, a priorização das ações de abastecimento de água. A modalidade foi contemplada com 35,3% e 39,1% dos gastos comprometidos e desembolsados, respectivamente. Em seguida, destaca-se o esgotamento sanitário, com 28,1% dos compromissos e 29,5% dos desembolsos e o saneamento integrado, contemplado com 12,8% dos valores comprometidos e 21,2% dos desembolsados.

Gráfico 9 - Valores comprometidos e desembolsados para o saneamento básico em 2010 por modalidade - (% em relação ao total)



2.1.5 Evolução dos gastos comprometidos e desembolsados

A Tabela 15 detalha os valores históricos comprometidos e desembolsados em iniciativas de saneamento básico desde o ano de 2003 pelos órgãos executores e fundos públicos que apóiam ações de saneamento.

Tabela 15 - Gastos comprometidos e desembolsados em iniciativas de saneamento básico (em valores históricos)

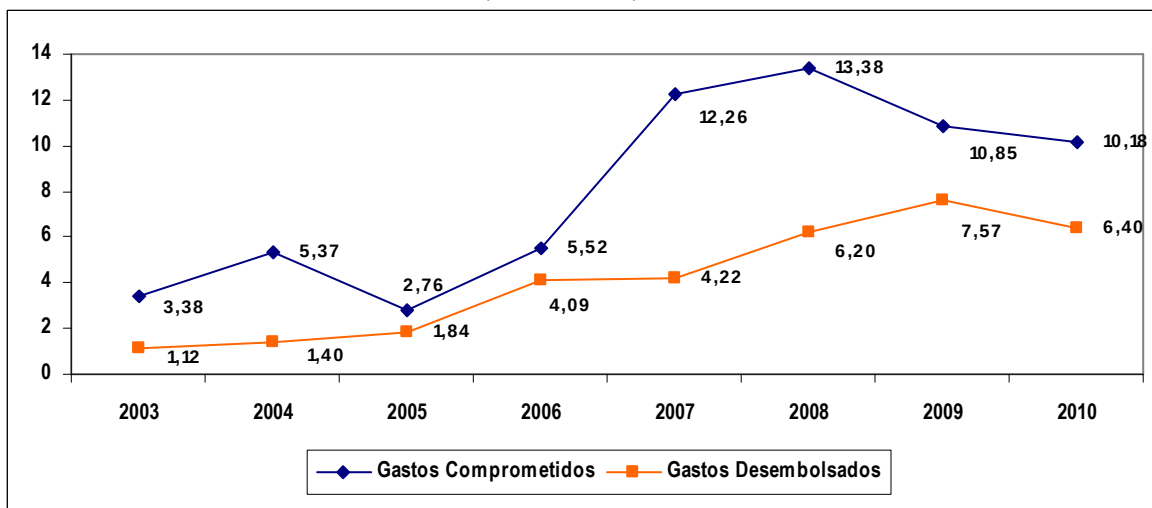
ANO	COMPROMETIDOS (R\$ 1,00)			DESEMBOLSADOS (R\$ 1,00)		
	Empréstimos	OGU	TOTAL	Empréstimos	OGU	TOTAL
2003	1.668.985.332	551.538.774	2.220.524.105	119.025.438	619.662.218	738.687.656
2004	2.857.529.020	1.103.793.780	3.961.322.800	329.572.192	704.576.107	1.034.148.299
2005	53.856.563	2.004.748.837	2.058.605.400	575.091.371	799.186.509	1.374.277.879
2006	1.823.215.881	2.451.828.883	4.275.044.764	1.734.863.875	1.430.599.979	3.165.463.854
2007	5.304.435.865	4.940.512.277	10.244.948.142	1.718.163.780	1.810.617.262	3.528.781.062
2008	6.225.356.186	5.971.220.657	12.196.576.843	2.209.028.968	3.446.691.212	5.655.720.180
2009	3.169.811.384	6.582.217.563	9.752.028.947	3.257.138.218	3.547.356.068	6.804.494.287
2010	5.618.966.758	4.561.320.179	10.180.286.938	3.158.562.189	3.239.071.924	6.397.634.113
TOTAL	26.722.156.990	28.167.180.951	54.889.337.941	13.101.446.050	15.597.761.280	28.699.207.330

A evolução dos valores comprometidos e desembolsados para o saneamento básico desde 2003, com correção monetária pelo IGP-DI da FGV para o ano de 2010, disponível no Gráfico 10, demonstra os avanços do Governo Federal na retomada das contratações de operações de crédito e repasses com recursos do OGU.

O Gráfico revela que os valores comprometidos nos anos entre 2007 e 2010 (média dos quatro anos) é 174% superior aos valores dos compromissos de gastos apurados entre 2003 e 2006 (média dos quatro anos), já atualizados pelo IGP-DI para o ano de 2010. Na comparação com os anos de 2003 e 2006, os valores médios desembolsados entre 2007 e

2010 são 189% superiores aos valores médios apurados nos quatro anos anteriores, já corrigidos pelo IGP-DI para o ano de 2010. Esse notável incremento de recursos investidos no setor a partir de 2007 está associado à implementação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC para o setor de saneamento básico.

Gráfico 10 - Evolução dos gastos comprometidos e desembolsados em iniciativas de saneamento básico*
(Em R\$ bilhões)

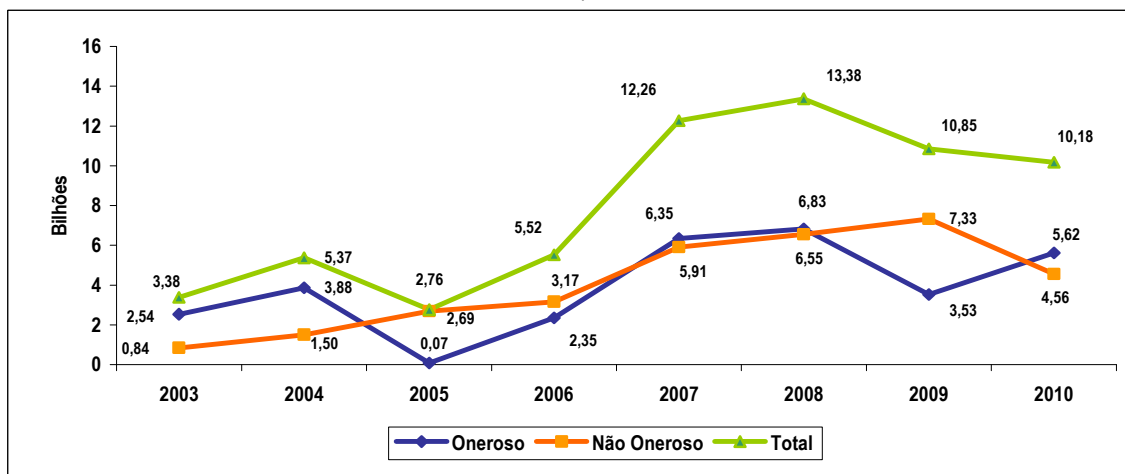


* As séries foram indexadas pelo IGP-DI médio anual da FGV para o ano de 2010

2.1.4.1 Evolução dos gastos comprometidos e desembolsados por fonte de recursos

Na análise da evolução dos valores comprometidos por fonte de recursos, disponíveis no Gráfico 11, atualizados pelo IGP-DI para o ano de 2010, observa-se que, no ano de 2010, os recursos onerosos foram a principal fonte de gastos comprometidos, 23,2% superiores aos valores comprometidos com recursos não onerosos.

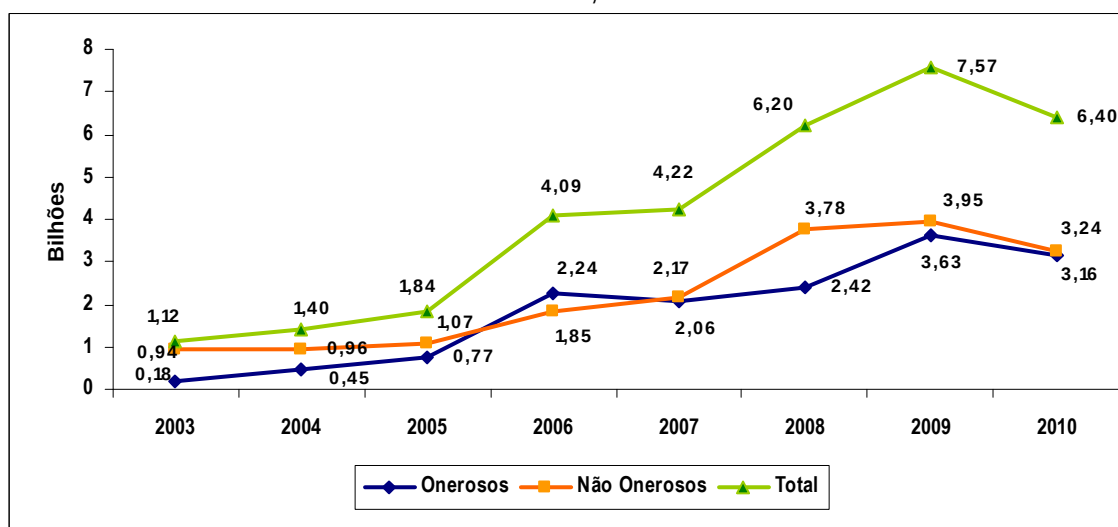
Gráfico 11 - Evolução dos gastos comprometidos em iniciativas de saneamento básico - 2003 a 2010* (Em R\$ bilhões)



* Valores atualizados pelo IGP-DI para o ano de 2010

Na análise da evolução dos valores desembolsados anualmente por fonte de recursos, atualizados pelo IGP-DI para o ano de 2010, observa-se que os desembolsos de recursos onerosos e não onerosos permaneceram praticamente estáveis em 2010, quando comparados aos valores de 2009, com R\$ 3,24 bilhões e R\$ 3,16 bilhões, respectivamente.

Gráfico 12 - Evolução dos gastos desembolsados em iniciativas de saneamento básico - 2003 a 2010* (Em R\$ bilhões)

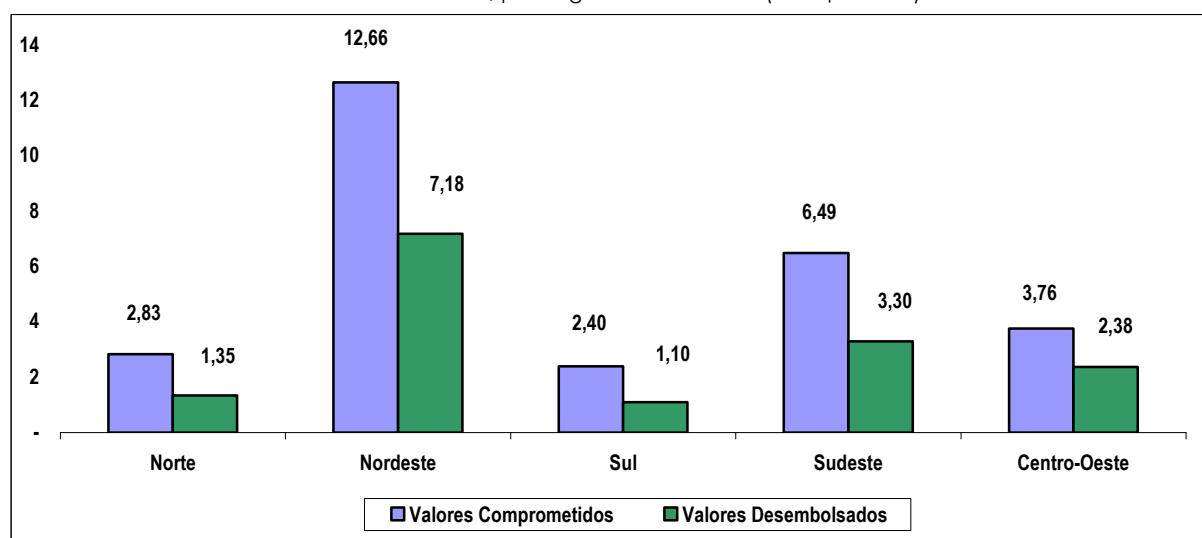


* Valores atualizados pelo IGP-DI para o ano de 2010

2.1.4.2 Gastos comprometidos e desembolsados por Região

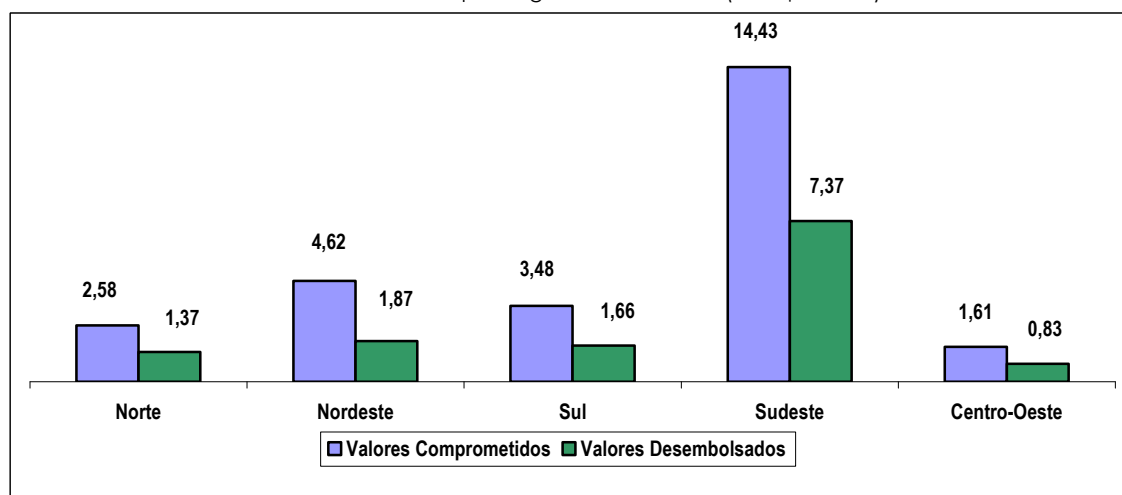
A análise dos valores comprometidos e desembolsados com recursos do OGU entre os anos de 2003 e 2010 mostra a importância dos recursos não onerosos para a Região Nordeste. A priorização da destinação de recursos para a Região revela a atuação estratégica governamental que visa melhorar as situações sanitárias de áreas que, além de apresentarem os piores indicadores de acesso aos serviços, têm menor capacidade de acesso aos recursos onerosos. O Gráfico 13 mostra, em valores históricos, que a Região Nordeste foi beneficiada por 44,9% dos valores comprometidos (R\$ 12,66 bilhões) e 46,6% dos montantes desembolsados (R\$ 7,18 bilhões) com recursos do OGU entre os anos de 2003 e 2010.

Gráfico 13 - Valores Totais comprometidos e desembolsados com recursos do OGU em iniciativas de saneamento básico, por Região – 2003 a 2010 (Em R\$ bilhões)



A análise dos valores comprometidos e desembolsados com recursos de empréstimos mostra a concentração da destinação dos recursos onerosos na Região Sudeste. A destinação de recursos para a Região é resultado dos critérios adotados para acesso aos recursos onerosos, que privilegiam as áreas com maior dinamismo econômico. O Gráfico 14 mostra, em valores históricos, que a Região Sudeste foi beneficiada por 54% dos valores comprometidos (R\$ 14,43 bilhões) e 56,3% dos desembolsos (R\$ 7,37 bilhões) de 2003 a 2010.

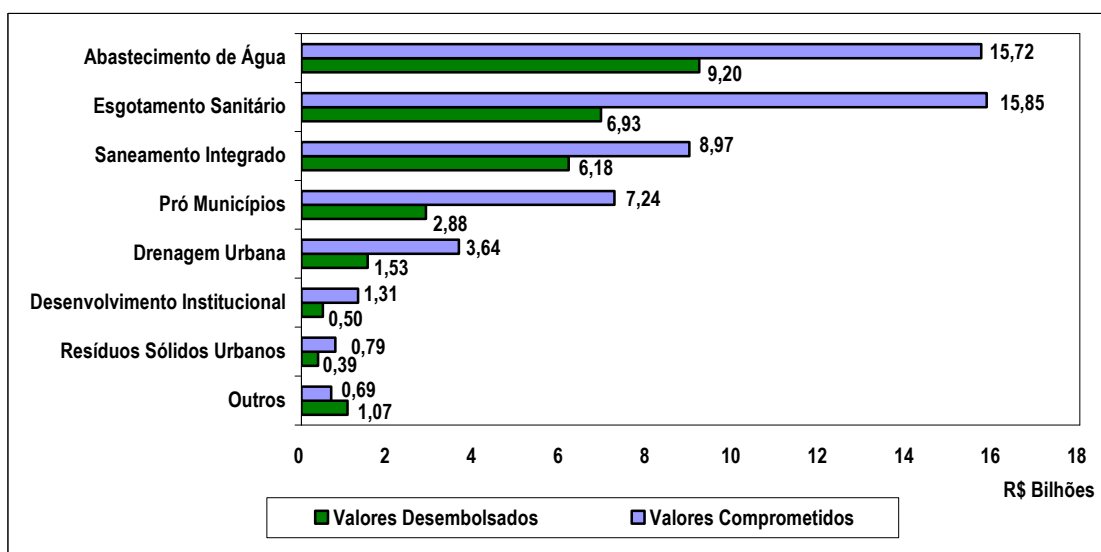
Gráfico 14 - Valores Totais comprometidos e desembolsados com recursos de empréstimos em iniciativas de saneamento básico, por Região – 2003 a 2010 (Em R\$ bilhões)



2.1.4.3 Evolução dos Gastos comprometidos e desembolsados por modalidade

A análise dos valores comprometidos e desembolsados totais por modalidade mostra que, entre os anos de 2003 e 2010, foram priorizadas as intervenções destinadas ao abastecimento de água e ao esgotamento sanitário. O Gráfico 15 mostra, em percentual, que à modalidade de abastecimento de água foram destinados 29% dos valores comprometidos e 32,1% dos valores desembolsados no período. À modalidade de esgotamento sanitário foram destinados 29,2% dos gastos comprometidos e 24,2% dos gastos desembolsados.

Gráfico 15 - Valores totais comprometidos e desembolsados em iniciativas de saneamento básico, por modalidade – 2003 a 2010 (Em R\$ bilhões)



3 EXECUÇÃO FÍSICA DOS EMPREENDIMENTOS

A seção visa disponibilizar indicadores de execução dos investimentos em saneamento básico com o objetivo de possibilitar uma análise sintética do andamento dos empreendimentos apoiados e/ou financiados com recursos federais e dos fundos financiadores ao término do exercício financeiro de 2010. Assim, são apuradas informações acerca da execução física dos investimentos contratados entre os anos de 1988 e 2010, para os contratos de empréstimo (recursos do FAT e do FGTS), e, de 1996 a 2010, para os contratos de repasse, assinados com recursos orçamentários.

Embora a execução das obras do setor seja, por sua natureza, plurianual, a tentativa de reunir e monitorar a execução dos investimentos em sucessivos períodos é um esforço importante para dimensionar e comparar a evolução da aplicação dos recursos públicos e a sua transformação em empreendimentos que trarão benefícios efetivos para a população brasileira.

A seção está dividida em três subseções. Apresenta-se, inicialmente, a situação geral dos investimentos em saneamento apoiados e/ou financiados com recursos do OGU e de empréstimos no âmbito dos órgãos executores do Governo Federal (Ministério das Cidades, Ministério da Integração e Ministério do Turismo). Esse tópico inclui a classificação dos empreendimentos segundo o estágio de execução: empreendimentos não iniciados, em andamento e já concluídos. Ainda nessa primeira parte, detalha-se a situação geral dos investimentos em saneamento sob gestão exclusiva do Ministério das Cidades e dos fundos financiadores. Na apresentação dos dados, foram considerados os valores totais de investimento, ou seja, estão contabilizados os valores aportados pela União no contrato de repasse ou empréstimo, somados aos valores aportados pelos proponentes, a título de contrapartida.

No tópico seguinte, são detalhados os investimentos que compõem a carteira de investimentos sob gestão do Ministério das Cidades e dos fundos financiadores no setor de saneamento no ano de 2010. A carteira inclui o rol de contratos vigentes ao final do exercício (inclusive com empreendimentos não iniciados), independentemente do ano de assinatura do contrato. Assim, os investimentos da carteira vigente incluem informações dos contratos de obras não iniciadas e em andamento e excluem contratos com obras já finalizadas ao término do ano. Vale mencionar que, na carteira, também estão incluídos os valores das contrapartidas dos proponentes. Na sequência, estão reunidas as informações sobre os empreendimentos da carteira que estão em andamento, tomando-se como referência o final do exercício de 2010. As informações apresentadas estão organizadas por Grande Região, por modalidade de intervenção, por percentual de execução, por origem dos recursos e por ano de assinatura dos contratos.

Por fim, na terceira subseção são apresentadas informações sobre os empreendimentos concluídos no período, bem como detalhamento dos concluídos no exercício. Além disso, disponibilizam-se dados sobre a duração média dos empreendimentos concluídos, bem como os concluídos por modalidade, Região e fonte de recursos.

3.1 Situação Geral dos Investimentos

A Tabela 16 traz a situação geral, observada em dezembro de 2010, das intervenções em saneamento básico realizadas entre 1988 e 2010 com aporte de recursos da União, segundo os órgãos executores. É possível observar a significativa participação do Ministério das Cidades no apoio às políticas públicas direcionadas ao saneamento básico: os empreendimentos sob responsabilidade do órgão representam 98,9% (R\$ 68,67 bilhões) dos investimentos totais realizados pelo Governo Federal em saneamento básico, que ultrapassam R\$ 69 bilhões¹⁶. Os investimentos sob responsabilidade do Ministério da Integração somados aos investimentos do Ministério do Turismo totalizam pouco mais de 1% (R\$ 752 milhões) dos recursos totais aplicados pelo Governo Federal. Deve-se ressaltar que os valores de investimentos considerados incluem os recursos do OGU e de empréstimos (recursos do FAT e do FGTS), bem como os valores de contrapartida dos proponentes.

Do universo de investimentos contratados até dezembro de 2010, notou-se que 31,7% já foram concluídos, 50,7% estavam em andamento e 17,5% não haviam iniciado.

Tabela 16 - Situação geral dos investimentos públicos em saneamento, por órgão executor, em dezembro de 2010

SITUAÇÃO DOS EMPREENHIMENTOS	VALORES DE INVESTIMENTOS (R\$ MILHÕES)									
	MCidades*				MI**		Mtur***		Total geral	
	FIN	OGU	Total		Total		Total			
	(FAT/FGTS)		(somente OGU)	(somente OGU)						
	R\$	R\$	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Concluídos	15.630	6.233	21.863	31,8	135	22,3	31	20,7	22.028	31,7
Em Andamento	22.394	12.269	34.663	50,5	469	77,7	92	62,4	35.225	50,7
Não iniciados	6.564	5.577	12.141	1,8	-	0,0	25	16,9	12.166	17,5
Total	44.588	24.079	68.667	100,0	604	100,0	148	100,0	69.419	100,0
Participação órgão/fonte (%)	64,2	34,7	98,9	-	0,9	-	0,2	-	-	-

* Ministério das Cidades

** Ministério da Integração Nacional

*** Ministério do Turismo

A Tabela 17 apresenta o resumo da situação geral dos contratos assinados entre 1988 e 2010. Destaca-se que 99,9% dos contratos (38.115 operações) firmados no período estão sob a gestão do Ministério das Cidades, com participação expressiva dos contratos assinados com recursos do OGU, que representam 90,6% do número total de contratos.

Tabela 17 - Situação geral dos contratos (Nº de operações) de saneamento firmados com recursos públicos, em dezembro de 2010

Situação dos Empreendimentos	Nº de operações									
	MCidades*				MI**		Mtur***		Total geral	
	FIN (FAT/FGTS)	OGU	Total		Total (somente OGU)		Total (somente OGU)			
			Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
	Concluídos	2.156	23.516	25.672	67,4	7	19,4	1	7,1	25.680
Em Andamento	1.192	4.720	5.912	15,5	29	80,6	8	57,1	5.949	15,6
Não iniciados	183	6.348	6.531	17,1	-	-	5	35,7	6.536	17,1
Total	3.531	34.584	38.115	100,0	36	100,0	14	100,0	38.165	100,0
Participação órgão/Fonte (%)	9,3	90,6	99,9	-	0,1	-	0,0	-	-	-

* Ministério das Cidades

** Ministério da Integração Nacional

*** Ministério do Turismo

¹⁶ Não foram obtidos dados de execução da Fundação Nacional de Saúde – Funasa e do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

3.1.1 Situação geral dos investimentos sob gestão do MCidades

As Tabelas 18 e 19 detalham a situação geral dos empreendimentos em saneamento sob gestão do MCidades, em valores de investimento (Tabela 18) e em quantidade de operações (Tabela 19), segundo o ano de contratação e situação dos empreendimentos. As informações da Tabela 18 incluem os valores históricos dos investimentos em contratos de empréstimo firmados entre 1988 e 2010 e de contratos de repasse e termos de compromisso¹⁷ assinados entre 1996 e 2010, entre a União e os Estados, Distrito Federal, Municípios e prestadores de serviços, considerando-se também os valores aportados a título de contrapartida pelos proponentes.

Os investimentos realizados no período, que, em valores históricos ultrapassam R\$ 68 bilhões, foram classificados ao final de 2010 segundo a seguinte situação: 17,7% (12,1 bilhões) não tinham sido iniciados, 50,5% (34,6 bilhões) estavam em fase de obras e 31,8% (21,8 bilhões) foram concluídos.

Tabela 18 - Situação geral dos empreendimentos sob gestão do MCidades, em dezembro de 2010, por ano de contratação

Situação dos Empreendimentos Contratados	VALORES DE INVESTIMENTOS SOB GESTÃO DO MCIDADES																	
	1988 a 1994		1995 a 1998		1999 a 2002		2003 a 2006		2007		2008		2009		2010		Total	
	R\$ mi	%	R\$ mi	%	R\$ mi	%	R\$ mi	%	R\$ mi	%	R\$ mi	%	R\$ mi	%	R\$ mi	%	R\$ mi	%
Concluídos	2.738	81,9	6.825	94,9	4.907	96,4	4.682	46,9	1.191	6,9	1.087	10,2	204	2,7	228	3,0	21.863	31,8
Em Andamento	605	18,1	252	3,5	182	3,6	5.192	52,0	15.374	88,9	7.645	71,9	3.197	42,4	2.216	29,2	34.663	50,5
Não iniciados*	0	-	112	1,6	3	0,1	108	1,1	727	4,2	1.898	17,9	4.146	54,9	5.147	67,8	12.141	17,7
TOTAL	3.344	100	7.189	100	5.092	100	9.982	100	17.292	100	10.630	100	7.547	100	7.591	100	68.667	100

* Há um contrato não iniciado no valor de R\$153 mil sem a informação da data de assinatura

Em relação ao número total de contratos assinados entre 1988 e 2010 (38.115) disponíveis na Tabela 19, observa-se que, ao final do exercício de 2010, 17,1% dos contratos não tiveram as obras iniciadas; 15,5% dos contratos eram de empreendimentos em execução; e, em 67,4% dos contratos as obras foram concluídas.

Tabela 19 - Situação geral dos contratos sob gestão do MCidades, em dezembro de 2010, por ano de contratação

Situação dos Empreendimentos Contratados	QUANTIDADE DE CONTRATOS SOB GESTÃO DO MCIDADES																	
	1988 a 1994		1995 a 1998		1999 a 2002		2003 a 2006		2007		2008		2009		2010		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Concluídos	121	95,3	7.943	98,3	5.962	98,7	7.711	86,0	2.418	49,7	1.344	31,8	169	4,6	4	0,2	25.672	67,4
Em Andamento	6	4,7	128	1,6	77	1,3	1.205	13,4	1.860	38,2	1.946	46,0	636	17,5	54	2,5	5.912	15,5
Não iniciados*	0	-	11	0,1	2	0,0	50	0,6	589	12,1	936	22,1	2.835	77,9	2.107	97,3	6.531	17,1
TOTAL	127	100	8.082	100	6.041	100	8.966	100	4.867	100	4.226	100	3.640	100	2.165	100	38.115	100

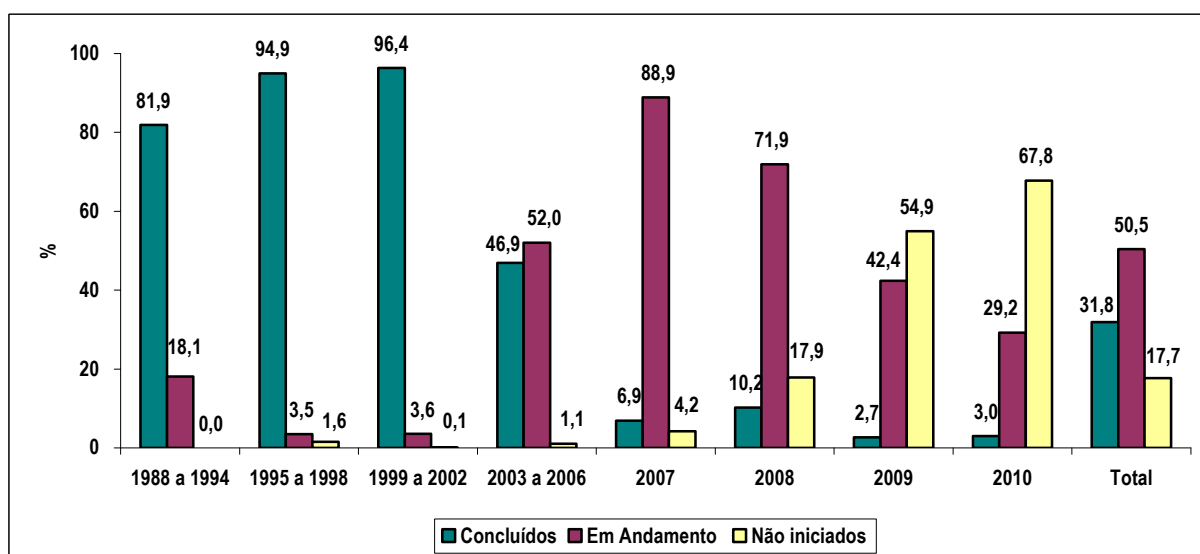
* Há um contrato não iniciado sem a informação da data de assinatura

O Gráfico 16 mostra a situação geral, em dezembro de 2010, das intervenções em saneamento básico contratadas no período. Observa-se que ao final de 2010, dentre os contratos assinados entre 2003 e 2006, os que não tiveram obras iniciadas correspondiam a 1,1% dos investimentos; os que estavam em andamento representavam 52% dos recursos

¹⁷ Termo de Compromisso: instrumento administrativo de transferência obrigatória de recursos financeiros que se processa por intermédio de instituição ou agente financeiro público federal, atuando como mandatário da União, de acordo com a Lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007.

contratados e os empreendimentos concluídos eram equivalentes a 46,9% dos investimentos. Dentre os investimentos contratados em 2007, em 2010, 4,2% não haviam sido iniciados, 88,9% estavam em andamento e 6,9% foram concluídos. Os investimentos contratados em 2008 que estavam em andamento em 2010 correspondiam a 71,9% dos recursos contratados no ano, os não iniciados correspondiam a 17,9% do montante contratado no exercício e os concluídos correspondiam a um percentual equivalente 10,2% dos investimentos. Quanto aos investimentos contratados no ano de 2009, em 2010, 42,4% estavam em andamento, 54,9% não foram iniciados e 2,7% foram concluídos. Já dentre os investimentos contratados no ano de 2010, 67,8% não foram iniciados, 29,2% estavam em andamento e 3% não foram iniciados.

Gráfico 16 - Situação geral dos investimentos em saneamento sob gestão do MCidades, em dezembro de 2010, por ano de contratação



3.1.2 Situação geral dos empreendimentos apoiados com recursos do OGU

A Tabela 20 e o Gráfico 17 disponibilizam informações sobre a situação geral, ao término de 2010, dos investimentos contratados com recursos do OGU entre os anos de 1996 a 2010, sob gestão do MCidades, por ano de contratação, em valores históricos. Observa-se que, do montante total de investimentos contratados no período (R\$ 24,1 bilhões), em 2010, 23,2% dos investimentos não tinham sido iniciados, 51% estavam em andamento e 25,9% foram concluídos. Também disponível na Tabela 20, observa-se que o valor médio dos contratos é R\$ 700 mil, com destaque para o ano de 2007, em que a média apurada foi de R\$ 2,5 milhões.

Tabela 20 - Situação geral dos investimentos apoiados com recursos do OGU, sob gestão do MCidades, por ano de contratação

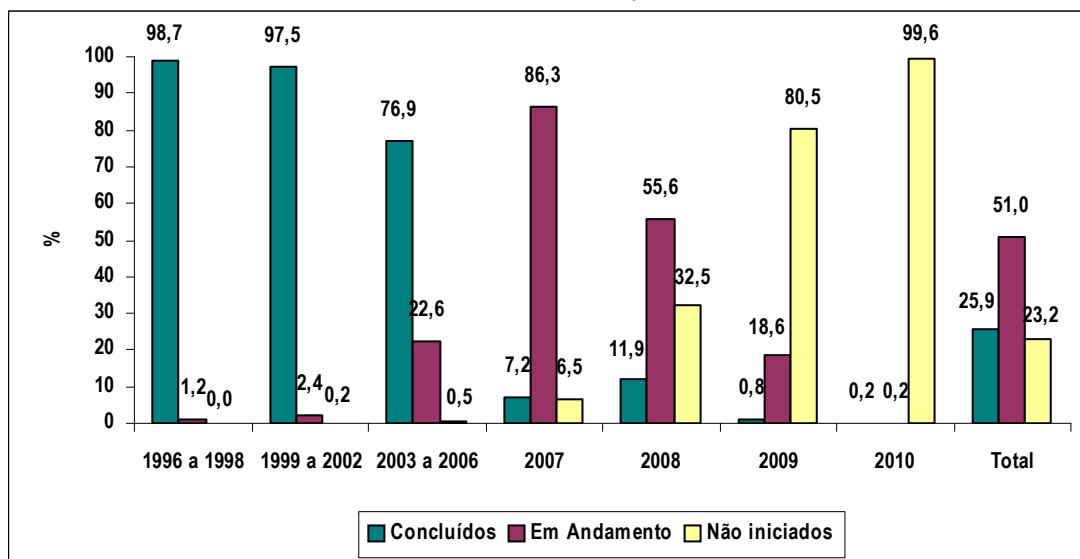
Situação dos Empreendimentos (OGU)	VALORES DE INVESTIMENTOS POR ANO DE CONTRATAÇÃO*															
	1996 a 1998		1999 a 2002		2003 a 2006		2007		2008		2009		2010		Total	
	R\$ mi	%	R\$ mi	%	R\$ mi	%	R\$ mi	%	R\$ mi	%	R\$ mi	%	R\$ mi	%	R\$ mi	%
Concluídos	1.600	98,7	1.727	97,5	1.781	76,9	811	7,2	281	11,9	32	0,8	2	0,2	6.233	25,9
Em Andamento	20	1,2	42	2,4	523	22,6	9.666	86,3	1.309	55,6	707	18,6	2	0,2	12.269	51,0
Não iniciados **	0	0,0	3	0,2	12	0,5	725	6,5	764	32,5	3.056	80,5	1.017	99,6	5.577	23,2
Total	1.620	100	1.772	100	2.315	100	11.202	100	2.354	100	3.796	100	1.020	100	24.079	100
Total (%)	6,7		7,4		9,6		46,5		9,8		15,8		4,2		100	
Valor médio por contrato (R\$ mi)	0,2		0,3		0,3		2,5		0,6		1,1		0,5		0,7	

* Inclui as contrapartidas dos Estados, Municípios, Distrito Federal e prestadores de serviço

** Há um contrato não iniciado, com valor de investimento de R\$ 153 mil, contabilizado somente no valor total

Ao término de 2010, dos investimentos contratados entre 2003 e 2006, 76,9% tiveram as obras concluídas; 22,6% estavam em fase de obras; e, restavam 0,5% não iniciados. Dentre os investimentos contratados em 2007, 6,5% das obras não foram iniciadas; 86,3% estavam em andamento; e, 7,2% tiveram as obras concluídas. Em relação aos investimentos contratados em 2008, 55,6% estavam em andamento; 32,5% não foram iniciados; e, 11,9% foram concluídos. Considerando-se os volumes contratados no ano de 2009, em 2010, 80,5% dos empreendimentos não foram iniciados; 18,6% estavam em andamento; e, 0,8% não iniciaram as obras. Já dos assinados em 2010, 99,6% dos contratos firmados não iniciaram as obras. Esse elevado percentual de empreendimentos não iniciados explica-se em virtude do tempo de maturação necessário para o início das obras. Ou seja, em diversos casos, depois de assinados os contratos, é necessário dar andamento a providências relacionadas aos projetos de engenharia, titularidade das áreas de intervenção, licenciamentos ambientais e procedimentos licitatórios para dar-se início efetivo aos empreendimentos.

Gráfico 17 - Situação geral dos investimentos apoiados com recursos do OGU, sob gestão do MCidades, por ano de contratação



A Tabela 21 mostra o resumo da situação, em dezembro de 2010, do número total de contratos assinados com recursos orçamentários firmados entre 1996 e 2010. Observa-se que,

do montante total de contratos assinados no período (34.584), em 2010, 6.348 não tinham obras iniciadas (18,4%), 4.720 estavam em andamento (13,6%) e 23.516 foram concluídos (68%).

Tabela 21 - Situação dos contratos firmados com recursos do OGU, sob gestão do MCidades, por ano de contratação

Situação de Empreendimentos (OGU) *	QUANTIDADE DE CONTRATOS POR ANO DE CONTRATAÇÃO															
	1996 a 1998		1999 a 2002		2003 a 2006		2007		2008		2009		2010		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Concluídos	6.449	99,4	5.801	98,9	7.432	88,7	2.382	52,2	1.289	34,1	160	4,6	3	0,1	23.516	68,0
Em Andamento	41	0,6	60	1,0	895	10,7	1.592	34,9	1.576	41,6	549	15,8	7	0,3	4.720	13,6
Não iniciados	1	0,0	2	0,0	48	0,6	588	12,9	919	24,3	2.770	79,6	2.019	99,5	6.348	18,4
Total	6.491	100	5.863	100	8.375	100	4.562	100	3.784	100	3.479	100	2.029	100	34.584	100
Total (%)	18,7		16,9		24,2		13,2		10,9		10,1		5,9		100	

* Há um contrato não iniciado sem a informação de data de assinatura, contabilizado somente no número total de contratos

3.1.3 Situação geral dos empreendimentos financiados com recursos do FGTS/FAT

A Tabela 22 e o Gráfico 18 disponibilizam informações sobre a situação geral, em dezembro de 2010, dos investimentos em saneamento básico contratados entre os anos de 1988 e 2010 com recursos de empréstimos, por ano de contratação, em valores históricos. Observa-se que, em 2010, do montante total de investimentos contratados (R\$ 44,59 bilhões), 14,7% das obras não foram iniciadas, 50,2% estavam em andamento e 35,1% foram concluídas.

Tabela 22 - Situação dos empreendimentos financiados com recursos (FGTS/FAT), sob gestão do MCidades, por ano de contratação

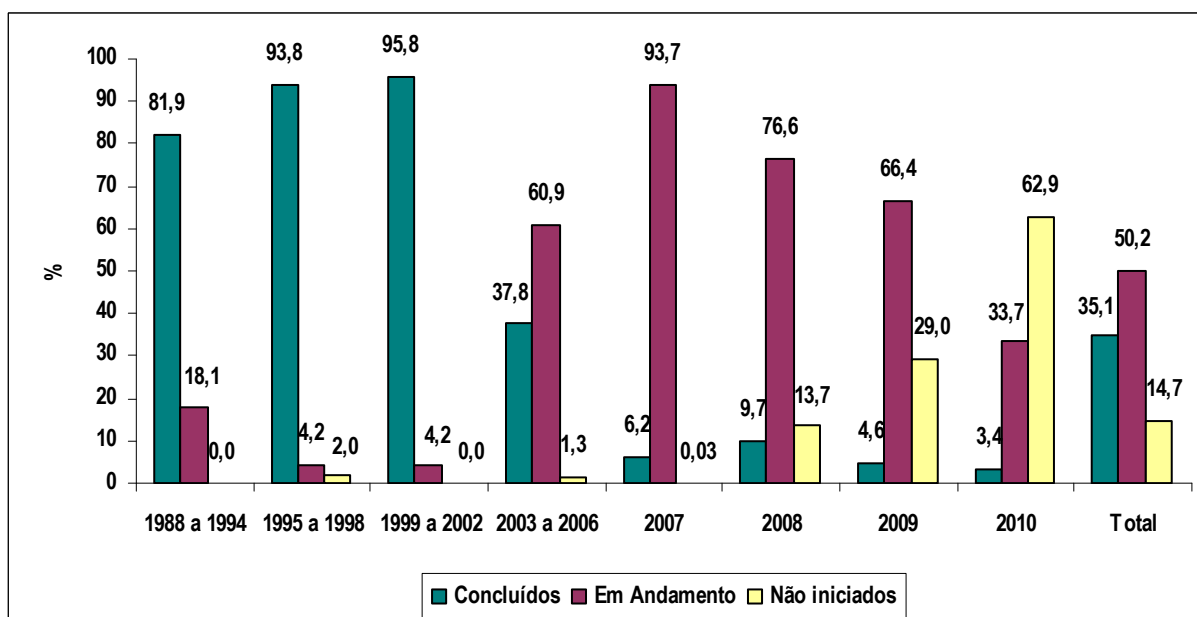
Situação dos Empreendimentos - FIN	VALORES DE INVESTIMENTOS DA UNIÃO *																	
	1988 a 1994		1995 a 1998		1999 a 2002		2003 a 2006		2007		2008		2009		2010		Total	
	R\$ mi	%	R\$ mi	%	R\$ mi	%	R\$ mi	%	R\$ mi	%	R\$ mi	%	R\$ mi	%	R\$ mi	%	R\$ mi	%
Concluídos	2.738	81,9	5.226	93,8	3.180	95,8	2.901	37,8	381	6,2	806	9,7	172	4,6	227	3,4	15.630	35,1
Em Andamento	605	18,1	232	4,2	140	4,2	4.670	60,9	5.708	93,7	6.335	76,6	2.490	66,4	2.214	33,7	22.394	50,2
Não iniciados	0	0,0	112	2,0	0	0,0	97	1,3	2	0,0	1.134	13,7	1.089	29,0	4.130	62,9	6.564	14,7
Total	3.344	100	5.569	100	3.320	100	7.667	100	6.091	100	8.276	100	3.751	100	6.571	100	44.588	100
Total (%)	7,5		12,5		7,4		17,2		13,7		18,6		8,4		14,7		100	
Valor médio de Investimento por contrato (R\$ mi)	26,3		3,5		18,7		43,1		20,0		18,7		23,3		48,3		12,6	

* Inclui as contrapartidas dos Estados, Municípios, Distrito Federal e prestadores de serviço

No término de 2010, dos investimentos contratados entre 2003 e 2006, 37,8% tiveram obras concluídas; 60,9% estavam em fase de obras; e, restavam 1,3% não iniciadas. Dos investimentos contratados em 2007, 93,7% estavam em andamento; e, 6,2% estavam concluídas. Dos investimentos contratados em 2008, 76,6% estavam em andamento; 13,7% não foram iniciados; e, 9,7% estavam concluídos. Considerando-se os contratos firmados em 2009, 66,4% dos investimentos estavam em andamento; 29% não foram iniciados; e, 4,6%

foram concluídos. Já em relação aos contratos de 2010, 62,9% dos empreendimentos não haviam iniciado; 33,7% estavam em andamento; e, 3,4% foram concluídos.

Gráfico 18 - Situação geral dos investimentos financiados com recursos do FGTS/FAT, por ano de contratação



A Tabela 23 mostra a situação resumida, em dezembro de 2010, do número total de contratos de saneamento básico assinados com recursos de empréstimos entre 1988 e 2010. Observa-se que, do montante total de contratos de investimentos assinados (3.531), no final de 2010, 183 não tinham sido iniciados, 1.192 estavam em andamento e 2.156 foram concluídos.

Tabela 23 - Situação dos contratos assinados com recursos de empréstimos (FGTS/FAT), sob gestão do MCidades, por ano de contratação

Situação dos Empreendimentos - FIN	Quantidade de Contratos por ano de contratação																	
	1988 a 1994		1995 a 1998		1999 a 2002		2003 a 2006		2007		2008		2009		2010		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Concluídos	121	95,3	1.494	93,9	161	90,4	279	47,2	36	11,8	55	12,4	9	5,6	1	0,7	2.156	61,1
Em Andamento	6	4,7	87	5,5	17	9,6	310	52,5	268	87,9	370	83,7	87	54,0	47	34,6	1.192	33,8
Não iniciados	0	-	10	0,6	0	-	2	0,3	1	0,3	17	3,8	65	40,4	88	64,7	183	5,2
Total	127	100	1.591	100	178	100	591	100	305	100	442	100	161	100	136	100	3.531	100
Total (%)	3,6		45,1		5,0		16,7		8,6		12,5		4,6		3,9		100	

3.2 Carteira de Investimentos do Ministério das Cidades (1988 a 2010)

A análise dos recursos que compõem a carteira de investimentos fornece um indicativo importante para o dimensionamento do montante de investimentos em curso no setor de saneamento, que estão sob a gestão do MCidades e dos fundos financiadores. A carteira de investimentos engloba os contratos vigentes ao final do exercício de 2010, correspondentes a empreendimentos de saneamento apoiados e/ou financiados com

recursos orçamentários e dos fundos financiadores (FAT e FGTS) contratados entre 1988 e 2010¹⁸. Portanto, na carteira de investimentos estão incluídos os empreendimentos contratados em exercícios anteriores, não iniciados e em fase de obras e são excluídos os contratos de investimentos já concluídos ao final do exercício de 2010.

A carteira de investimentos, ao final de 2010, perfazia um montante de R\$ 46,8 bilhões em investimentos (incluídos os valores aportados a título de contrapartida, em média, de 20% do valor do investimento), em um total de 12.443 contratos vigentes.

Como a carteira de investimentos inclui os contratos firmados em anos anteriores e com obras ainda não concluídas, observou-se que a carteira de investimentos vigente em 2010 contava com 6 (seis) contratos firmados antes de 1995, equivalentes a um total de R\$ 605 milhões (1,3% dos investimentos); 139 contratos firmados entre os anos de 1995 e 1998, equivalentes a R\$ 364 milhões (0,8% dos investimentos); 79 contratos firmados entre os anos de 1999 e 2002 com R\$ 184 milhões (0,4% dos investimentos); e 1.255 contratos assinados entre 2003 e 2006, equivalentes a R\$ 5,3 bilhões (11,3% dos investimentos). É possível observar que a maior parte dos investimentos que compõem a carteira de investimentos do MCidades foi contratada a partir de 2007 (86,2% do total), especialmente em virtude do lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, que responde por 71,3% dos investimentos da carteira. No ano de 2007, foram contratadas 2.449 operações, que equivalem a investimentos de R\$ 16,1 bilhões (34,4% do total). No ano de 2008, foram assinados 2.882 contratos no valor de R\$ 9,54 bilhões (20,4% da carteira). Em 2009, foram assinados 3.471 contratos, contabilizando-se investimentos de R\$ 7,34 bilhões (15,7% da carteira). Por fim, no ano de 2010, foram assinados 2.161 contratos, totalizando investimentos de R\$ 7,36 bilhões no período.

A Tabela 24 detalha os investimentos e as operações que compõem a carteira de investimentos do MCidades vigente no ano de 2010, segundo o ano de assinatura do contrato.

Tabela 24 - Carteira de investimentos do MCidades vigente em 2010, por ano de assinatura do contrato

Ano de Contratação*	Valores de Investimentos (VI)					Operações	
	VI Totais**		VI da União***		Contrapartida		
	R\$ mi	%	R\$ mi	%	%	Nº	%
1988 - 1994	605	1,3	599	1,6	1,0	6	0,0
1995 - 1998	364	0,8	266	0,7	26,9	139	1,1
1999 - 2002	184	0,4	102	0,3	44,7	79	0,6
2003 - 2006	5.301	11,3	3.821	10,2	28,0	1.255	10,1
2007	16.101	34,4	12.678	33,9	21,2	2.449	19,7
2008	9.543	20,4	7.174	19,2	25,3	2.882	23,2
2009	7.343	15,7	6.453	17,2	12,0	3.471	27,9
2010	7.363	15,7	6.323	16,9	14,2	2.161	17,4
Total	46.804	100,0	37.418	100,0	20,1	12.443	100,0

* Há um contrato, sem informação sobre o ano de contratação, com VI total de R\$ 153 mil, VI da União de R\$ 146 mil e contrapartida equivalente a 2% do VI total, contabilizado somente nos valores totais da tabela

** Inclui as contrapartidas dos Estados, Distrito Federal, Municípios e prestadores de serviço

*** Nesse caso, o VI da União corresponde ao valor de repasse

¹⁸ Considerou-se somente os empreendimentos gerenciados pelo MCidades.

3.2.1 Carteira de Investimentos por Região e por Fonte de Recursos

A Tabela 25 detalha a distribuição da carteira de investimentos do MCidades (operações e valores de investimento) e os valores médios por operação dos contratos de empréstimo (FAT e FGTS) e de repasse, por Região e por Fonte de Recursos.

Observa-se que aproximadamente 62% dos investimentos da carteira são oriundos de contratos de empréstimos, com predominância de recursos do FGTS, correspondente a 61,7% dos empréstimos totais contratados.

Em relação ao número de operações, 88,9% do número total de contratos correspondem a empreendimentos apoiados com recursos do OGU, o que faz com que o valor médio de investimento por operação de empréstimo (FGTS e FAT) seja cerca de 13 vezes superior em relação às operações contratadas com recursos do OGU. Enquanto o valor médio dos empreendimentos da carteira de investimentos com recursos orçamentários é de R\$ 1,6 milhão, o valor médio dos empreendimentos da carteira com recursos de empréstimos é de R\$ 21,1 milhões.

Além disso, é possível observar que a Região Norte apresenta o maior valor médio por operação, de R\$ 6,1 milhões, valor superior à média global, que é de R\$ 3,8 milhões. Por outro lado, a Região Sul apresenta o menor valor médio por operação, de R\$ 1,9 milhão.

Tabela 25 - Carteira de investimentos total (MCidades), vigente em 2010, e valores médios por operação, por Região

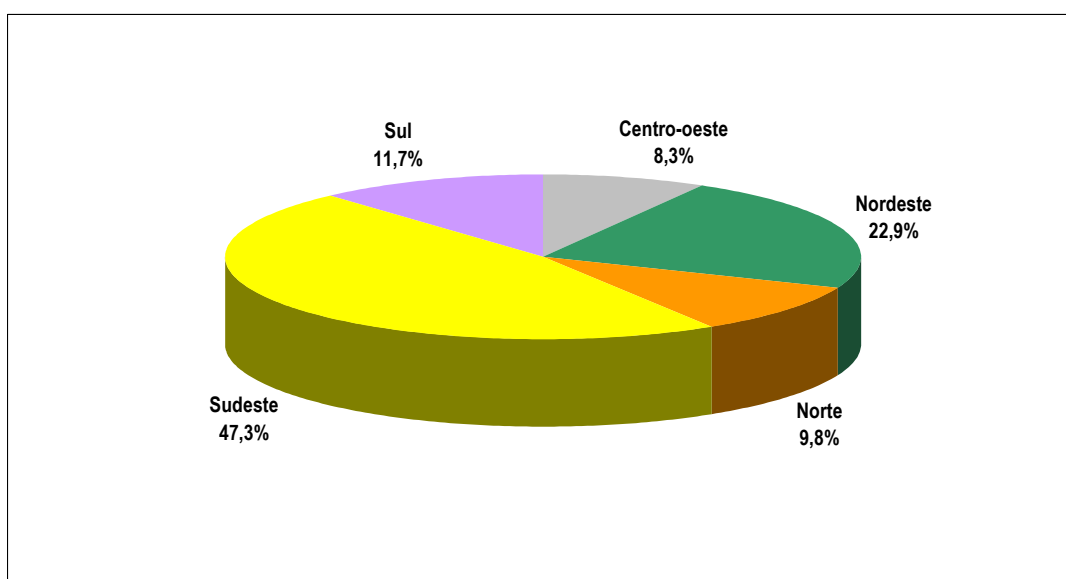
Carteira de Investimentos - MCidades**								
Região	FIN (R\$ Milhões)		OGU (R\$ Milhões)		Total			
	VI	VI médio (R\$ mi)	VI	VI médio (R\$ mi)	VI		Nº Operações	VI médio (R\$ mi)
					R\$ mi	%		
Centro-oeste	1.990	21,6	1.876	1,7	3.867	8,3	1.186	3,3
Nordeste	4.696	18,6	6.037	1,8	10.733	22,9	3.568	3,0
Norte	2.610	33,9	1.996	2,9	4.606	9,8	759	6,1
Sudeste	15.999	26,9	6.137	1,8	22.137	47,3	4.081	5,4
Sul	3.657	10,2	1.799	0,7	5.456	11,7	2.848	1,9
Nacional*	5	5,3	0,0	0,0	5	0,0	1	5,3
Total	28.958	21,1	17.846	1,6	46.804	100,0	12.443	3,8
Total (%)	61,9		38,1				100,0	

* Não discriminada por Região

** Inclui as contrapartidas dos Estados, Municípios, Distrito Federal e prestadores de serviço

O Gráfico 19 detalha a distribuição da carteira de investimentos por Região. A partir dos dados do Gráfico, observa-se que grande parte dos investimentos que compõem a carteira está concentrada nas Regiões Sudeste (47,3%) e Nordeste (22,9%) do país.

Gráfico 19 - Distribuição da carteira de investimentos total (MCidades), vigente em 2010, por Região



3.2.2 Carteira de Investimentos por Modalidade

A Tabela 26 mostra a distribuição dos investimentos da carteira do MCidades (valores de investimentos e número de empreendimentos) vigente ao final do exercício de 2010, por modalidade de intervenção e por fonte de recursos.

Observa-se que há predominância de investimentos em empreendimentos das seguintes modalidades: saneamento integrado (33%), esgotamento sanitário (24%) e abastecimento de água (15,3%). No entanto, ao se considerar o número de operações, constata-se que essas modalidades, apesar de concentrarem 72,3% dos recursos da carteira, concentram apenas 12,6% do total de contratos (2,7%; 5,6%; e, 4,3%, respectivamente). Ainda, a Tabela revela que iniciativas de saneamento, conjugadas com outras de desenvolvimento urbano (como pavimentação, drenagem, corredores de transporte, construção de habitações) reunidas na modalidade Pró-Infra/Pró-Municípios, cujos recursos são exclusivamente oriundos de emendas parlamentares, correspondem a 81,3% do número total das operações, mas representam apenas 10,5% dos investimentos totais da carteira.

Na análise da carteira de investimentos com recursos do OGU, observa-se que a modalidade Pró-Infra/Pró-Municípios concentra 27,5% do valor do investimento, seguida pelo saneamento integrado (25,1%) e pelo esgotamento sanitário (22%). Dentre os empréstimos, há predominância de investimentos na modalidade de saneamento integrado (37,8%), seguido de esgotamento sanitário (25,3%).

Tabela 26 - Carteira de investimentos total (MCidades), vigente em 2010, por modalidade e fonte de recursos

Modalidade	Investimentos Totais*		Operações Totais		Investimentos por fonte de recursos*					
					Empréstimos (FIN)			OGU		
	R\$ mi	%	Nº	%	R\$ mi	%	Nº	R\$ mi	%	Nº
Abastecimento de Água	7.161	15,3	537	4,3	4.782	16,5	324	2.379	13,3	213
Desenvolvimento Institucional	671	1,4	47	0,4	652	2,3	44	19	0,1	3
Drenagem Urbana	5.364	11,5	338	2,7	3.369	11,6	167	1.995	11,2	171
Esgotamento Sanitário	11.253	24,0	693	5,6	7.321	25,3	437	3.932	22,0	256
Estudos e Projetos	453	1,0	153	1,2	390	1,3	57	63	0,4	96
Pró-Infra/ Pró-Municípios	4.911	10,5	10.119	81,3	-	-	-	4.911	27,5	10.119
Resíduos Sólidos	213	0,5	127	1,0	151	0,5	33	62	0,3	94
Saneamento Integrado	15.444	33,0	335	2,7	10.959	37,8	219	4.484	25,1	116
Outros	1.333	2,8	94	0,8	1.333	4,6	94	-	-	-
Total	46.804	100	12.443	100,0	28.958	100	1.375	17.846	100	11.068

* Inclui as contrapartidas dos Estados, Municípios, Distrito Federal e prestadores de serviço

3.2.3 Carteira de Investimentos por Situação do Empreendimento

A Tabela 27 detalha a situação dos empreendimentos (não iniciados e em andamento) que compõem a carteira de investimentos do MCidades em 2010, por fonte de recursos. A partir dos dados, observa-se que, ao final de 2010, 74,1% (R\$ 34,66 bilhões) dos investimentos da carteira referiam-se a empreendimentos que estavam em andamento, quantitativo equivalente a 47,5% dos contratos vigentes. Havia, assim, R\$ 12,14 bilhões em obras não iniciadas, sendo 54,1% referentes a contratos de empréstimos e 45,9% a contratos firmados com recursos orçamentários. Nota-se que, no total de operações, era bastante expressivo o percentual de contratos firmados com recursos orçamentários com obras ainda não iniciadas, equivalentes a 97,2% do total de contratos sem obra iniciada.

Tabela 27 - Situação dos empreendimentos da carteira de investimentos por fonte de recursos

Fonte de Recurso	Investimentos						Operações					
	Não Iniciados		Em andamento		Total*		Não Iniciados		Em andamento		Total	
	R\$ mi	%	R\$ mi	%	R\$ mi	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Empréstimos	6.564	54,1	22.394	64,6	28.958	61,9	183	2,8	1.192	20,2	1.375	11,1
OGU	5.577	45,9	12.269	35,4	17.846	38,1	6.348	97,2	4.720	79,8	11.068	88,9
TOTAL	12.141	100,0	34.663	100,0	46.804	100,0	6.531	100,0	5.912	100,0	12.443	100,0
% / carteira total	25,9		74,1		-		52,5		47,5		-	

A Tabela 28 detalha a situação dos empreendimentos (não iniciados e em andamento) que compõem a carteira de investimentos do MCidades em 2010, detalhados por Região. A partir dos dados, observa-se que, ao final de 2010, 47,3% dos investimentos da carteira (R\$ 22,13 bilhões) estavam localizados na Região Sudeste. A Região concentra 47,7% das obras não iniciadas e 47,1% das obras em andamento.

Tabela 28 - Situação dos empreendimentos da carteira de investimentos por Região

Região	Valores de Investimentos**						Operações					
	Não Iniciados		Em Andamento		TOTAL		Não Iniciados		Em Andamento (%)		TOTAL	
	R\$ mi	(%)	R\$ mi	(%)	R\$ mi	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Centro-oeste	882	7,3	2.984	8,6	3.867	8,3	463	7,1	723	12,2	1.186	9,5
Nordeste	2.931	24,1	7.802	22,5	10.733	22,9	1.627	24,9	1.941	32,8	3.568	28,7
Norte	1.139	9,4	3.467	10,0	4.606	9,8	392	6,0	367	6,2	759	6,1
Sudeste	5.795	47,7	16.341	47,1	22.137	47,3	2.316	35,5	1.765	29,9	4.081	32,8
Sul	1.394	11,5	4.063	11,7	5.456	11,7	1.733	26,5	1.115	18,9	2.848	22,9
Nacional*	-	-	5	-	5	-	-	-	1	-	1	-
TOTAL	12.141	100,0	34.663	100,0	46.804	100,0	6.531	100,0	5.912	100,0	12.443	100,0

* Não discriminada por Região

** Inclui as contrapartidas dos Estados, Municípios, Distrito Federal e prestadores de serviço.

3.2.4 Empreendimentos da Carteira de Investimentos em Andamento

A Tabela 29 detalha os valores dos empreendimentos apoiados e/ou financiados com recursos da União e dos fundos financiadores que compõem a carteira de investimentos dos empreendimentos em andamento, segundo o ano de contratação. Vale ressaltar que estão excluídos, portanto, os contratos já assinados que não têm empreendimentos não iniciados (em fase de ação preparatória), bem como os empreendimentos concluídos em 2010.

Em dezembro de 2010, havia 5.912 contratos da carteira de investimentos com empreendimentos em fase de execução (em andamento), perfazendo um total de investimentos de R\$ 34,66 bilhões. As informações da Tabela revelam que 2,9% dos investimentos da carteira dos empreendimentos em andamento ao final de 2010 foram contratados antes de 2003 (3,6% do total de operações); 15% dos investimentos foram contratados entre os anos de 2003 e 2006 (20,4% das operações); 44,4% dos investimentos foram contratados em 2007 (31,5% das operações), ano de implementação do PAC; 22,1% dos investimentos no ano de 2008 (32,9% dos contratos); 9,2% dos investimentos foram contratados no ano de 2009 (10,8% das operações); e no ano de 2010, foram contratados 6,4% dos investimentos (0,9% das operações).

Tabela 29 - Carteira de investimentos da União e empreendimentos em andamento, segundo ano de contratação

Ano de Contratação	Carteira de Investimentos da União com obras em andamento*				Operações			
	Investimentos		Total da Carteira	Em andamento/ total carteira	Em andamento		Total da Carteira	Em andamento/ Total carteira
	R\$ mi	%	R\$ mi	(%)	Nº	%	Nº	(%)
1988 a 1994	605,	1,7	605	100,0	6	0,1	6	100,0
1995 a 1998	252	0,7	364	69,3	128	2,2	139	92,1
1999 a 2002	182	0,5	184	98,5	77	1,3	79	97,5
2003 a 2006	5.192	15,0	5.301	98,0	1.205	20,4	1.255	96,0
2007	15.374	44,4	16.101	95,5	1.860	31,5	2.449	75,9
2008	7.645	22,1	9.543	80,1	1.946	32,9	2.882	67,5
2009	3.197	9,2	7.343	43,5	636	10,8	3.471	18,3
2010	2.216	6,4	7.363	30,1	54	0,9	2.161	2,5
Total	34.663	100	46.804	74,1	5.912	100	12.443	47,5

* Inclui as contrapartidas dos Estados, Municípios, Distrito Federal e prestadores de serviço

a. Execução Física dos Empreendimentos em Andamento

Na Tabela 30, observa-se a distribuição dos investimentos e operações com empreendimentos em andamento por faixas de percentuais de execução dos empreendimentos e por fonte de recursos. Nota-se que, do total de empreendimentos em andamento (valor de investimento de R\$ 34,66 bilhões), 66,8% das operações estavam com percentuais de execução superiores a 30%, o que corresponde a 62,3% dos investimentos totais.

Tabela 30 - Distribuição dos investimentos da União por faixa de percentual de execução dos empreendimentos

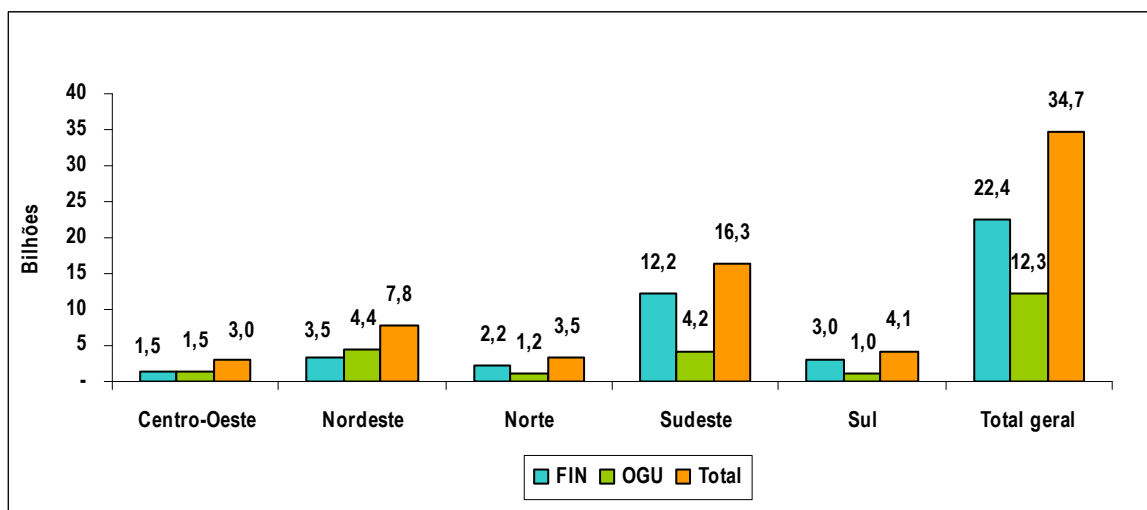
Faixas de percentual de execução dos empreendimentos em andamento	Valores de Investimentos**								
	Empréstimos (FAT/ FGTS)		OGU		VI Total			Operações	
	R\$ mi	Ctda média (%)	R\$ mi	Ctda média (%)	R\$ mi	%	Ctda média (%)	Nº	%
n/d *	1.810	9,4	54,41	12,5	1.864	5,4	9,5	149	2,5
0 a 15%	4.394	18,2	2.608	13,8	7.002	20,2	16,6	997	16,9
15 a 30%	1.704	17,5	2.509	22,7	4.213	12,2	20,6	817	13,8
30 a 70%	5.959	22,6	4.408	14,8	10.367	29,9	19,3	1.898	32,1
> 70%	8.528	33,1	2.689	15,1	11.217	32,4	28,8	2.051	34,7
Total	22.394	24,3	12.269	16,3	34.663	100	21,4	5.912	100

* Dados não disponíveis

** Inclui as contrapartidas dos Estados, Municípios, Distrito Federal e prestadores de serviço

O Gráfico 20 detalha os valores dos investimentos em empreendimentos em andamento ao término de 2010, por Região e por Fonte de Recursos. Os contratos em andamento da carteira de investimentos, ao término de 2010, estavam distribuídos da seguinte forma: R\$ 16,34 bilhões estavam localizados na Região Sudeste, valor que corresponde a 47,1% dos valores totais; R\$ 7,8 bilhões localizavam-se na Região Nordeste (22,5% dos recursos totais); R\$ 4,06 bilhões na Região Sul (11,7% dos valores totais); R\$ 3,47 bilhões na Região Norte (10% dos valores totais); e, a Região Centro-Oeste reunia R\$ 2,98 bilhões em investimentos em obras de saneamento, valor correspondente a 8,6% dos recursos totais.

Gráfico 20 - Valores dos investimentos da União (MCidades) em empreendimentos em andamento ao término de 2010, por Região e por Fonte de Recursos (Em R\$ bilhões)*



* Os valores de investimentos sem Região definida, no total de R\$ 5,32 milhões, somente foram incluídos para cômputo do total do valor de investimento

A Tabela 31 detalha a distribuição percentual dos investimentos em andamento da carteira de investimentos por faixa de percentual de execução dos empreendimentos, segundo o ano de início da obra. Observa-se que 32,4% dos investimentos possuem empreendimentos ainda em fase inicial, ou seja, com percentuais de execução que variam de 0 a 30%. Ainda, é possível observar que, do universo de obras em andamento, 82,9% foram iniciadas a partir de 2007, o que evidencia a relevância dos empreendimentos do PAC na carteira de investimentos.

Tabela 31 - Distribuição percentual dos investimentos da União por ano de início e faixa de percentual de execução

Ano de início da obra	Faixa de percentual de execução dos empreendimentos da carteira em andamento					Total
	n/d *	0 a 15%	15,01 a 30%	30,01 a 70%	> 70%	
n/d *	2,8	0,1	-	0,0	-	2,9
1990 - 1994	-	-	-	0,1	0,0	0,1
1995 - 1998	-	0,0	0,0	0,1	0,5	0,6
1999 - 2002	0,0	-	0,0	0,1	0,5	0,6
2003 - 2006	0,4	0,8	0,4	2,2	9,2	13,0
2007	0,0	0,9	0,5	3,8	7,6	12,7
2008	0,6	8,3	7,3	17,8	10,1	44,0
2009	0,4	3,5	2,7	4,6	4,1	15,4
2010	1,0	6,7	1,3	1,4	0,4	10,8
Total	5,1	20,2	12,2	30,0	32,5	100,0

* Dados não disponíveis

b. Empreendimentos em Andamento com Início em 2010

Em 2010 foram iniciados 1.947 novos empreendimentos, o equivalente a investimentos de R\$ 3,7 bilhões. Esses empreendimentos correspondiam a cerca de 11% do valor total dos investimentos da carteira em andamento e a 33% do número de contratos.

A Tabela 32 detalha os empreendimentos em andamento com início em 2010, segundo o ano de contratação e a fonte de recursos. Observa-se que, do valor total de investimentos cujos contratos tiveram suas obras iniciadas em 2010, a maior parte (43,1%) dos empreendimentos foram contratados em 2008, 10,7% foram contratados em 2007, 28,7% foram contratados em 2009, 17,3% foram contratados em 2010 e apenas 0,3% dos contratos foram firmados em anos anteriores.

Tabela 32 - Empreendimentos em andamento com início em 2010, por fonte de recursos, segundo o ano de contratação

Ano de contratação	Valores de investimentos das obras iniciadas em 2010								
	FAT/ FGTS (Empréstimos)*			OGU*			Investimento Total*		
	R\$ mi	%	Ctda (%)	R\$ mi	%	Ctda** (%)	R\$ mi	%	Ctda** (%)
2005	-	-	-	0,2	0,01	16,7	0,2	0,0	16,7
2006	9	0,4	10,0	1	0,05	26,6	10	0,3	11,4
2007	-	-	-	398	24,5	16,4	398	10,7	16,4
2008	1.061	50,8	21,0	539	33,2	11,8	1.600	43,1	17,9
2009	381	18,2	8,3	685	42,2	8,3	1.065	28,7	8,3
2010	639	30,6	6,9	2	0,1	3,8	641	17,3	6,9
Total	2.090	100	14,3	1.625	100	11,4	3.714	100	13,1

* Inclui as contrapartidas dos Estados, Municípios, Distrito Federal e prestadores de serviço

** Contrapartida

b. 1. Empreendimentos iniciados em 2010 por Região e por Fonte de Recursos

A Tabela 33 detalha a distribuição dos empreendimentos iniciados em 2010 por Região e por fonte de recursos. Destaca-se que 56,3% dos investimentos iniciados em 2010 (6,7% das operações) correspondem a recursos provenientes de empréstimos (FAT/FGTS).

Na distribuição dos empreendimentos iniciados por Região, é possível observar a expressiva concentração de obras iniciadas na Região Sudeste (44,7% dos investimentos e 34,3% das operações), tanto com recursos de empréstimos quanto com recursos orçamentários. Dentre os empréstimos, na Região estão localizados 55,5% dos investimentos e 54,2% das operações que tiveram obras iniciadas em 2010. Dentre os recursos orçamentários, a Região concentra 30,7% dos investimentos e 32,9% das operações. Considerando-se os empreendimentos iniciados com recursos orçamentários, a Região Nordeste também se destaca, contemplada por 27% dos investimentos e 24,7% das operações.

Tabela 33 - Distribuição dos empreendimentos iniciados em 2010 por Região

Região	Valores de Investimentos							
	Fonte de recursos				Investimento Total			
	Empréstimos (FAT/ FGTS)		OGU		R\$ mi	%	Operações	
	R\$ mi	Nº Operações	R\$ mi	Nº Operações			Nº	%
Centro-oeste	92	5	179	242	271	7,3	247	12,7
Nordeste	353	15	438	449	791	21,3	464	23,8
Norte	37	4	208	99	245	6,6	103	5,3
Sudeste	1.160	71	498	597	1.658	44,7	668	34,3
Sul	448	36	301	429	749	20,2	465	23,9
Total	2.090	131	1.625	1.816	3.714	100	1.947	100
% fonte/total	56,3		43,7		100,0			

* Inclui as contrapartidas dos Estados, Municípios, Distrito Federal e prestadores de serviço

3.2.5 Empreendimentos do PAC na Carteira de Investimentos

A carteira de investimentos vigente ao final do exercício de 2010 incluía grande parcela de contratos firmados no âmbito do PAC. O Programa responde por investimentos de R\$ 33,36 bilhões, o correspondente a 71,3% dos investimentos da carteira, que é de R\$ 46,80 bilhões. A Tabela 34 detalha os investimentos da carteira segundo a fonte de recursos, classificando-os em PAC e não PAC.

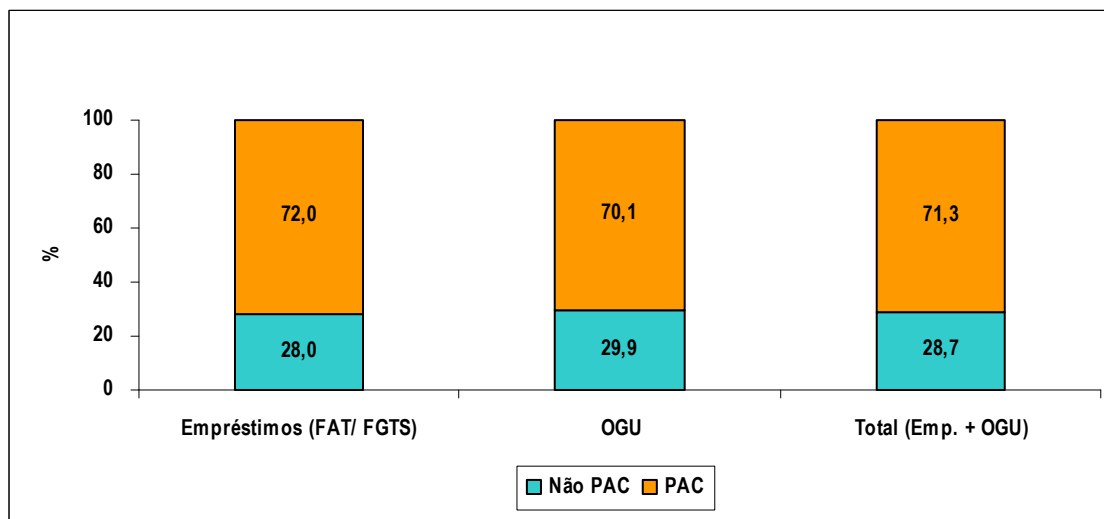
Tabela 34 - Investimentos do PAC na carteira de investimentos ao final do exercício de 2010

Investimentos da carteira (R\$ bi)			PAC/Total (%)
Fonte de Recursos	Não PAC	PAC	
Empréstimos (FAT/ FGTS)	8	21	72,0
OGU	5	12	70,1
Total	13	33	71,3

O Gráfico 21 traz a carteira de investimentos, destacando-se a parcela correspondente ao PAC, segundo a fonte de recursos. Os investimentos estão distribuídos da

seguinte forma, segundo a fonte de recursos: 72% do total da carteira de recursos de empréstimos (R\$ 20,86 bilhões) correspondem a empreendimentos incluídos no PAC e 70,1% do total da carteira de recursos orçamentários (R\$ 12,50 bilhões) referem-se a contratos de investimentos incluídos no PAC.

Gráfico 21 - Parcela do PAC na carteira de investimentos, por fonte de recursos



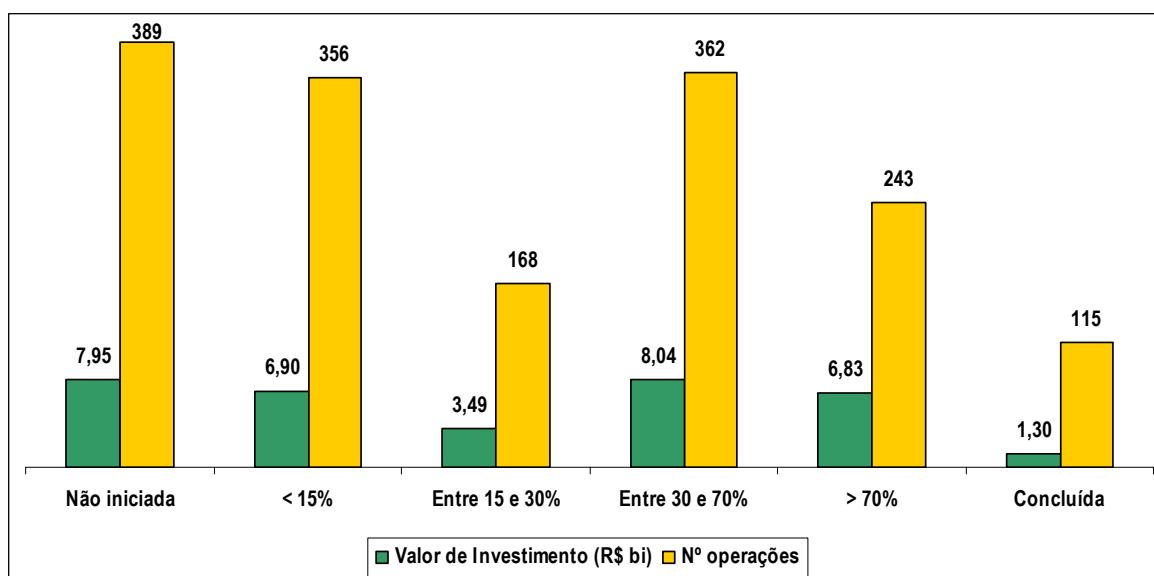
3.2.6 Situação da Execução dos Empreendimentos contratados com recursos do PAC

Na análise da execução dos empreendimentos da carteira de investimentos contratados com recursos do PAC nos anos de 2007, 2008, 2009 e 2010, observa-se que dos R\$ 33,36 bilhões¹⁹, estavam em execução investimentos de R\$ 25,35 bilhões. Desses investimentos contratados pelo PAC na carteira de investimentos, foram desembolsados cerca de R\$ 9,73 bilhões, correspondente a uma execução média de 35,8% dos empreendimentos da carteira (descontados R\$ 6,19 bilhões de contrapartida).

O Gráfico 22 detalha a situação da execução dos investimentos em saneamento básico contratados com recursos do PAC entre os anos de 2007 e 2010, sob gestão do MCidades. Nota-se que 69,1% das operações totais foram iniciadas e encontram-se nas diversas fases de execução (1.129 operações), 7% das operações foram concluídas (115 operações), equivalentes a recursos de R\$ 1,30 bilhão, e 23,8% das operações não foram iniciadas (389 operações), equivalentes a R\$ 7,95 bilhões.

¹⁹ O valor total de investimento do PAC, incluindo as obras concluídas, em andamento e não iniciadas, corresponde a R\$ 34,6 bilhões. As obras do PAC concluídas perfaziam, em dezembro de 2010, o montante de R\$ 1,24 bilhão.

Gráfico 22 - Situação geral dos Investimentos do PAC em saneamento básico contratados até 2010



3.3 Empreendimentos Concluídos

Os investimentos realizados pelo Governo Federal e pelos fundos financiadores no setor de saneamento, contratados entre 1988 e 2010²⁰, permitiram a conclusão de 25.664 empreendimentos até 2010, correspondente a investimentos de R\$ 21,78 bilhões (valores totais dos contratos de empréstimos e repasses, somados às contrapartidas), sendo R\$ 6,23 bilhões (28,6%) oriundos de contratos firmados com recursos orçamentários e R\$ 15,55 bilhões (71,4%) oriundos de recursos de empréstimos.

A Tabela 35 detalha a distribuição dos empreendimentos concluídos no período, por fonte de recurso e por faixa de duração dos empreendimentos, contados a partir da data de início da obra. Destaca-se que 4% dos contratos, correspondentes a 11,7% dos investimentos, não possuem dados de início ou de conclusão ou são obras com faixa de duração inferior a um mês, que foram excluídos da estimativa pois prejudicavam a qualidade dos indicadores apresentados.

Em termos monetários, observa-se que a maior parte dos investimentos realizados (55,1%) tiveram obras concluídas em um prazo superior a 24 meses; 17,9% em um período de 12 a 24 meses; 14,1% entre 3 e 12 meses; e, 1,2% foram concluídos com menos de 3 meses. Considerando-se o número total de contratos finalizados, 45,5% foram executados em um prazo superior a 12 meses; 42,6% em um período de 3 a 12 meses; e, 7,8% em um período inferior a 3 meses.

20 Para os contratos firmados com recursos orçamentários esse período é de 1995 a 2010.

Tabela 35 - Empreendimentos concluídos entre 1988 e 2010

Faixa de duração (Meses)	Operações					Valores de Investimentos**						
						OGU			Empréstimos (FGTS/ FAT)			Total
	Nº	%	R\$ mi	%	Ctda (%)	R\$ mi	%	Ctda (%)	R\$ mi	%	Ctda (%)	
n/d *	1.025	4,0	311	5,0	21,3	2.234	14,4	16,4	2.545	11,7	17,0	
1 a 3	2.012	7,8	250	4,0	14,6	11	0,1	13,3	262	1,2	14,5	
3 a 12	10.944	42,6	2.029	32,6	15,1	1.038	6,7	58,1	3.067	14,1	29,6	
12 a 24	7.175	28,0	2.018	32,4	15,6	1.884	12,1	33,9	3.902	17,9	24,5	
> 24	4.508	17,6	1.624	26,1	18,7	10.385	66,8	52,3	12.008	55,1	47,7	
Total	25.664	100	6.233	100	16,5	15.552	100	45,3	21.784	100	37,0	

* Dados não disponíveis

** Inclui as contrapartidas dos Estados, Distrito Federal, Municípios e prestadores de serviço

OBS: Os empreendimentos concluídos com duração de obra inferior a um mês foram incluídos em "dados não disponíveis (n/d)"

A Tabela 36 detalha a duração média e máxima das obras concluídas com apoio do Governo Federal e dos fundos financiadores, segundo o porte do investimento. Os dados referentes aos prazos de execução das obras concluídas revelam que esses empreendimentos levaram, em média, 16 meses para serem concluídos (considerando-se a data de início e a de conclusão física do empreendimento). Como era de se esperar, os dados indicam que existem expressivas variações segundo o porte do investimento. Ou seja, quanto maior o porte de investimento, maior será o tempo de duração da obra.

Tabela 36 - Durações média e máxima de execução dos empreendimentos concluídos entre 1988 e 2010*

Porte do Investimento	Duração Média	Duração Máxima
	Meses	
< 500 mil	14	152
Entre 500 mil e 1 milhão	21	138
Entre 1 milhão e 5 milhões	31	174
Entre 5 e 10 milhões	39	146
Entre 10 e 50 milhões	47	158
> 50 milhões	46	113
Total	16	174

* As operações com faixa de duração inferior a um mês ou sem data de início e/ou conclusão da obra (1.025 contratos, somando R\$ 2,5 bilhões de valor de investimento) não foram contabilizadas para o cálculo da duração média de execução

A Tabela 37 mostra os percentuais dos recursos investidos em obras concluídas de 1988 a 2010, segundo o ano de assinatura dos contratos e o ano de conclusão dos empreendimentos. Observa-se, a partir dos dados da Tabela, que 37,6% dos investimentos concluídos no período foram concluídos a partir de 2007, sendo que 14% do total de investimentos aplicados no período foram concluídos no exercício de 2010.

Tabelas 37 - Percentuais dos recursos investidos em empreendimentos concluídos por ano de assinatura e ano de conclusão

Ano de Contratação	Ano de conclusão dos empreendimentos									
	n/d*	1994	1995 - 1998	1999 - 2002	2003 - 2006	2007	2008	2009	2010	Total
1988 - 1994	4,54	0,14	6,37	1,33	0,19	-	-	-	-	12,57
1995 - 1998	2,55	-	7,08	17,03	3,85	0,28	0,32	0,11	0,11	31,33
1999 - 2002	0,90	-	-	3,92	7,18	0,56	4,76	0,34	4,86	22,53
2003 - 2006	0,33	-	-	-	5,06	2,66	6,19	4,07	3,04	21,35
2007	0,01	-	-	-	-	0,00	0,71	2,47	2,17	5,36
2008	1,88	-	-	-	-	-	0,03	1,11	1,86	4,87
2009	-	-	-	-	-	-	-	0,00	0,93	0,94
2010	-	-	-	-	-	-	-	-	1,05	1,05
Total	10,20	0,14	13,46	22,28	16,29	3,51	12,00	8,11	14,02	100

* Dados não disponíveis

3.3.1 Concluídos por Região e por Modalidade

A Tabela 38 disponibiliza a distribuição dos empreendimentos concluídos entre 1988 e 2010 e o tempo médio de duração da intervenção, por modalidade de investimento. Como se pode notar, os empreendimentos da modalidade Pró-Infra/Pró-municípios e Resíduos Sólidos, que geralmente são obras de menor porte e complexidade, são concluídos em um prazo médio de 13 meses e 15 meses, respectivamente, enquanto a duração média das demais intervenções é superior a 20 meses.

Tabela 38 - Distribuição dos empreendimentos concluídos entre 1988 e 2010 por modalidade*

Modalidade	VI** (R\$ mi)	Nº operações	Duração média (meses)
Abastecimento de Água	3.292	3.112	20
Desenvolvimento Institucional	255	45	47
Drenagem	1.154	343	21
Esgotamento Sanitário	2.667	2.745	20
Estudos e Projetos	310	64	21
Pró-Infra/ Pró-Municípios	4.239	15.552	13
Resíduos Sólidos	202	886	16
Saneamento Integrado	4.359	1.220	21
Outros ***	2.763	672	44
Total	19.239	24.639	16

* Os contratos com faixa de duração inferior a um mês ou sem data de início e/ou conclusão da obra (1.025 contratos, correspondendo a R\$ 2,5 bilhões de valor de investimento) não foram contabilizados para elaboração dos dados de duração média

** Inclui as contrapartidas dos Estados, Distrito Federal, Municípios e prestadores de serviço

*** Empreendimentos não classificados nas demais modalidades

A Tabela 39 apresenta a distribuição dos empreendimentos concluídos, o valor médio investido e a duração média dos empreendimentos, segundo as Regiões do país. Para esse cálculo da duração média dos empreendimentos foram utilizados os dados de apenas 9.087 operações, pois foram excluídos da amostragem os empreendimentos classificados na modalidade Pró-municípios e Pró-Infra²¹ (16.147). Optou-se por esse recorte porque nessas modalidades estão incluídas intervenções de naturezas diversas, especialmente pavimentação, normalmente de pequeno porte, cuja duração da execução foge do padrão das demais intervenções em saneamento. Nota-se que, embora o número de contratações concluídas nas Regiões Nordeste e Sudeste (2.879 e 2.621 operações,

21 As modalidades Pró-municípios e Pró-Infra referem-se a empreendimentos apoiados exclusivamente com recursos de emendas parlamentares.

respectivamente) tenha sido maior que nas demais Regiões, a Região Sudeste se destaca pelo volume de investimentos recebidos no universo de obras concluídas, R\$ 5,5 bilhões, que representa 36,7% dos investimentos totais.

Tabela 39 - Distribuição regional dos empreendimentos concluídos entre 1988 e 2010 (sem Pró - infra e Pró-municípios)*

Região	Nº Operações	VI* (R\$ mi)	Valor médio de Investimento** (R\$ mi)	Duração média dos empreendimentos (meses)
Centro-oeste	948	1.247	1,6	20
Nordeste	2.879	4.384	1,7	22
Norte	769	1.187	1,8	21
Sudeste	2.621	5.502	2,3	24
Sul	1.868	2.679	1,9	20
Nacional ***	2	1	0,7	15
Total	9.087	15.000	1,9	22

* Os contratos com faixa de duração inferior a um mês ou sem data de início e/ou conclusão da obra (430 contratos, correspondendo a R\$ 2,35 bilhões em valor de investimento) não foram contabilizados para elaboração dos dados de distribuição das obras

** Inclui as contrapartidas dos Estados, Distrito Federal, Municípios e prestadores de serviço

*** Não discriminada por Região

3.3.1 Concluídos no exercício de 2010

A Tabela 40 detalha os empreendimentos concluídos no exercício de 2010 por ano de contratação. A Tabela revela que em 2010 foram concluídos 2.027 empreendimentos, cujos valores totalizam R\$ 3,05 bilhões em investimentos. Desse total, 77,5% (R\$ 2,37 bilhões) dos recursos são referentes a contratos de empréstimos e 22,5% (R\$ 687 milhões) dos recursos são oriundos do OGU. É válido observar que 81% das obras concluídas em 2010 (1.642 empreendimentos) foram contratados a partir de 2007, ano de lançamento do PAC.

Tabela 40 - Empreendimentos concluídos no exercício de 2010, por ano de contratação

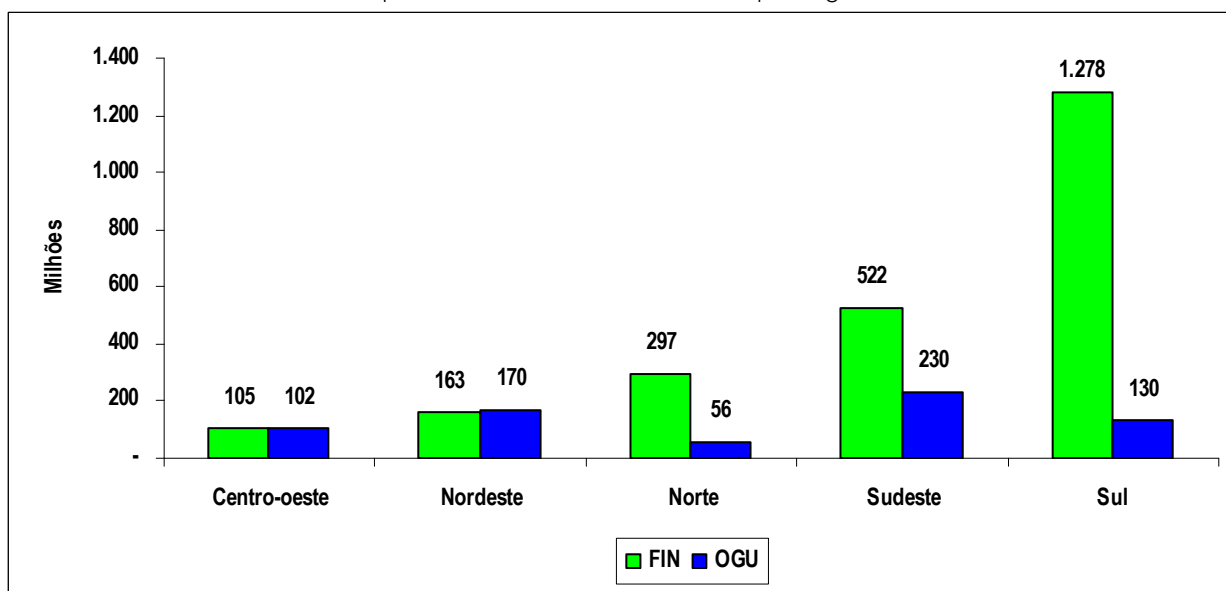
Ano de Contratação	Empréstimos (FAT/ FGTS)			OGU			Total		
	R\$ mi	Ctda média (%)	Nº Operações	R\$ mi	Ctda média (%)	Nº Operações	R\$ mi	Ctda média (%)	Nº Operações
1997 - 1998	24	22,8	16	0,48	20,0	1	25	22,7	17
1999 - 2002	1.042	75,3	2	17	44,6	10	1.059	74,8	12
2003 - 2006	526	26,6	42	135	13,8	314	662	24,0	356
2007	150	23,4	13	323	13,9	667	472	16,9	680
2008	227	11,5	26	177	13,5	767	404	12,4	793
2009	172	29,6	9	32	8,8	156	204	26,3	165
2010	227	-	1	2	8,0	3	228	0,1	4
Total	2.367	44,0	109	687	14,31	1.918	3.053	37,3	2.027

a. Concluídos no exercício por Região e Fonte de Recursos

O Gráfico 23 detalha os valores de investimentos dos empreendimentos de saneamento concluídos no exercício de 2010 por Região do país e por fonte de recursos. Observa-se que, dos empreendimentos concluídos em 2010 com recursos do OGU, foram

aplicados 33,5% (R\$ 230 milhões) na Região Sudeste e 24,7% (R\$ 170 milhões) na Região Nordeste. Em relação ao volume de recursos de empréstimos em obras concluídas, foram aplicados 54% (R\$ 1,28 bilhão) na Região Sul e 22,1% (R\$ 522,2 milhões) na Região Sudeste. Do total geral de recursos investidos em empreendimentos concluídos em 2010 (R\$ 3,05 bilhões) a Região Sul foi responsável pela maior parcela desses investimentos, com 46,1% do total, equivalente a R\$ 1,41 milhão em investimentos concluídos.

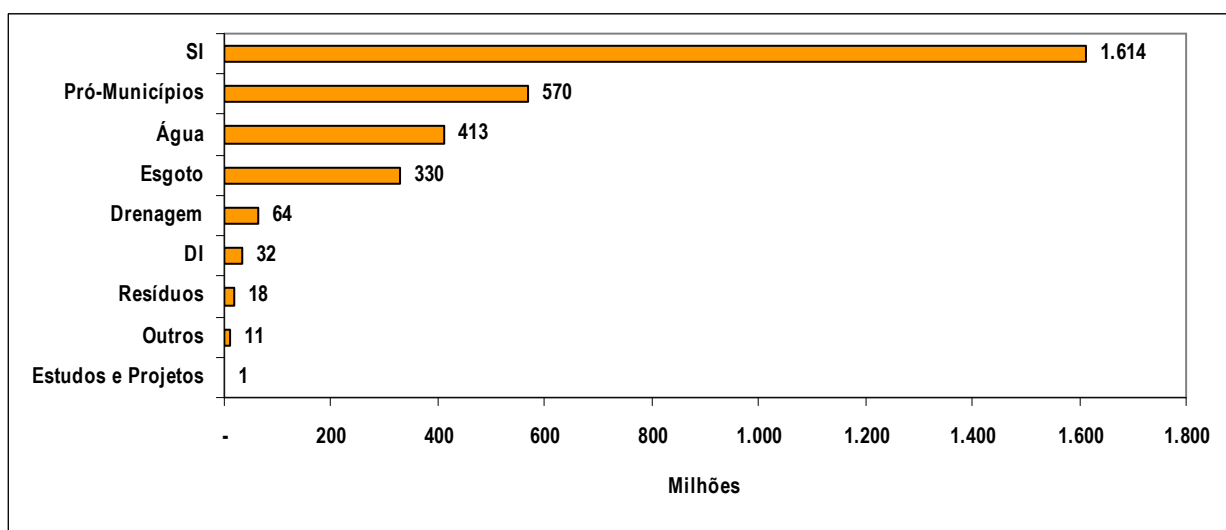
Gráfico 23 - Valores dos empreendimentos concluídos em 2010 por Região e fonte de recursos



b. Concluídos no exercício por Modalidade

O Gráfico 24 apresenta os valores dos investimentos dos empreendimentos de saneamento concluídos por modalidade no ano de 2010, que totalizam R\$ 3,05 bilhões. Dentre os empreendimentos concluídos, observa-se que predominaram os contratos da modalidade Saneamento Integrado, que representam investimentos de R\$ 1,61 bilhão (52,9% do total). Ainda no cômputo global, a modalidade de abastecimento de água é responsável por 13,5% dos investimentos em empreendimentos concluídos no exercício (R\$ 412,5 milhões), seguida pela modalidade de esgotamento sanitário, com 10,8% dos investimentos (R\$ 330,1 milhões). Considerando-se somente os recursos orçamentários, o percentual de empreendimentos concluídos na modalidade Pró-Municípios/Pró-Infra é bastante representativo, reunindo 83% do total investido com recursos OGU em obras concluídas.

Gráfico 24 - Valores dos empreendimentos concluídos por modalidade



SI: Saneamento Integrado
DI: Desenvolvimento Institucional

c. Contrapartidas

A Tabela 41 mostra os percentuais das contrapartidas ofertadas pelos proponentes nas obras concluídas no período de 1988 a 2010, segundo ano de contratação, fonte de recursos e Região do País.

Os dados revelam que, enquanto o percentual médio de contrapartidas ofertadas pelos proponentes no período de 1988 a 1994 foi de 37,7%, de 1995 a 1998 foi de 40,5% e de 1999 a 2002, 50,2%; nos anos seguintes, foram inferiores a 30%. Considerando-se as diferentes Regiões do País, observaram-se diferenças significativas nos percentuais das contrapartidas ofertadas durante todo o período analisado. O percentual ofertado pelo Sul (46,6%) é superior ao observado nas demais regiões. Na Região Centro-oeste o percentual de contrapartida foi de 20,4%; na Região Norte, 33,6%; na Região Sudeste, 35%; e na Região Nordeste, 41,6%. Percebe-se ainda grande diferença de percentual de contrapartida entre as duas fontes de recursos. Os contratos assinados com recursos de empréstimos apresentaram um percentual de contrapartida quase três vezes superior ao percentual de contrapartida dos contratos assinados com recursos orçamentários (45,3% e 16,5%, respectivamente).

Tabela 41 - Percentual de contrapartida por ano de assinatura do contrato, fonte e Região

Região	Percentual de Contrapartidas (%)										
	Ano de Contratação								FIN	OGU	Total
	1988 - 1994	1995 - 1998	1999 - 2002	2003 - 2006	2007	2008	2009	2010			
Centro-Oeste	17,8	20,7	17,9	24,6	19,5	9,9	2,5	-	26,8	13,0	20,4
Nordeste	47,0	48,8	41,1	35,8	6,7	10,3	3,3	8,0	57,8	12,2	41,6
Norte	64,0	47,6	15,9	14,3	5,7	8,9	29,6	-	45,0	14,3	33,6
Sudeste	29,7	34,2	56,9	30,2	18,4	24,4	10,1	-	38,0	21,7	35,0
Sul	71,6	37,7	66,0	22,9	20,9	14,8	12,4	-	54,6	23,5	46,6
Nacional	-	-	-	13,0	-	-	-	-	13,0	-	13,0
Total	37,7	40,5	50,2	29,0	16,6	19,4	26,3	0,1	45,3	16,5	37,0

4 INDICADORES DE ACESSO AOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

4.1 Acesso aos serviços de saneamento – Censo Demográfico 2010

A Tabela 42 detalha o número total de domicílios, o número de domicílios com acesso aos serviços de água e esgotos bem como os percentuais de cobertura dos serviços, segundo situação do domicílio (urbano e rural), apurados no Resultado do Universo do Censo 2010, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2011.

Tabela 42 - Domicílios particulares permanentes com acesso aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, segundo dados do Censo 2010, por situação do domicílio

GRANDES REGIÕES	DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES NO BRASIL *									
	Domicílios Totais	Abastecimento de Água [1]			Esgotamento Sanitário					
		Acesso à rede		Acesso à rede [2]	Acesso à fossa [3]		Rede + fossa			
		Nº	%		Nº	%	Nº	%		
Norte	Urbana	3.012.377	1.995.556	66,2	547.089	18,2	676.700	22,5	1.223.789	40,6
	Rural	963.156	170.230	17,7	8.764	0,9	72.349	7,5	81.113	8,4
	TOTAL	3.975.533	2.165.786	54,5	555.853	14,0	749.049	18,8	1.304.902	32,8
Nordeste	Urbana	11.199.958	10.132.124	90,5	4.987.959	44,5	1.367.358	12,2	6.355.317	56,7
	Rural	3.722.943	1.300.595	34,9	81.435	2,2	310.173	8,3	391.608	10,5
	TOTAL	14.922.901	11.432.719	76,6	5.069.394	34,0	1.677.531	11,2	6.746.925	45,2
Sudeste	Urbana	23.539.756	22.430.151	95,3	20.298.319	86,2	1.062.381	4,5	21.360.700	90,7
	Rural	1.660.025	320.603	19,3	129.259	7,8	310.959	18,7	440.218	26,5
	TOTAL	25.199.781	22.750.754	90,3	20.427.578	81,1	1.373.340	5,4	21.800.918	86,5
Sul	Urbana	7.615.138	7.212.705	94,7	4.040.786	53,1	1.912.351	25,1	5.953.137	78,2
	Rural	1.276.141	387.919	30,4	29.371	2,3	371.338	29,1	400.709	31,4
	TOTAL	8.891.279	7.600.624	85,5	4.070.157	45,8	2.283.689	25,7	6.353.846	71,5
Centro-Oeste	Urbana	3.859.520	3.472.884	90,0	1.660.592	43,0	512.724	13,3	2.173.316	56,3
	Rural	475.153	71.258	15,0	3.292	0,7	57.084	12,0	60.376	12,7
	TOTAL	4.334.673	3.544.142	81,8	1.663.884	38,4	569.808	13,1	2.233.692	51,5
BRASIL	Urbana	49.226.749	45.243.420	91,9	31.534.745	64,1	5.531.514	11,2	37.066.259	75,3
	Rural	8.097.418	2.250.605	27,8	252.121	3,1	1.121.903	13,9	1.374.024	17,0
	TOTAL	57.324.167	47.494.025	82,9	31.786.866	55,5	6.653.417	11,6	38.440.283	67,1

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

[1] Abastecimento de água com rede geral e canalização interna

[2] Esgotamento sanitário por rede coletora

[3] Esgotamento sanitário por fossa séptica

* Resultados do Universo do Censo Demográfico 2010 - IBGE

Os dados do Censo 2010 revelaram que a rede geral de abastecimento de água com canalização interna estava disponível para 82,9% dos domicílios particulares permanentes brasileiros. Quanto ao esgotamento sanitário, presente em 67,1% dos domicílios do país, a pesquisa revelou que 55,5% dos domicílios possuíam acesso à rede pública e 11,6% eram conectados às fossas sépticas.

Esses índices apontam para uma melhoria significativa dos níveis de cobertura dos serviços de saneamento básico. A despeito da melhoria dos indicadores de acesso aos serviços em praticamente todas as Regiões brasileiras, há que se considerar a persistência de

elevados déficits absolutos e importantes desigualdades regionais. Havia, em 2010, 9,8 milhões de domicílios sem acesso à rede geral de abastecimento de água e 18,9 milhões de domicílios sem acesso ao esgotamento sanitário (domicílios sem acesso à rede nem à fossa séptica).

Segundo a Tabela 42, nas áreas urbanas, em 2010, a cobertura domiciliar do serviço público da rede de abastecimento de água era de 91,9% e a de esgotamento sanitário era de 75,3% (rede e fossa), segundo o Censo. Esses percentuais apontam para um déficit urbano ainda significativo, especialmente para o esgotamento sanitário: 12,2 milhões de domicílios não tinham acesso ao esgotamento sanitário em áreas urbanas. Para o abastecimento de água por rede geral, o déficit urbano era de aproximadamente 4 milhões de domicílios.

Ao analisar o acesso ao abastecimento de água (com rede e canalização interna) em áreas urbanas por Região, foi na Região Norte onde se observou a menor cobertura dos serviços. A rede pública só estava disponível para 66,2% dos moradores das cidades na Região. O melhor desempenho foi observado no Sudeste, onde mais de 95% dos domicílios urbanos acessavam os serviços em 2010. Entretanto, ao se considerar o déficit absoluto (número total de domicílios sem acesso), o pior desempenho foi observado no Sudeste, que tinha, em 2010, 1,11 milhão de domicílios sem acesso aos serviços. A segunda pior situação, em termos de déficit absoluto, foi observada no Nordeste, que tinha 1,07 milhão de domicílios urbanos sem acesso aos serviços de abastecimento de água.

Na análise regional do acesso domiciliar ao esgotamento sanitário por rede geral e fossa séptica (em termos percentuais) nas áreas urbanas²², a Região Norte possuía o pior desempenho relativo, onde apenas 40,6% dos domicílios urbanos tinham acesso aos serviços ante a uma cobertura superior a 90% dos domicílios localizados na Região Sudeste. Entretanto, em termos absolutos, a Região Nordeste é a que apresenta o maior número de domicílios sem acesso à rede de esgotos nem à fossa séptica: 4,8 milhões de domicílios urbanos. Na Região Sudeste o déficit de acesso ao esgotamento sanitário alcançava 2,2 milhões de domicílios urbanos e, no Norte, 1,8 milhões.

4.2 Evolução do acesso aos serviços de saneamento básico

Na análise da evolução do acesso aos serviços de saneamento básico entre os anos de 1991, 2000 e 2010, a partir dos dados dos Censos Demográficos, observam-se avanços significativos em direção à universalização dos serviços de saneamento, especialmente nas áreas urbanas.

Entre 1991 e 2010, observou-se uma ampliação quantitativa do acesso aos serviços da rede pública de abastecimento de água (com canalização interna) para 24,9 milhões de domicílios. Com isso, em 2010, 47,5 milhões de domicílios possuíam acesso à rede de água, ante a uma cobertura de 34,8 milhões, observada em 2000, e de 22,6 milhões de domicílios que contavam com os serviços em 1991 (ampliação dos serviços para 12,3 milhões de domicílios entre 1991 e 2000; e, para 12,6 milhões entre 2000 e 2010).

22 Nos Resultados Preliminares do Censo 2010 não foi divulgado o número de domicílios particulares permanentes com acesso a esgotamento sanitário por rede geral e por fossa séptica, separadamente, em áreas urbanas e rurais.

Quanto ao esgotamento sanitário, o avanço foi mais tímido, porém também significativo. Entre 1991 e 2010, 20,1 milhões de domicílios passaram a ter acesso aos serviços de esgotamento sanitário por rede geral e 1,1 milhão à fossa séptica. O número de domicílios com acesso à rede pública ampliou-se de 11,7 milhões de domicílios em 1991 para 21,2 milhões de domicílios em 2000; e, alcançou 31,8 milhões de domicílios em 2010. Com relação às fossas sépticas, em 1991, 5,6 milhões de domicílios tinham acesso à solução; número que cresceu para 6,7 milhões em 2000 e reduziu-se para 6,6 milhões de domicílios em 2010.

Nas áreas urbanas, comparando-se os dados da cobertura da rede de água (com canalização interna) dos Censos de 1991 e 2000 com os resultados apurados do Censo Demográfico de 2010, percebe-se um acréscimo importante no número de domicílios urbanos atendidos: de um total de 22 milhões de domicílios com serviços de abastecimento de água por rede geral em 1991, passou-se a atender 33,5 milhões de domicílios em 2000 e ofertavam-se os serviços para 45,2 milhões de domicílios urbanos em 2010. Portanto, observou-se um aumento no nível de cobertura urbana da rede de abastecimento de água de 8,6 pontos percentuais entre 1991 a 2000; e, de 2,2 pontos percentuais, de 2000 a 2010. Entretanto, na análise do número de domicílios sem acesso aos serviços (déficit absoluto), observou-se que, em 1991, o número, que era 5,1 milhões, reduziu-se para 3,8 milhões em 2000, mas aumentou para 4 milhões de domicílios urbanos em 2010.

Para o esgotamento sanitário, o acréscimo foi ainda maior no número de domicílios urbanos atendidos: de um total de 16,5 milhões de domicílios com esgotamento sanitário (rede e fossa) em 1991 e 26,9 milhões de domicílios em 2000, ofertava-se os serviços para 37,1 milhões de domicílios urbanos em 2010. Essas melhorias representam um aumento no nível de acesso ao esgotamento sanitário (rede e fossa) de 11,1 pontos percentuais entre 1991 e 2000 e de 3,2 pontos percentuais entre 2000 e 2010. Com isso, a cobertura, que era de 60,9% dos domicílios urbanos em 1991, passou a 72% de domicílios em 2000 e atingiu 75,3% dos domicílios urbanos em 2010. Portanto, no período entre 1991 e 2000, a taxa de crescimento dos serviços de esgotamento sanitário por rede geral foi de 18,3% e, de 2000 a 2010, foi de 4,5%. Assim, embora se observe um aumento na cobertura e um incremento do número de domicílios que passaram a ter acesso aos serviços, nesses anos, o déficit de acesso (número absoluto de domicílios que não contam com os serviços), aumentou de 10,6 milhões de domicílios, em 1991, para 12,2 milhões em 2010.

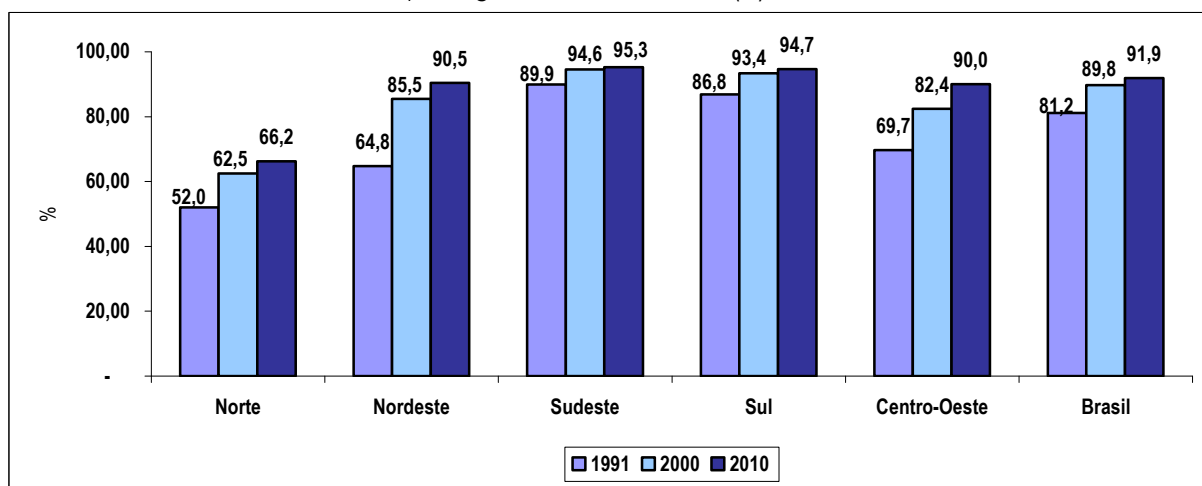
4.2.1 Evolução do acesso aos serviços de saneamento básico por Região

O Gráfico 25 mostra a evolução regional da cobertura dos serviços de abastecimento de água por rede geral em áreas urbanas, em percentuais de domicílios atendidos, de acordo com as pesquisas feitas pelo IBGE nos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

A partir dos dados do Gráfico, observa-se que a maior ampliação da cobertura dos serviços foi na Região Nordeste: em 1991, a rede alcançava 64,8% dos domicílios urbanos, passando a alcançar 85,5% dos domicílios urbanos em 2000 e 90,5% em 2010 (crescimento de 20,7 pontos percentuais entre 1991 e 2000; e, de 15 pontos percentuais entre 2000 e 2010).

Ainda, observa-se que, em 2010, a Região Norte continuava sendo a macrorregião com o menor índice de cobertura de abastecimento de água por rede geral em áreas urbanas do Brasil: 66,2%. O aumento da cobertura apurado na Região entre 1991 e 2000 foi significativo, de 52% para 62,5% (10,5 pontos percentuais), porém, de 2000 para 2010, o aumento foi somente de 3,8 pontos percentuais. Além disso, é possível notar que a diferença do percentual de cobertura dos serviços entre a Região com maior cobertura da rede de água e a menor, Sudeste e Norte, respectivamente, diminuiu 8,9 pontos percentuais (passou de 37,9 para 29 pontos percentuais entre 1991 e 2010), o que evidencia uma progressiva redução das desigualdades regionais no acesso aos serviços de saneamento.

Gráfico 25 - Evolução da cobertura dos serviços de abastecimento de água por rede geral em áreas urbanas por Região – Brasil, 1991 a 2010 (%)

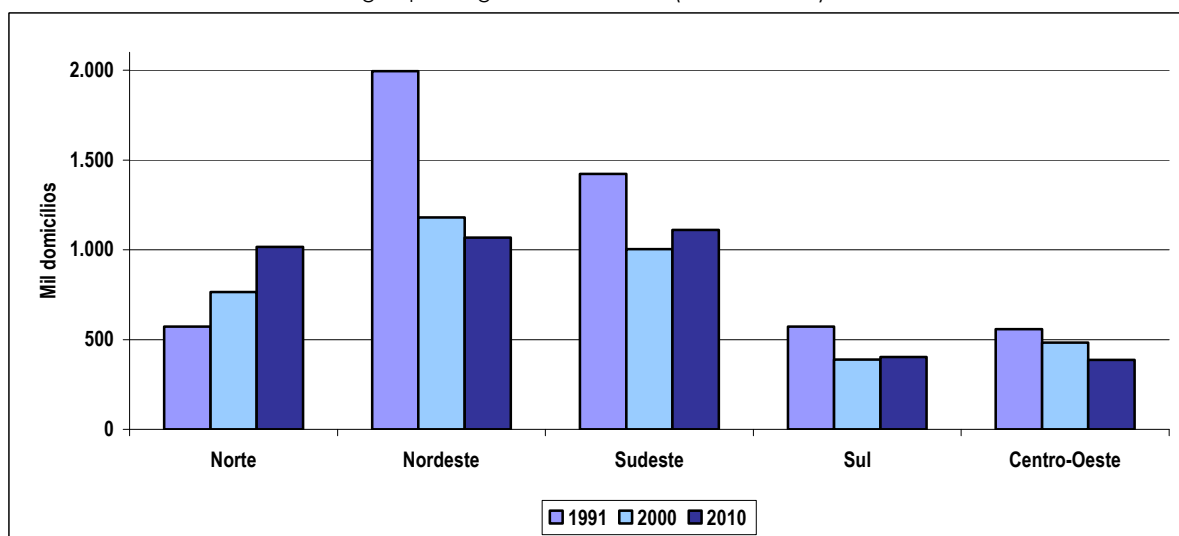


Fontes: IBGE - Censo Demográfico 1991, Censo Demográfico 2000 e Censo Demográfico 2010

O Gráfico 26 detalha o déficit absoluto de acesso domiciliar aos serviços de abastecimento de água por rede geral (domicílios sem acesso), de 1991 a 2010, em áreas urbanas, segundo as Grandes Regiões. Como se observa a partir dos dados disponíveis, em todas as Regiões, à exceção do Norte, o número de domicílios sem acesso aos serviços de abastecimento de água reduziu-se de 1991 para 2000. Porém, de 2000 a 2010, somente as Regiões Nordeste e Centro-Oeste reduziram o déficit de acesso a abastecimento de água.

Em 1991, na Região Norte, apurou-se um déficit de atendimento de 571 mil domicílios, número que cresceu 33,9% em 2000, aumentando para 765 mil domicílios. Entre 2000 e 2010, o crescimento do déficit também foi de aproximadamente 33%, passando para um milhão de domicílios sem acesso aos serviços no período. Como destaque, no período de 1991 a 2000, a Região Nordeste se sobressai perante as demais, ao reduzir em 40,8% o déficit domiciliar. No Nordeste havia, em 1991, aproximadamente 2 milhões de domicílios sem acesso, número que se reduziu para 1,2 milhão de domicílios em 2000. No período de 2000 a 2010, a Região Centro-Oeste é a que apresenta a maior redução percentual do déficit, registrando uma queda de 20,1%, ao diminuir o déficit urbano de acesso à rede de abastecimento de água de 484 mil domicílios urbanos para 387 mil.

Gráfico 26 - Domicílios particulares permanentes urbanos sem acesso aos serviços da rede de abastecimento de água por Região – 1991 a 2010 (mil domicílios)



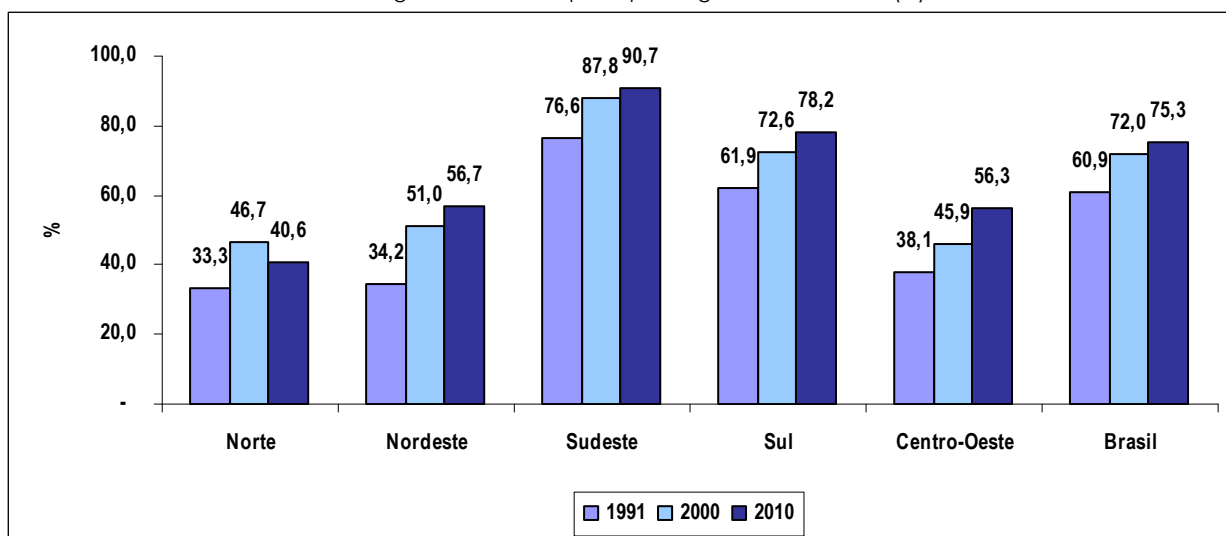
Fontes: IBGE – Censo Demográfico 1991, Censo Demográfico 2000 e Censo Demográfico 2010

Em relação aos indicadores de acesso ao esgotamento sanitário em áreas urbanas, a análise da evolução da cobertura mostra um crescimento ainda maior do acesso ao esgotamento sanitário em comparação ao abastecimento de água. As soluções coletivas de esgotamento sanitário (rede coletora) e as fossas sépticas chegavam a 16,5 milhões de domicílios urbanos em 1991, cobrindo 60,9% do total de domicílios urbanos. Em 2000, esse número passou a abranger 26,9 milhões de domicílios, o que correspondia a uma cobertura de 72% dos domicílios urbanos. Em 2010, 75,3% dos domicílios urbanos possuíam cobertura dos serviços, o que correspondia a 37,1 milhões de domicílios com rede ou fossa.

O Gráfico 27 apresenta a evolução regional da cobertura dos serviços de esgotamento sanitário (rede e fossa) em áreas urbanas, em percentuais de domicílios atendidos entre os anos de 1991 e 2010, segundo os dados dos Censos Demográficos. Na Região Nordeste apurou-se o maior incremento no acesso ao esgotamento sanitário entre 1991 e 2000, passando de 34,2% dos domicílios urbanos atendidos em 1991 (1,9 milhão de domicílios) para 51% de cobertura urbana em 2000 (4,1 milhões de domicílios). No decênio seguinte (2000 a 2010), a Região Centro-Oeste apresentou o maior incremento no acesso: 45,9% dos domicílios urbanos em 2000 (1,3 milhão de domicílios) tinham acesso à rede e/ou fossa e, em 2010, 56,3% dos domicílios (2,2 milhões de domicílios) tinham acesso ao esgotamento sanitário, equivalente a um aumento de 10,4 pontos percentuais.

A Região Norte se manteve como a Região com menor índice de acesso ao esgoto por rede geral e fossa séptica entre 1991 e 2010 em áreas urbanas. Em 1991, 33% dos domicílios urbanos da região em cobertos, percentual que aumentou para 46,7% no Censo de 2000 (aumento de 13,4 pontos percentuais), mas reduziu-se para 40,6% de acesso em 2010 (redução de 6 pontos percentuais entre 2000 e 2010). Em valores absolutos, 396 mil domicílios tinham acesso ao esgotamento sanitário (rede ou fossa) na Região Norte em 1991 e, em 2000, esse número era de 951 mil domicílios. Em 2010, o número de domicílios urbanos cobertos aumentou para 1,2 milhão, apesar da redução do percentual de acesso observado no período.

Gráfico 27 - Evolução do percentual de domicílios particulares permanentes urbanos com acesso aos serviços de rede de esgotos ou fossa séptica por Região – 1991 a 2010 (%)



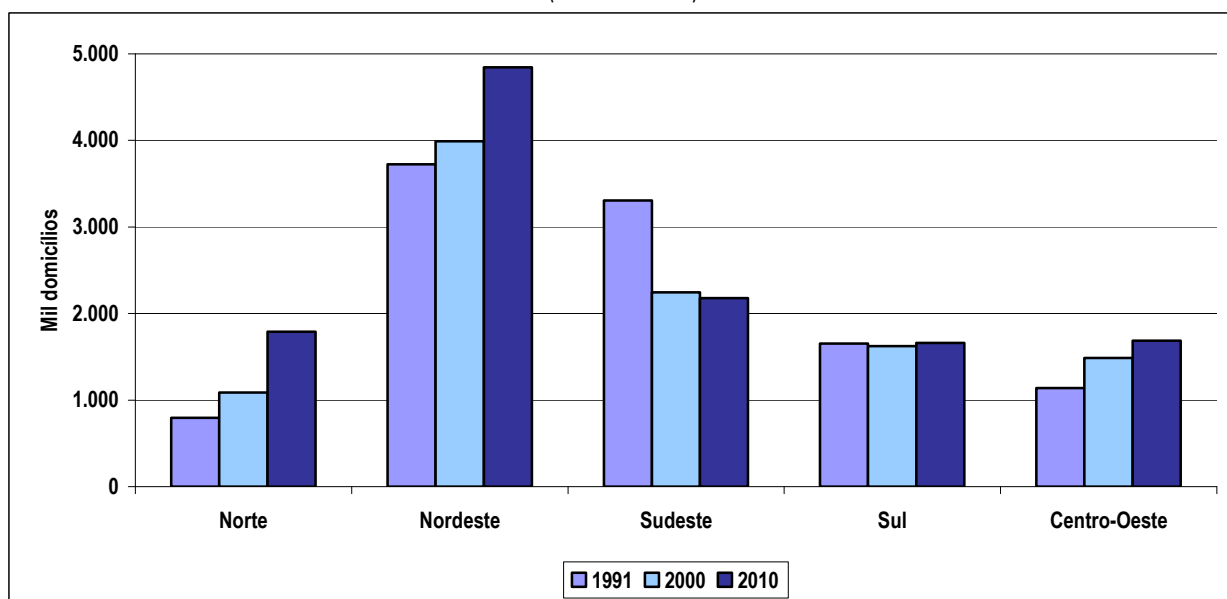
Fontes: IBGE - Censo Demográfico 1991, Censo Demográfico 2000 e Censo Demográfico 2010

O Gráfico 28 detalha o déficit de acesso ao esgotamento sanitário apurado nos Censos de 1991 a 2010 nas áreas urbanas, segundo as macrorregiões. Em 1991, havia 10,6 milhões de domicílios sem acesso ao esgotamento sanitário. Em 2000, houve redução do déficit para 10,4 milhões de domicílios; e, em 2010, o déficit atingia 12,2 milhões de domicílios. Portanto, o déficit total urbano de acesso à rede de esgotos ou fossa séptica no País aumentou em 14,5% entre 1991 e 2010.

Como se observa, a partir dos dados do Gráfico, à exceção do Sudeste e do Sul, o número de domicílios sem acesso ao esgotamento sanitário aumentou no período 1991 - 2000. Na Região Sudeste, o déficit caiu 32,1% entre 1991 e 2000, passando de 3,3 milhões de domicílios sem acesso em 1991 para 2,2 milhões em 2000 e, no Sul, a redução do déficit foi discreta, diminuindo somente 1,7% entre 1991 e 2000. No período de 2000 a 2010, somente a Região Sudeste não apresentou aumento do déficit de acesso aos esgotos. A redução no Sudeste, porém, não foi significativa: aproximadamente 3% de queda no número total de domicílios urbanos sem acesso aos serviços.

Entre 1991 e 2010, a Região Norte apresentou o maior aumento do déficit (36,9%), passando de 795 mil domicílios sem acesso em 1991 para 1,1 milhão em 2010. Quanto ao déficit absoluto, a partir dos dados, nota-se que a Região Nordeste era a região que apresentava o maior déficit em valores absolutos nos Censos de 1991, 2000 e 2010. Na Região, em 1991, 3,7 milhões de domicílios urbanos não possuíam acesso ao esgotamento sanitário; em 2000, esse número passou para aproximadamente 4 milhões; e, em 2010, cresceu para 4,8 milhões de domicílios urbanos.

Gráfico 28 - Domicílios urbanos sem acesso à rede de esgotamento sanitário ou fossa séptica, por Região – 1991 a 2010 (mil domicílios)



Fontes: IBGE – Censo Demográfico 1991, Censo Demográfico 2000 e Censo Demográfico 2010

A partir dos dados apurados, tanto para o abastecimento de água, como para o esgotamento sanitário, deve-se levar em consideração o aumento populacional nos períodos e o crescimento domiciliar, evidenciando que as políticas públicas de saneamento básico não têm conseguido acompanhar o ritmo de crescimento populacional nas últimas décadas.

CONCLUSÃO

O acesso ao saneamento básico, além de uma questão de saúde pública, deve ser compreendido como um direito fundamental para a garantia da qualidade de vida e de um ambiente urbano salubre. Nesse sentido, a SNSA orienta suas ações com vistas à promoção do acesso universal a esses serviços, além da constante busca pela oferta dos serviços com qualidade, eficiência, regularidade e equidade.

A Lei Nº 10.683, de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, estabelece ao MCidades a competência de planejamento, regulação, normatização e gestão da aplicação dos recursos das políticas de desenvolvimento urbano e, dentre elas, da política setorial de saneamento básico.

No exercício de suas competências, especialmente no que diz respeito aos aspectos relacionados ao planejamento e à gestão da aplicação dos recursos, a SNSA elabora e publica, desde 2006, o Relatório do Gasto Público em Saneamento. O Relatório é uma publicação anual que busca reunir, sistematizar e detalhar as informações sobre a alocação e a execução orçamentária e financeira dos gastos em saneamento básico realizados com recursos do OGU, de responsabilidade dos órgãos do Poder Executivo Federal (MCidades, MI, MS, MMA, MDS, MTur, dentre outros) e dos fundos financiadores (FGTS e FAT, sob gestão operacional da CAIXA e do BNDES, respectivamente).

Além disso, o documento disponibiliza uma série de informações sobre a execução física das intervenções em saneamento, consolidando informações sobre a carteira de investimentos, empreendimentos em andamento, iniciados e concluídos no exercício, dentre outros dados. Nessa última parte, tem reunido somente dados de execução do MCidades e dos fundos financiadores, uma vez que depende da disponibilização de informações dos demais órgãos executores. Nesse sentido, há significativos desafios a enfrentar com o intuito de possibilitar uma visão geral, agregada e completa da situação da execução física dos empreendimentos apoiados com recursos públicos no setor de saneamento.

Conforme se apresentou no Relatório de Gasto Público em Saneamento Básico de 2010, o montante de recursos disponíveis para os investimentos em saneamento básico no exercício foi de R\$ 14,8 bilhões, sendo R\$ 7,7 bilhões (52%) oriundos do Orçamento Geral da União e R\$ 7,1 bilhões (48%) de financiamentos. No âmbito dos recursos orçamentários, destacou-se que o Ministério das Cidades foi o órgão contemplado com a maior parcela referente à programação de recursos previstos na LOA 2010, no montante de R\$ 4,8 bilhões (63% do total programado). Como destaque, além do expressivo incremento de recursos orçamentários e onerosos disponíveis para investimentos, foi possível observar que a participação do Poder Legislativo na alocação dos investimentos em saneamento básico vem se reduzindo desde 2004. No ano de 2010, do total programado na LOA (R\$ 7,2 bilhões), 34% foram destinados por emendas parlamentares, menor percentual apurado desde 2004.

A análise dos valores comprometidos e desembolsados para o saneamento básico desde 2003 demonstra os significativos avanços do Governo Federal na retomada das contratações de operações de crédito e repasses com recursos do OGU. Os valores

comprometidos entre 2007 e 2010 (média dos quatro anos) é 174% superior aos valores dos compromissos de gastos apurados entre 2003 e 2006 (média dos quatro anos), já atualizados pelo IGP-DI para o ano de 2010. Na comparação com o período 2003 a 2006, os valores médios desembolsados entre 2007 e 2010 são 189% superiores aos valores médios apurados nos quatro anos anteriores, já corrigidos pelo IGP-DI para o ano de 2010. Esse notável incremento de recursos investidos no setor a partir de 2007 está associado à implementação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC para o setor de saneamento básico.

No ano de 2010, foram comprometidos R\$ 10,18 bilhões e desembolsados R\$ 6,4 bilhões em iniciativas de saneamento básico com recursos do governo federal e dos fundos financiadores.

Observou-se que, dentre os compromissos de gastos assumidos no exercício, os recursos de empréstimos foi a principal fonte de gastos, responsáveis por 55,2% do total comprometido, enquanto os recursos orçamentários comprometeram os 44,8% restantes. Ainda em relação aos valores totais comprometidos, 3,1 bilhões (68,4% do total comprometido) correspondem a investimentos incluídos no PAC. Em relação aos desembolsos, que totalizaram R\$ 6,4 bilhões, os montantes desembolsados com recursos orçamentários e de empréstimos se mantiveram equilibrados: 50,6% dos valores desembolsados em 2010, que correspondem a R\$ 3,24 bilhões, foram oriundos de recursos do OGU e 49,4% (R\$ 3,16 bilhões) originaram-se de empréstimos. Ainda, dos montantes totais desembolsados, R\$ 5,26 bilhões (82% do total) são atribuídos a desembolsos de empreendimentos incluídos no PAC. Na distribuição dos gastos por modalidade, têm sido priorizadas as ações de abastecimento de água, esgotamento sanitário e saneamento integrado. Quanto à distribuição dos gastos por Região, a análise dos valores comprometidos e desembolsados com recursos do OGU mostra a importância dos recursos não onerosos para a Região Nordeste enquanto os recursos de empréstimos, dadas as regras para acesso à fonte, têm sido destinados, principalmente, para a Região Sudeste do país.

Os investimentos realizados pelo MCidades e órgãos gestores da política de saneamento entre 1988 e 2010, para os contratos de empréstimos, e, entre 1996 e 2010, para os contratos de repasse, assinados entre a União e os entes federados e prestadores de serviços, ultrapassam R\$ 68,6 bilhões (em valores históricos), incluindo-se os valores de contrapartida. Esses investimentos, contabilizados em mais de 38 mil operações, foram classificados, ao final de 2010, segundo a seguinte situação: 31,8% foram concluídos, 50,5% estavam com obra em andamento e 17,7% não foram iniciados.

Em 2010 foram iniciados 1.947 novos empreendimentos, o equivalente a investimentos de R\$ 3,7 bilhões. Foram concluídos 2.027 empreendimentos, cujos valores totalizam R\$ 3,05 bilhões em investimentos, especialmente na modalidade saneamento integrado (52,9% do total de investimentos concluídos). Do total de recursos investidos em empreendimentos concluídos, a Região Sul foi responsável pela maior parcela desses investimentos, com 46,1% do total, equivalente a R\$ 1,41 milhão em investimentos concluídos.

Já a carteira de investimentos do MCidades, que engloba os contratos vigentes ao final do exercício de 2010, e exclui, portanto, as operações já concluídas, perfazia um montante de R\$ 46,8 bilhões em investimentos (incluídos os valores aportados a título de

contrapartida de, em média, 20% do valor do investimento), em um total de 12.443 contratos vigentes. Observou-se que a maior parte dos investimentos que compõem a carteira de investimentos foi contratada a partir de 2007 (86,2% do total), especialmente em virtude do lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, que responde por 71,3% dos investimentos da carteira.

Por fim, os indicadores de acesso dos domicílios brasileiros aos serviços de saneamento básico mostram os significativos avanços do setor em direção à ampliação dos serviços, garantindo o acesso de milhares de domicílios aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos anualmente. A evolução positiva dos indicadores mostra os resultados advindos da intensificação dos esforços públicos e privados no sentido de cumprir as diretrizes da Política Nacional de Saneamento Básico. No entanto, muito ainda há por fazer, especialmente em esgotamento sanitário, de forma a garantir o acesso aos serviços, de forma contínua, especialmente para a população de baixa renda.

ANEXO 1 – Ações orçamentárias utilizadas na apropriação dos valores dos gastos federais em saneamento

Código	Programa	Código	Ação/ Projeto
Ministério das Cidades			
1036	Integração de Bacias Hidrográficas	10SU	Apoio a sistemas públicos de abastecimento de água em municípios das bacias da bacias receptoras da integração com o rio São Francisco com mais de 50 mil habitantes ou integrantes de consórcios públicos com mais de 150 mil habitantes
		10TB	Elaboração de projetos de saneamento nas bacias receptoras da integração com o rio São Francisco em municípios com mais de 50 mil habitantes ou integrantes de consórcios públicos com mais de 150 mil habitantes
		0586	Apoio a projetos de ação social em saneamento (Pass/BID)
		0636	Apoio à implantação e ampliação de sistemas de abastecimento de água em municípios com população superior a 15.000 habitantes
		0654	Apoio à implantação e ampliação de sistemas de coleta e tratamento de esgotos sanitários em municípios com população superior a 15.000 habitantes
0122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	1N08	Apoio a sistemas de esgotamento sanitário em municípios de regiões metropolitanas, de regiões integradas de desenvolvimento econômico, municípios com mais de 50 mil habitantes ou integrantes de consórcios públicos com mais de 150 mil habitantes
		7L49	Apoio a sistemas de esgotamento sanitário em boa vista - RR
		7N68	Apoio à implantação de sistema de esgotamento sanitário em Macapá - AP
		006E	Apoio a sistemas de abastecimento de água em municípios de regiões metropolitanas e de regiões integradas de desenvolvimento econômico
		006F	Apoio a sistemas de esgotamento sanitário em municípios de regiões metropolitanas e de regiões integradas de desenvolvimento econômico
		10SC	Apoio a sistemas de abastecimento de água em municípios de regiões metropolitanas, de regiões integradas de desenvolvimento econômico, municípios com mais de 50 mil habitantes ou integrantes de consórcios públicos com mais de 150 mil habitantes
		10T1	Apoio a projetos de ação social em saneamento (Pass)
		2272	Gestão e administração do programa
		0B16	Apoio à política nacional de desenvolvimento nacional
		1D73	Apoio a política nacional de desenvolvimento urbano
0310	Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano	7I46	Implantação ou melhoria de obras de infraestrutura urbana
		7K85	Construção de ponte urbana sobre o rio Jari em Laranjal do Jari - AP
		7L65	Apoio à implementação da avenida leste-oeste em Goiânia- GO
		3955	Estudos para modernização e reordenamento institucional e operacional do setor saneamento
			Apoio a empreendimentos de saneamento integrado em assentamentos precários em municípios de regiões metropolitanas, de regiões integradas de desenvolvimento econômico ou municípios com mais de 150 mil habitantes
1128	Urbanização, Regularização Fundiária e Integração de Assentamentos Precários	10S5	Apoio a empreendimentos de saneamento integrado em assentamentos precários em municípios de regiões metropolitanas
		006H	Apoio a projetos de saneamento ambiental em assentamentos precários (PAT/Prosanear)
		0646	Apoio à elaboração de projetos de saneamento em municípios de regiões metropolitanas ou de regiões integradas de desenvolvimento econômico
1136	Fortalecimento da Gestão Urbana	006L	Apoio à elaboração de projetos de saneamento em municípios de regiões metropolitanas, de regiões integradas de desenvolvimento econômico, municípios com mais de 50 mil habitantes ou integrantes de consórcios públicos com mais de 150 mil habitantes
		1P95	Apoio à elaboração de estudos e implementação de projetos de desenvolvimento institucional e operacional e à estruturação da prestação dos serviços de saneamento básico e revitalização dos prestadores de serviços públicos de saneamento
		8871	

1138	Drenagem Urbana Sustentável	0578	Apoio à implantação e ampliação de sistemas de drenagem urbana sustentáveis
		7L70	Apoio à implantação de sistemas de drenagem urbana sustentável
		006J	Apoio a sistemas de drenagem urbana sustentáveis e de manejo de águas pluviais
		10SG	Apoio a sistemas de drenagem urbana sustentáveis e de manejo de águas pluviais
6001	Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Pequeno Porte	109A	Implantação ou melhoria de obras de infra-estrutura urbana em municípios com até 100.000 habitantes
6002	Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Municípios de Médio e Grande Porte	109B	Obras de infra-estrutura urbana em municípios de médio e grande porte
8007	Resíduos Sólidos Urbanos	0650	Apoio à implantação e ampliação dos sistemas de limpeza pública, acondicionamento, coleta, disposição final e tratamento de resíduos sólidos urbanos em municípios com população superior a 250.000 habitantes ou integrantes de regiões metropolitanas
		7N91	Apoio a Consórcios Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de Médio Porte - Estado do Pará Construção de Aterro Sanitário na Área do Consórcio CODESEI - Estado do Pará
		00AG	Apoio a sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos
		116I	Apoio a sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos em municípios com mais de 50 mil habitantes ou integrantes de regiões metropolitanas
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome			
1049	Acesso à alimentação	11V1	Construção de cisternas para armazenamento de água
Ministério da Defesa			
0647	Produção de material bélico	3500	Implantação de sistema de saneamento e proteção ambiental
Ministério da Integração Nacional			
1036	Integração de Bacias Hidrográficas	10F6	Implantação da Adutora do Agreste - RAMAL GARANHUNS/PESQUEIR
		1N64	Implantação da adutora pajeú com 582 km nos estados de Pernambuco e Paraíba
0515	Proágua Infraestrutura	109J	Construção de adutoras
		11PO	Construção dos sistemas de poços de água subterrânea
		1E32	Construção da barragem do rio arraias - eixo 16 - Propertins
		2B90	Obras de drenagem de pequeno vulto para recuperação de infraestrutura hídrica
		7M10	Construção da adutora do Siriji no estado de Pernambuco
		109H	Construção de barragens
		109I	Construção de açudes
		109Z	Perfuração e equipamento de poços públicos
		10AK	Implantação do sistema adutor de bocaina com 122 km no estado do Piauí (proágua nacional)
		10CT	Construção da adutora do canal do sertão alagoano - Delmiro Gouveia - AL
		10DA	Construção da adutora Pirapama com 22,7 km no estado de Pernambuco
		10E9	Implantação da Adutora Gavião-pecém no Estado do Ceará
		10GJ	Construção do canal de integração Castanhão - região metropolitana de fortaleza - no estado do ceará
		115K	Modernização do sistema de abastecimento de belo jardim - no estado de Pernambuco
		11NF	Implantação do sistema adutor de jacobina com 65 km no estado da Bahia (Proágua nacional)
		11NP	Obras complementares do açude de Setúbal na bacia do vale do Jequitinhonha no estado de minas gerais
		11NU	Implantação do sistema adutor de Cafarnaum com 120,6 km no estado de Bahia (Proágua nacional)

1138	Drenagem Urbana Sustentável	1159	Construção do sistema de abastecimento de água de missi no estado do ceara (Proágua nacional)
		1162	Implantação do sistema integrado de abastecimento de água e esgotamento sanitário de coqueiro seco no estado de alagoas (Proágua nacional)
		1163	Implantação do sistema integrado de abastecimento de água de Pedro Alexandre com 71 km no estado da Bahia (Proágua nacional)
		1164	Implantação do sistema adutor de pias com 104 km no estado do Piauí (Proágua nacional)
		1165	Implantação da 2ª etapa do sistema adutor do congo com 150 km no estado da Paraíba (Proágua nacional)
		1167	Implantação do sistema de abastecimento de água dos municípios de Janaúba, mato verde e rio pardo de minas - sistema norte no estado de minas gerais (Proágua nacional)
		1180	Construção do sistema de abastecimento de água de riacho da serra no estado do ceara (Proágua nacional)
		1K45	Implantação do sistema adutor de Ibareta com 28 km no estado do ceará (Proágua nacional)
		1K46	Ampliação da adutora sal limoeiro no estado de Pernambuco (Proágua nacional)
		1K48	Implantação das estações de tratamento de lodo das ETAs de barra do choça e planalto no estado da Bahia (Proágua nacional)
		1K50	Ampliação do sistema adutor de Agrestina com 36 km no estado de Pernambuco (Proágua nacional)
		1K51	Implantação do sistema adutor alto oeste com 285 km no estado do rio grande do norte (Proágua nacional)
		7E74	Construção da adutora do córrego João leite
		12F4	Construção da barragem pias no estado do Piauí
		1716	Implantação da adutora do oeste com 721 km no estado de Pernambuco
		1851	Construção e recuperação de obras de infraestrutura hídrica
		1C69	Implantação do sistema adutor Serra de Santana - 3ª etapa - com 50 km no estado do rio grande do norte (Proágua nacional)
		2272	Gestão e administração do programa
		1E36	Canalização do córrego cascavel em Goiânia no estado de Goiânia
		1E38	Urbanização de fundo de vale do córrego bandeira em campo grande
		2B70	Controle de erosão marítima e fluvial
		2B90	Obras de drenagem de pequeno vulto para recuperação de infraestrutura hídrica
		7E75	Obras de macrodrenagem no canal do jandia
		7M48	Reurbanização do vale córrego Botafogo no trecho da Avenida 136 - 2ª radial no Município de Goiânia - GO
		2272	Gestão e administração do programa
		8084	Obras de pequeno vulto de macrodrenagem
1305	Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental	116F	Abastecimento público de água em comunidades ribeirinhas do rio São Francisco - água para todos
		10RM	Implantação, ampliação ou melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário em municípios das bacias do São Francisco e Parnaíba
		10RP	Implantação, ampliação ou melhoria de sistemas públicos de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos em municípios das bacias do São Francisco e Parnaíba
		115L	Implantação do sistema de esgotamento sanitário de campo formoso - no estado da Bahia
		116F	Abastecimento público de água em comunidades ribeirinhas do rio São Francisco - água para todos
		10RN	Obras de Revitalização e Recuperação nas Bacias do São Francisco e Parnaíba
Ministério do Meio Ambiente			
0515	Proágua Infraestrutura	8695	Dessalinização de água- Projeto Água Boa
8007	Resíduos Sólidos Urbanos	86AA	Desenvolvimento institucional para a gestão integrada de resíduos sólidos urbanos
		2272	Gestão e administração do programa
		6459	Fomento a projetos de gerenciamento e disposição de resíduos

0122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	2905	Remoção de Cargas Poluidoras de Bacias Hidrográficas
1305	Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental	10RP	Implantação, ampliação ou melhoria de sistemas públicos de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos em municípios das bacias do São Francisco e Parnaíba
Ministério da Saúde			
1036	Integração de Bacias Hidrográficas	10SK	Sistemas públicos de esgotamento sanitário em municípios das bacias receptoras do São Francisco com até 50.000 habitantes ou integrantes de consórcios públicos, exclusive de regiões metropolitanas ou integradas de desenvolvimento econômico (Ride)
		10SL	Sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos em municípios das bacias receptoras do rio São Francisco com até 50.000 habitantes ou integrantes de consórcios públicos, exclusive de regiões metropolitanas ou integradas de desenvolvimento econômico (Ride)
		10SV	Sistemas públicos de abastecimento de água em municípios das bacias receptoras do São Francisco com até 50.000 habitantes ou integrantes de consórcios públicos, exclusive de regiões metropolitanas ou integradas de desenvolvimento econômico (Ride)
		10TA	Elaboração de projetos de saneamento nas bacias receptoras do São Francisco para municípios com até 50.000 habitantes, exclusive de regiões metropolitanas ou integradas de desenvolvimento econômico (Ride) nacional
1138	Drenagem Urbana Sustentável	3883	Implantação e melhoria de serviços de drenagem e manejo ambiental
		002K	Apoio para o desenvolvimento institucional de operadores públicos de saneamento ambiental
		002L	Apoio à implantação, ampliação ou melhoria de sistema público de esgotamento sanitário em municípios integrantes de regiões metropolitanas e regiões integradas de desenvolvimento econômico (Ride) para prevenção e controle de doenças
		002M	Apoio à implantação, ampliação ou melhoria de sistema público de abastecimento de água em municípios integrantes de regiões metropolitanas e regiões integradas de desenvolvimento econômico (Ride) para prevenção e controle de doenças
		0798	Apoio ao controle de qualidade da água para consumo humano
		0800	Apoio à gestão dos sistemas de saneamento básico em municípios de até 30 mil habitantes
		10GD	Implantação e melhoria de sistemas públicos de abastecimento de água em municípios de até 50.000 habitantes ou integrantes de consórcios públicos, exclusive de regiões metropolitanas ou regiões integradas de desenvolvimento econômico (Ride)
0122	Serviços Urbanos de Água e Esgoto	10GE	Implantação e melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário em municípios de até 50.000 habitantes ou integrantes de consórcios públicos, exclusive de regiões metropolitanas ou regiões integradas de desenvolvimento econômico (Ride)
		20AG	Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 habitantes
		008L	Apoio à implantação e ampliação de sistemas públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em municípios com mais de 50 mil habitantes, não integrantes de regiões metropolitanas e regiões integradas de desenvolvimento econômico (Ride)
		0798	Apoio ao controle de qualidade da água para consumo humano
		20AF	Apoio ao controle de qualidade da água para consumo humano
		2272	Gestão e administração do programa
		6908	Fomento à educação em saúde voltada para o saneamento ambiental
		7652	Implantação de melhorias sanitárias domiciliares para prevenção de doenças
		12GI	Abastecimento de água e instalações hidrosanitárias em escolas públicas rurais - água na
		10GC	Implantação e melhoria de serviços de saneamento em escolas públicas rurais - "saneamento em escolas"
1287	Saneamento rural	10LP	Abastecimento público de água para comunidades rurais dispersas situadas às margens do rio São Francisco - água para todos
		2272	Gestão e administração do programa

		3921	Implantação de melhorias habitacionais para controle da doença de chagas
		4641	Publicidade de utilidade pública
		7656	Implantação, ampliação ou melhoria do serviço de saneamento
		7684	Saneamento básico em aldeias indígenas para prevenção e controle de agravos
		002N	Apoio à implantação, ampliação, melhoria do sistema público de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos para prevenção e controle de agravos em municípios com população acima de 250 mil habitantes ou em regiões metropolitanas
		10GG	Implantação e melhoria de sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos em municípios de até 50.000 habitantes ou integrantes de consórcios públicos, exclusive de regiões metropolitanas ou regiões integradas de desenvolvimento econômico (Ride)
8007	Resíduos Sólidos Urbanos	002N	Apoio à implantação, ampliação, melhoria do sistema público de coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos para prevenção e controle de agravos em municípios com população acima de 250 mil habitantes ou em regiões metropolitanas
		10GG	Implantação e melhoria de sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos em municípios de até 50.000 habitantes ou integrantes de consórcios públicos, exclusive de regiões metropolitanas ou regiões integradas de desenvolvimento econômico (Ride)
		20AM	Implementação de Projetos de coleta e reciclagem de materiais
Ministério do Trabalho e Emprego			
8007	Resíduos Sólidos Urbanos	8274	Fomento para a organização e o desenvolvimento de cooperativas

ANEXO 2 – Recursos comprometidos com iniciativas de saneamento básico em 2010, por fonte de recurso e Unidade da Federação

UF	RECURSOS FEDERAIS COMPROMETIDOS							
	OGU		FINANCIAMENTOS				TOTAL	
	TOTAL	%	FGTS (R\$)	BNDES (R\$)	TOTAL	%	TOTAL (R\$)	%
AC	18.299.963,42	0,40					18.299.963,42	0,18
AM	30.802.050,72	0,68					30.802.050,72	0,30
AP	19.365.895,10	0,42					19.365.895,10	0,19
PA	167.963.135,50	3,68		118.065.488,82	118.065.488,82	2,10	286.028.624,32	2,81
RO	116.213.591,40	2,55					116.213.591,40	1,14
RR	12.626.908,92	0,28	95.433.002,65		95.433.002,65	1,70	108.059.911,57	1,06
TO	25.778.932,10	0,57					25.778.932,10	0,25
N	391.050.477,16	8,57	95.433.002,65	118.065.488,82	213.498.491,47	3,80	604.548.968,63	5,94
AL	245.441.890,70	5,38					245.441.890,70	2,41
BA	617.476.061,20	13,54	308.026.316,54	80.442.240,00	388.468.556,54	6,91	1.005.944.617,74	9,88
CE	394.082.288,10	8,64	210.900.000,00	244.051.963,26	454.951.963,26	8,10	849.034.251,36	8,34
MA	138.285.489,40	3,03		12.350.000,00	12.350.000,00	0,22	150.635.489,40	1,48
PB	112.591.797,40	2,47	52.563.942,19		52.563.942,19	0,94	165.155.739,59	1,62
PE	365.406.640,30	8,01	259.563.684,57	180.839.959,32	440.403.643,89	7,84	805.810.284,19	7,92
PI	75.096.230,79	1,65					75.096.230,79	0,74
RN	91.612.262,54	2,01	107.160.000,00		107.160.000,00	1,91	198.772.262,54	1,95
SE	78.921.375,02	1,73	33.300.000,00		33.300.000,00	0,59	112.221.375,02	1,10
NE	2.118.914.035,45	46,45	971.513.943,30	517.684.162,58	1.489.198.105,88	26,50	3.608.112.141,33	35,44
PR	100.552.702,30	2,20					100.552.702,30	0,99
RS	255.409.258,80	5,60	344.041.630,44		344.041.630,44	6,12	599.450.889,24	5,89
SC	192.899.598,90	4,23	154.824.851,57	37.940.791,34	192.765.642,91	3,43	385.665.241,81	3,79
S	548.861.560,00	12,03	498.866.482,01	37.940.791,34	536.807.273,35	9,55	1.085.668.833,35	10,66
ES	26.582.203,93	0,58		212.546.201,40	212.546.201,40	3,78	239.128.405,33	2,35
MG	234.154.024,80	5,13	372.291.112,60	958.313.363,00	1.330.604.475,60	23,68	1.564.758.500,40	15,37
RJ	456.420.879,90	10,01	405.738.579,90		405.738.579,90	7,22	862.159.459,80	8,47
SP	465.165.526,20	10,20	614.713.701,82	639.428.086,38	1.254.141.788,20	22,32	1.719.307.314,40	16,89
SE	1.182.322.634,83	25,92	1.392.743.394,32	1.810.287.650,78	3.203.031.045,10	57,00	4.385.353.679,93	43,08
DF	29.719.335,93	0,65	42.962.481,30		42.962.481,30	0,76	72.681.817,23	0,71
GO	146.747.015,30	3,22	100.000.000,00		100.000.000,00	1,78	246.747.015,30	2,42
MS	37.580.035,80	0,82	33.469.361,44		33.469.361,44	0,60	71.049.397,24	0,70
MT	104.445.618,50	2,29					104.445.618,50	1,03
CO	318.492.005,53	6,98	176.431.842,74		176.431.842,74	3,14	494.923.848,27	4,86
NA*	776,55	0,00					776,55	0,00
NE**	1.678.689,87	0,04					1.678.689,87	0,02
BR	4.561.320.179,39	100,00	3.134.988.665,02	2.483.978.093,52	5.618.966.758,54	100,00	10.180.286.937,93	100,00

NA* - Gastos sem região definida

NE ** - Corresponde às Ações 10RM, 10RP e 116F do Programa 1305 (Revitalização de bacias hidrográficas em situação de vulnerabilidade e degradação ambiental) que abrangem mais de uma UF.

ANEXO 3 – Recursos desembolsados com iniciativas de saneamento básico em 2010, por fonte de recurso e Unidade da Federação

UF	RECURSOS FEDERAIS DESEMBOLSADOS								Famílias Beneficiadas	Empregos gerados
	OGU		FINANCIAMENTOS				TOTAL			
	TOTAL (R\$)	%	FGTS (R\$)	BNDES (R\$)	TOTAL (R\$)	%	TOTAL (R\$)	%		
AC	25.732.961,12	0,79	653.304,55	24.696.212,00	25.349.516,55	0,80	51.082.477,67	0,80	11.139	2.707
AM	9.776.644,34	0,30	133.329.363,05	14.036.571,00	147.365.934,05	4,67	157.142.578,39	2,46	119.190	8.329
AP	4.855.508,90	0,15	-	-	-	-	4.855.508,90	0,08	4.046	257
PA	91.365.187,02	2,82	45.685.279,75	-	45.685.279,75	1,45	137.050.466,77	2,14	101.944	7.264
RO	42.382.429,59	1,31	3.600.543,20	-	3.600.543,20	0,11	45.982.972,79	0,72	33.400	2.437
RR	15.316.490,51	0,47	75.781.567,67	-	75.781.567,67	2,40	91.098.058,18	1,42	85.639	4.828
TO	13.201.396,11	0,41	1.953.571,70	-	1.953.571,70	0,06	15.154.967,81	0,24	5.376	803
N	202.630.617,59	6,26	261.003.629,92	38.732.783,00	299.736.412,92	9,49	502.367.030,51	7,85	360.734	26.625
AL	130.303.673,55	4,02	-	-	-	-	130.303.673,55	2,04	89.087	6.906
BA	446.214.929,81	13,78	55.245.530,28	39.999.999,99	95.245.530,27	3,02	541.460.460,08	8,46	293.632	28.697
CE	509.924.893,53	15,74	6.778.004,79	1.200.000,00	7.978.004,79	0,25	517.902.898,32	8,10	383.629	27.449
MA	62.002.900,28	1,91	-	-	-	-	62.002.900,28	0,97	29.099	3.286
PB	78.862.424,61	2,43	11.541.084,73	-	11.541.084,73	0,37	90.403.509,34	1,41	48.926	4.791
PE	322.223.091,99	9,95	51.662.261,50	232.186.159,81	283.848.421,31	8,99	606.071.513,30	9,47	320.291	32.122
PI	63.991.878,48	1,98	4.259.845,05	-	4.259.845,05	0,13	68.251.723,53	1,07	39.351	3.617
RN	74.668.090,65	2,31	42.177.518,15	-	42.177.518,15	1,34	116.845.608,80	1,83	82.675	6.193
SE	48.792.593,55	1,51	1.169.580,81	1.313.555,00	2.483.135,81	0,08	51.275.729,36	0,80	33.520	2.718
NE	1.736.984.476,45	53,63	172.833.825,31	274.699.714,80	447.533.540,11	14,17	2.184.518.016,56	34,15	1.320.210	115.779
PR	53.461.746,77	1,65	98.478.326,55	92.941.845,00	191.420.171,55	6,06	244.881.918,32	3,83	104.188	12.979
RS	146.497.606,73	4,52	102.981.613,79	83.503.585,00	186.485.198,79	5,90	332.982.805,52	5,20	214.103	17.648
SC	45.731.087,05	1,41	39.315.926,84	12.200.000,00	51.515.926,84	1,63	97.247.013,89	1,52	54.930	5.154
S	245.690.440,55	7,59	240.775.867,18	188.645.430,00	429.421.297,18	13,60	675.111.737,73	10,55	373.221	35.781
ES	38.032.478,82	1,17	59.632.754,05	54.466.608,82	114.099.362,87	3,61	152.131.841,69	2,38	78.635	8.063
MG	208.716.725,04	6,44	133.580.650,37	341.816.285,02	475.396.935,39	15,05	684.113.660,43	10,69	440.249	36.258
RJ	349.316.870,98	10,78	17.880.209,53	14.231.088,00	32.111.297,53	1,02	381.428.168,51	5,96	138.353	20.216
SP	225.373.899,99	6,96	496.653.732,03	731.103.039,37	1.227.756.771,40	38,87	1.453.130.671,39	22,71	736.995	77.016
SE	821.439.974,83	25,36	707.747.345,98	1.141.617.021,21	1.849.364.367,19	58,55	2.670.804.342,02	41,75	1.394.233	141.553
DF	60.099.278,22	1,86	30.004.919,49	3.720.158,00	33.725.077,49	1,07	93.824.355,71	1,47	34.095	4.973
GO	69.338.025,06	2,14	5.020.343,11	36.272.843,82	41.293.186,93	1,31	110.631.211,99	1,73	48.804	5.863
MS	78.722.306,33	2,43	35.354.150,59	264.186,00	35.618.336,59	1,13	114.340.642,92	1,79	50.382	6.060
MT	24.164.946,10	0,75	4.097.910,50	16.002.584,00	20.100.494,50	0,64	44.265.440,60	0,69	12.146	2.346
CO	232.324.555,71	7,17	74.477.323,69	56.259.771,82	130.737.095,51	4,14	363.061.651,22	5,67	145.427	19.242
NA*	726,50	-	-	-	-	-	726,50	-	-	-
NE*	1.132,68	-	-	-	-	-	1.132,68	-	1	-
IE**	-	-	-	1.769.476,00	1.769.476,00	0,06	1.769.476,00	0,03	1.475	94
BR	3.239.071.924,31	100	1.456.837.992,08	1.701.724.196,83	3.158.562.188,91	100	6.397.634.113,22	100	****	339.075

*NA - Gastos sem região definida

**NE - Corresponde às Ações 10RM, 10RP e 116F do Programa 1305 (Revitalização de bacias hidrográficas em situação de vulnerabilidade e degradação ambiental) que abrangem mais de uma UF

***IE - Região não identificada

****Optou-se por não incluir o número total de famílias beneficiadas porque uma mesma família pode estar sendo beneficiada por investimentos realizados em mais de uma modalidade

ANEXO 4 - Gastos per capita comprometidos e desembolsados com iniciativas de Saneamento Básico em 2010, por Unidade da Federação e fonte de recursos

UF	COMPROMETIDOS					DESEMBOLSADOS				
	PER CAPITA					PER CAPITA				
	Média (2003 a 2006)	Média (2007 a 2010)	NÃO ONEROSO 2010	ONEROSO 2010	TOTAL 2010	Média (2003 a 2006)	Média (2007 a 2010)	NÃO ONEROSO 2010	ONEROSO 2010	TOTAL 2010
AC	59,85	275,38	24,97	-	24,97	26,08	118,33	35,12	34,59	69,71
AM	22,23	48,17	8,85	-	8,85	5,26	28,85	2,81	42,34	45,14
AP	36,87	185,23	28,96	-	28,96	10,18	37,64	7,26	-	7,26
PA	18,09	44,65	22,14	15,56	37,69	6,1	14,58	12,04	6,02	18,06
RO	20,48	93,66	74,47	-	74,47	13,25	43,06	27,16	2,31	29,47
RR	105,72	275,89	27,98	211,5	239,48	25,61	134,60	33,94	167,95	201,89
TO	27,27	65,55	18,63	-	18,63	18,54	57,23	9,54	1,41	10,95
N	25,02	74,4	24,65	13,46	38,1	9,36	37,11	12,77	18,89	31,66
AL	25,47	92,33	78,64	-	78,64	13,7	54,23	41,75	-	41,75
BA	13,12	58,43	44,04	27,71	71,74	9,18	23,30	31,82	6,79	38,62
CE	25,72	73,51	46,65	53,85	100,5	18,32	39,99	60,36	0,94	61,30
MA	22,37	32,1	21,05	1,88	22,93	5,42	15,95	9,44	-	9,44
PB	50,81	71,69	29,89	13,95	43,84	23,15	39,56	20,94	3,06	24,00
PE	20,51	75,48	41,54	50,07	91,61	11,67	40,49	36,63	32,27	68,90
PI	33,83	56,29	24,08	-	24,08	15,85	29,47	20,52	1,37	21,88
RN	40,48	83,85	28,92	33,82	62,74	15,92	81,50	23,57	13,31	36,88
SE	49,58	79,3	38,16	16,1	54,26	35,8	39,08	23,59	1,2	24,79
NE	25,05	65,53	39,95	28,06	68,01	13,65	32,38	32,73	8,43	41,16
PR	22,88	37,87	9,63	-	9,63	18,46	17,07	5,12	18,34	23,46
RS	7,31	49,48	23,88	32,17	56,05	1,45	17,21	13,70	17,44	31,13
SC	15,1	48,13	30,87	30,84	61,71	6,89	11,85	7,32	8,24	15,56
S	14,93	44,76	20,04	19,6	39,64	9,1	16,00	8,97	15,68	24,65
ES	18,57	63,5	7,57	60,51	68,08	4,52	23,78	10,83	32,48	43,31
MG	34,8	75,89	11,95	67,9	79,85	13,83	30,78	10,65	24,26	34,91
RJ	8,67	52,88	28,54	25,37	53,91	3,95	24,65	21,84	2,01	23,85
SP	13,7	45,59	11,28	30,4	41,68	5,17	16,69	5,46	29,76	35,23
SE	18,1	55,27	14,71	39,86	54,58	7,03	27,13	10,22	23,02	33,24
DF	81,54	106,51	11,6	16,76	28,36	76,03	63,33	23,45	13,16	36,61
GO	36,31	46,14	24,44	16,66	41,1	11,14	25,87	11,55	6,88	18,43
MS	29,17	95,18	15,34	13,66	29,01	17,13	45,33	32,14	14,54	46,68
MT	31,92	73,93	34,43	-	34,43	22,05	50,20	7,96	6,63	14,59
CO	42,21	71,76	22,67	12,56	35,23	26,16	37,21	16,54	9,3	25,84
BR	21,82	59,31	23,91	29,46	53,37	10,7	28,51	16,98	16,56	33,54